

E D I T O R I A L

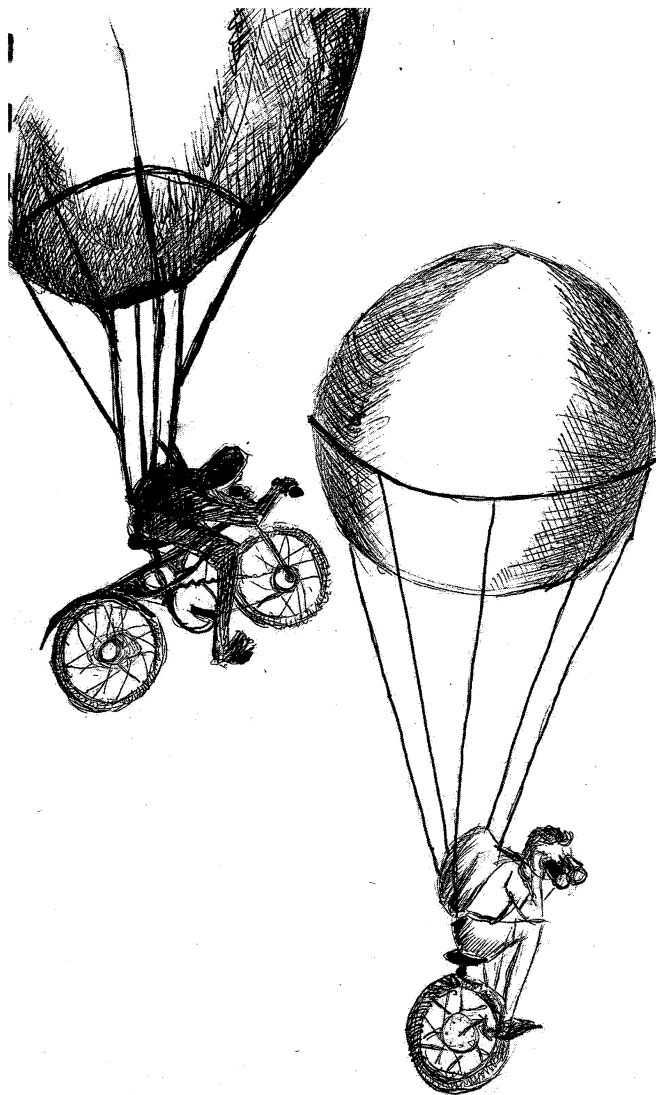
Em sua 12ª edição, a Revista Três Pontos prossegue apresentando um acervo da produção acadêmica de graduandos em áreas afins às ciências sociais, com seus macucos, natais e fronteiras francesas. Anuncia, também, a entrada de mais cinco integrantes no corpo editorial, Ana Luísa Pinheiro, Fernando Salum, Luisa Mesquita, Stephanie Reis e Will Pena; a conjecturar com o núcleo antigo, permitindo um trabalho com diversas mãos, vozes e cuidados.

Fiel e escudeira à empreitada científica, a Revista se orgulha de amparar, cada vez mais, a jornada dos que seguem no santo ofício da pesquisa. Aos companheiros da dúvida cabe uma penosa trilha, sem mapas precisos ou fios de Ariadne, mas com a bênção de uma longa confiança no possível, uma vontade de abrangência e uma ítica sem espera, onde o tecido não é desfeito à noite, mas, em outra narrativa, é quem tece a noite, e também é por ela remendado.

Compete aos pesquisadores o desconfiar de uma realidade fiada em costura fácil, uma descrença no véu e, também, na menina dos olhos por detrás. Busca-se, aqui, um desmontar dos falsos ídolos, das cores sujas; exorcizar as ausências incômodas, diluir as presenças que perturbam. Não se trata do caminho mais fácil, nem do tiro certo, mas de um voto, e de um trajeto, em favor do ser o que se é, sibilando por mais.

Do cogito à etnografia, da especulação ao método positivo, da empiria à hermenêutica; o que verte de intercessão entre as vias do conhecimento é, essencialmente, a tentativa de observar o real com relevo e nitidez. Empreita-se pelo nublado, recusando a trilha comum, a fim de articular uma ponte, firme ou movediça, entre o cognoscível e o que se esconde. Apesar da variedade de métodos, a intenção de alargar a percepção e o conhecimento nos permite enquadrá-los em uma categoria una e apresentar, de forma polifônica, artigos com as mais diversas ligas e argamassas.

Completando sete anos de publicação, a Revista persiste, firme, como veículo de informação das Ciências Humanas e de todos que pretendam dela se embebedar. Desembainha sua espada não por Avalon ou por qualquer outro Reino/República/Moinho de Vento, mas, tão somente, pela neblina. É no mistério, na inquietação das brumas, que encontramos nosso pote de ouro e, aos bandeirantes que se enveredam - por ventura, vocação ou amor - no coser desse tecido de olhos verdes, emprestamos cada um dos nossos três pontos.



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE REDAÇÃO:

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 4188.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br - www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos

EDITOR-EXECUTIVO:

Amanda Horta (Discente-UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

Rogério Silva Júnior (Discente - UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Ana Luíza Pinheiro (Discente - UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Fernando Salum (Discente-UFMG)
José Paulo Neto (Discente-UFMG)
Luisa Mesquita (Discente-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Stephanie Reis (Discente - UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Will Pena (Discente-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan/EUA)
Prof. Cícero Araújo.(USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcel de Lima Santos (UFRN)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Arthur Senra

CAPA: Arthur Senra

IMAGENS:

Ana Luíza Marigo pág 14
Anderson Serra pág 58
Dolcíelio Amaral págs 7, 8, 41
Luíza Palhares págs 16, 72
Luís Teixeira págs 11, 61
Nilcemar Beijar págs 1, 3, 19, 22, 33, 44, 47, 48, 53, 57, 68

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 400 exemplares

Circulação: agosto de 2010.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciência Sociais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 7, n.1 (jan 2010 / jun 2010). - Belo Horizonte: O Lutador, 2010 - .

V. ; 30,5 cm. Semestral
Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG
ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título



Sumário

5

Notas sobre o conflito em Georg Simmel e Norbert Elias

Anna Bárbara Araujo

13

**Macuco Também é Gente?,
ou a Respeito da Natureza Humana**

Carolina Vaz de Carvalho e Henrique Gonçalves Rodrigues

19

Fronteiras francesas: restrição aos indesejáveis nas políticas migratórias

Lorena França

29

Pacificação de favelas: as Unidades de Policiamento Pacificador como a solução para a violência carioca, na ótica do jornal O Globo

Marcella Carvalho de Araujo Silva

39

Capital social e a força dos laços sociais: perspectivas macrossociais a partir do estudo de uma rede de relações no bairro Primeiro de Maio em Belo Horizonte

Joyce Gesuilo Gonçalves

47

Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada: accountability e responsiveness na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Catherine Kelly Ornelas

57

O Natal e o Chá-de-panela em uma perspectiva antropológica: sobre consumo e objetos em trocas de presentes

Igor Mello Diniz

65

Michel Leiris e o sagrado da escritura

Pedro Gondim Davis

71

Os estudantes de ciências sociais: uma análise do perfil socioeconômico

Alice Dias Lopes e Laís Barbosa Patrocínio

Notas sobre o conflito em Georg Simmel e Norbert Elias

Anna Bárbara Araujo

Graduanda do
Curso de Ciências
Sociais / UnB

Palavras chave:

Georg Simmel,
Norbert Elias,
conflito, Sociologia
do Conflito.

Key words:

Georg Simmel,
Norbert Elias,
conflict, Sociology
of Conflict;

RESUMO: Neste trabalho nos propomos a fazer uma breve aproximação entre Norbert Elias e Georg Simmel, no tocante ao tema do conflito, abordado diferentemente pelos dois autores. Nosso objetivo é o de encontrar continuidades entre o pensamento dos dois, e, especialmente, ver como em ambos está presente, mesmo que não desenvolvida, uma teoria dos "conflitos internos", ou, uma teoria do conflito no âmbito de uma específica economia das pulsões. De Simmel, analisaremos brevemente suas contribuições para o que se convencionou chamar de Sociologia do Conflito. Em relação a Elias, o foco são as mudanças ocorridas no gabarito de controle e autocontrole ao longo dos séculos. Para tal, nos debruçaremos principalmente, sobre as obras: *Sociologia: Estudos sobre as formas de socição* (1939) e *O Processo Civilizador* (1993), de Simmel e Elias, respectivamente.

ABSTRACT: In this paper we propose to do a brief comparison between Norbert Elias and Georg Simmel, in the matters of sociology of conflict, approached differently by both authors. Our goal is to find continuity between their theory, and, specially, see how a theory of "internal conflicts", or a theory of conflicts in a specific economy of pulsations, exists in both of them, even if not developed. From Simmel, we shall analyse briefly his contributions to what is commonly called Sociology of Conflicts. Related to Elias, the focus are the changes occurred in the control and self-control through the centuries. In order to do that, we shall concentrated in the books: *Sociologia: Estudos sobre as formas de socição* (1939) and *O Processo Civilizador* (1993), of Simmel and Elias respectively.

Introdução

Poderíamos realizar uma análise comparativa entre Simmel e Elias sob diversos aspectos: os autores se aproximam com relação à sua idéia de social como processo, eterno vir-a-ser; a ênfase de ambos no tema das emoções, ou afetos, como constitutivos da sociedade, o que, por conseguinte nega um abismo intransponível entre fenômenos psíquicos e fenômenos sociais; e uma certa visão que poderíamos chamar de pessimista, que se deflagra na constatação da autonomização da cultura objetiva como tragédia, ou na forte imagem do indivíduo *blasé* no primeiro e a reflexão dos efeitos do processo civilizador no tocante a uma não saudável mediação entre controle e prazer, o que culmina em sujeitos que não lidam bem com suas próprias pulsões, no segundo. Isso sem contar as inúmeras semelhanças nas trajetórias pessoais e profissionais de ambos (origem judia, alemães, *outsiders*, reconhecimento tardio ou póstumo, entre outros). Poderíamos também apontar várias diferenças entre os mesmos autores, como, por exemplo, a crença de Simmel, sob alguns aspectos, do indivíduo como realidade última e portador da realidade histórica, idéia a qual Elias não corrobora; e, indo além, notamos diferenças características no estilo de escrita dos dois autores: o primeiro adotando preferencialmente o modelo de ensaios, curtos, e aparentemente descontínuos entre si e a predileção do segundo por textos

monográficos que abordam, em última instância um mesmo tema, que é central à sua obra, a saber o desenvolvimento do Ocidente no que diz respeito à sua auto-imagem.

Absteremo-nos aqui de tais intentos. O presente texto tem como objetivo analisar brevemente as contribuições de Simmel para o que ficou conhecido como Sociologia do Conflito e a posterior apropriação de Elias das contribuições do autor, não em sua totalidade, naturalmente¹. A partir deste primeiro recorte, trataremos mais detidamente sobre uma possível inserção do modelo simmeliano de conflito no tocante ao indivíduo, ou melhor dizendo, ao plano psíquico, ou a uma específica economia das pulsões. Tal intenção se justifica tendo em vista a ampla abordagem que Elias faz à respeito de um sujeito civilizado, e, portanto, mais controlado, e cada vez mais em conflito consigo mesmo. Analisaremos então, a multifacialidade do conflito, reconhecendo sua parcela na constituição mesma do social. Para tal, priorizaremos a obra *O Processo Civilizador* (1993) volumes 1 e 2 e, a *Sociologia* (1939) de Simmel.

2- O Conflito em Georg Simmel

Podemos, em alguma medida, fazer derivar logicamente o enunciado do conflito como inerente à interação social, revisitando a própria constituição do social tal qual a concebe Simmel: Se a unidade por excelência de que fala Simmel –

¹ A sociologia eliasiana do conflito e da violência ao que parece, também deve muito à psicanálise. No entanto, é difícil localizar os interlocutores do autor, visto que não há muitas referências a estes. Em todo o caso, não nos deteremos aqui sobre esse tema.

e aí a analogia com Elias é facilmente perceptível – é o todo relacional, e este todo é composto por interações que mutuamente se implicam, onde os efeitos são múltiplos, fica patente o caráter processual, dinâmico, mutável, do social. Essa noção de processo deixa ver que o autor privilegia o caráter instável das interações – note-se aqui que a instabilidade refere-se especialmente aos conteúdos da interação, não as suas formas, que são mais estáveis². Sendo assim, está descartada a possibilidade de existência de um equilíbrio sistêmico, estático, inerte, e abre-se a possibilidade para a inserção do conflito como constitutivo do social, sendo ele formador das (e formado pelas) próprias interações.

Uma das maiores contribuições de Simmel à sociologia foi sem dúvida sua reflexão sobre o conflito. Como vimos, a consideração do autor do social como eterno vir-a-ser, deixa espaço para a constatação de que existe um jogo de forças nesse espaço. Mais que isso, ele talvez seja o primeiro a elaborar uma teoria do conflito como algo positivo³. Isto é, o conflito não gera negatividade, ou seja, desintegração social, mas ao contrário, é elemento fundamental da própria unidade social⁴.

O conflito favorece a coesão social e permite a continuidade de um grupo, mesmo que isso signifique a eliminação de outro grupo em conflito (SIMMEL, 1939). É também, o que permite a convivência entre indivíduos que não se gostam, ou não se suportariam se em sua relação não estivesse presente certa dose de conflito. O conflito também informa posições sociais, fazendo com que as pessoas se agrupem por oposição ao grupo de suas “desavenças”, produzindo, muitas vezes, hostilidades mútuas. Nesse sentido, o conflito pode ser entendido como um modo de mediação de diferenças, e mais que isso, é uma função da relação, não tendo, portanto, nada de patológico.

E mais, toda a unidade social apresenta concomitantemente forças convergentes e divergentes, forças que reiteram a unidade ou a destroem. A unidade, portanto, não pode ser percebida sem considerarmos que nela há também, contradição. E é justamente essa desarmonia que propicia ou permite a mudança:

“Así como el cosmos necesita “amor y odio”, fuerzas de atracción y de repulsión, para tener una forma, así la sociedad necesita una relación cuantitativa de armonía y desarmonía, de asociación y competencia, de favor y desfavor, para llegar a una forma determinada. Y estas divisiones intestinas no son meras energías pasivas sociológicas; no son instancias negativas, no puede decirse que la sociedad real, definitiva, se produzca sólo por obra de las otras fuerzas sociales, positivas, y dependa negativamente de que aquellas fuerzas disociadoras lo permitan. Esta manera de ver, corriente, es completamente superficial; la sociedad, tal como se presenta en la realidad, es el resultado de ambas categorías de acción recíproca, las cuales, por tanto, tienen ambas un

valor positivo.” (SIMMEL, 1939, I, p. 248-249)

Simmel vê o conflito como fundamental a noção de interação social, o que não significa que sozinho, o conflito de fato produza integração: “Lo que en esta vida aparece inmediatamente como disociación, es, en realidad, una de las formas elementales de socialización.” (SIMMEL, 1939, I, p. 252)⁵.

2.1- Sobre o “conflito interno”

O que propomos aqui, é que à medida que o conflito foi aos poucos sendo banido da vida social, das interações, em sua forma violenta especialmente, tornando-se cada vez mais latente⁶, foi estabelecendo-se em um novo locus por excelência: o corpo. Assim, o conflito antes externalizado, ou realizado nas próprias reciprocidades, agora, produto das reciprocidades, é realizado no “indivíduo”⁷. De fato, Simmel esboça minimamente a possibilidade do conflito interno, individual, mas parece que quando da ocorrência deste, há busca pelo equilíbrio, exemplo disso é sua elaboração sobre o homem metropolitano que deve lutar para extrair de sua personalidade todo traço de irracionalidade, adotando a posição impessoal, quantitativa, compatível com uma economia do dinheiro (SIMMEL, 1987). Parece então, à primeira vista, que o conflito interno é algo a ser combatido, tal qual ele descreve:

“El alma individual nos ofrece con esto una analogía. El sentimiento de que un conflicto entre nuestras aspiraciones sensuales y estéticas, o egoístas y morales, o prácticas e intelectuales, no sólo rebaja en nosotros los derechos de una de la dos partes, no dejándolas desarrollarse libremente, sino que, con frecuencia, amenaza la unidad, el equilibrio y la energía totales del alma, ese sentimiento hace que en muchos casos se resuelva el conflicto antes de estallar; pero si esto no sucede, da a la lucha un acento particularmente enconado y desesperado, como si en realidad luchásemos por algo más esencial que el objeto inmediato de la lucha. La energía con que cada una de las tendencias se afana por sojuzgar a la otra, no se alimenta sólo de sus intereses, por decirlo sí, egoístas, sino del interés superior en la unidad del yo, para quien la lucha significa escisión y desconcierto, si no termina con el triunfo de una de las partes.” (SIMMEL, 1939, I, p. 275)

Entretanto, o equilíbrio tal como concebido por Simmel – e podíamos substituir Simmel por Elias mantendo a veracidade da frase – não é o equilíbrio sistêmico, estático, harmônico, mas ao contrário, o equilíbrio é também instável, processual, e um campo de poder. O equilíbrio é então, conflitivo, e logo, a estrutura de personalidade é também conflitiva:

² Embora também mudem, as formas em Simmel não são apriorísticas, são históricas. De fato, forma e conteúdo em Simmel, às vezes parecem confundir-se e tal distinção torna-se puramente operacional.

³ Weber é também um autor fundamental no tocante às relações de poder, suas contribuições, entretanto, não serão tratadas aqui.

⁴ Em geral, tende-se a considerar Marx como expoente de uma teoria social do conflito. Entretanto, parece-nos que para o autor, ao mesmo tempo em que o conflito é estrutural, é também contingencial. A contradição é apenas aparente nesta constatação, explico-me: Tomando como expoente por excelência do conflito, a luta de classes, sendo esta estruturante de toda a sociedade, tenderíamos a dizer que, sob a perspectiva do autor, este conflito estaria fadado ao desaparecimento, emergindo então uma sociedade harmônica. O conflito seria então passageiro.

⁵ O conceito em alemão *Vergesellschaftung* pode ser traduzido literalmente como socialização, dotando o caráter dinâmico deste conceito fundamental para Simmel. Em português, a tradução mais usada é a de socialização, como afirma Evaristo de Moraes Filho, em seu volume dedicado ao autor. O termo em espanhol *socialización* não tem, portanto o mesmo sentido que a palavra *socialização* adquiriu no Brasil.

⁶ Em resumo, não queremos aqui dizer que hoje não existam conflitos sociais, mas que, em comparação com os séculos anteriores, os conflitos tem adquirido uma forma mais amena, o que converge com as características do processo civilizatório, conflitos antes resolvidos de forma violenta hoje são mediados pela esfera da “justiça”, por exemplo, ou simplesmente são ocultos, não resolvidos, tendo consequências diretas na estrutura de personalidade do indivíduo, que parece não estar totalmente adaptada a este novo modelo de resolução de conflitos. Vale lembrar ainda que o que convém chamar de processo civilizatório não segue uma linha reta, havendo fenômenos mais ou menos recentes de explosões de violência, tratados por Elias em *Os Alemães* (1997).

⁷ Tal fato coaduna-se com o crescimento exponencial que teve a psicanálise ao longo dos séculos, podemos até dizer que “a vida mental” é tão ou mais carregada de incoerências que a vida social. E de fato, essa conflitualidade intrínseca tem levado cada vez mais pessoas a recorrerem aos serviços daqueles que em alguma medida são especializados na resolução de tais problemas: os psicólogos.

"Los intereses contenidos en el seno de un individuo luchan incontables veces entre sí, como los individuos mismos. Durante ésta lucha, acumúlanse en torno a las representaciones dominantes otras que aumentan la fuerza de cada una, de la misma manera que los adeptos a un partido se agrupan en torno a la personalidad directiva. Complejos de sentimiento y pensamiento, que propiamente nada tienen que ver con el conflicto interno, se introducen, sin embargo, en él, pierden su equilibrio anterior y adquieren el colorido de uno u otro de los intereses fundamentales incompatibles; exactamente como una oposición partidista, que separa partes esenciales de un grupo, acaba por escindirlo entero, incluyendo individuos y círculos objetivamente alejados de aquella oposición. Todas las fases de una lucha; el equilibrio de fuerzas, que paraliza temporalmente la contienda; la aparente victoria de un partido, que sólo sirve para dar ocasión a que el otro reúna fuerzas; el influjo de la mera suposición sobre el resultado, sobre la decisión efectiva; la aplicación directa o indirecta de las energías; todas estas formas se dan lo mismo en el curso de los conflictos internos que en el de los externos." (SIMMEL, 1939, II, p. 349)

2.2- Autocontrole e conflito na vida metropolitana

É interessante notar como podemos aproximar Simmel de Elias, no que toca a uma narrativa sobre a vida moderna, com ênfase no que poderíamos chamar, segundo a terminologia de Elias, dos padrões de autocontrole. Nesse sentido, o texto *A metrópole e a vida mental* oferece ótima reflexão, figurando-se como um texto de síntese das principais idéias de Simmel a esse respeito. Faremos aqui uma pequena análise desse texto, em um recorte temático que pretende vincular autocontrole e conflito.

A brilhante descrição de Simmel da vida e do homem metropolitanos aparece muitas vezes como contraponto a vida rural. Tal recurso de oposição pode ser melhor entendido se retomarmos seu estudo sobre o tamanho dos grupos sociais. Neste texto, Simmel caracteriza a vida rural – com seus grupos pequenos e esparsos – como um ambiente de tranqüilidade, onde o ritmo da vida é mais lento, as relações de um indivíduo são mais profundas, mas com menor número de pessoas. Em contraste, a vida metropolitana é caracterizada pelo fluxo constante, onde o indivíduo recebe muitos estímulos do exterior. Tais caracterizações, que de fato, estão presentes nas imagens mentais do senso comum de todos nós, ganham outro propósito explicativo em Simmel, pois o diferencial aí por ele entendido é o tamanho dos grupos sociais, como dissemos. Assim, Simmel vincula a extensão do grupo – não apenas populacional, mas também, ou principalmente,

no que diz respeito a multiplicidade de vínculos – com uma determinada atitude mental, há aí, a conexão entre o social e o psíquico, entre o coletivo e o individual, se é que podemos separar por completo estas categorias.

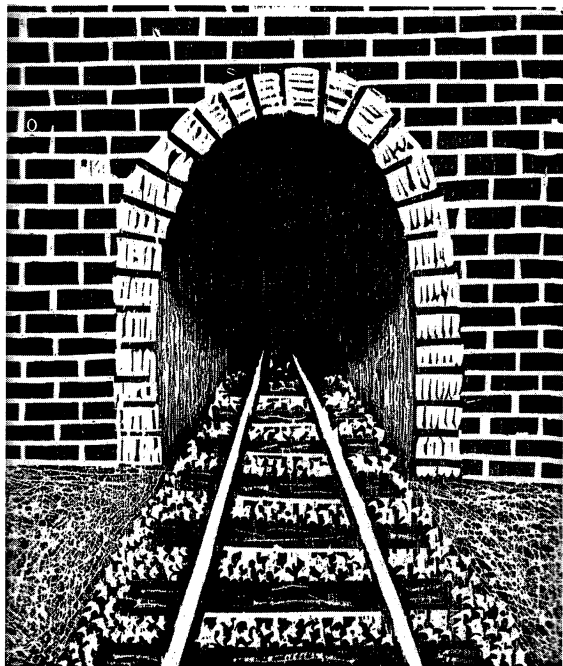
Sendo assim, o homem metropolitano se depara com uma série de situações as quais tem de se adaptar, como por exemplo, o maior número de impressões e sensações a que se submete diariamente. Frente a isso, o indivíduo responde racionalmente, sem mobilizar sentimentos profundos, aí está a gênese do indivíduo *blasé*, que não se curva frente ao qualitativo, ao individual, tratando tudo com a mesma posição de indiferença, ou frieza. Na cidade grande, onde os contatos são pouco intensos, e onde domina a economia monetária, dirigida à racionalidade e à objetividade, essa postura emerge e de certa forma se torna legítima, afinal, como seria possível a vida de outra maneira? Ou seja, sem o elevado grau de autocontrole garantido pela racionalidade, como se daria a manutenção de um todo tão complexo como o que existe nas grandes cidades? Se a vida metropolitana não fosse guiada pelos relógios e pelos cálculos, não seria um caos total?

A vida metropolitana e o que está nela implicado têm efeitos diversos: pois se por um lado a racionalidade das grandes cidades propicia maior liberdade individual, pois as pessoas não são obrigadas à convivência como nas cidades pequenas, e o peso da coletividade é sentido como menor, por outro lado, em alguma medida, a generalização do uso do dinheiro traz em seu bojo um fenômeno negativo, relativo a diminuição do valor do subjetivo:

"o dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, a individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade." (SIMMEL, 1987, p. 15)

À cidade grande, Simmel atribui algumas outras deformidades, como a solidão vivida pelos indivíduos como resposta a sua elevada





liberdade, a extrema competição no âmbito do mercado e também na apresentação de si, onde há a urgência da distinção num mundo de indiferenças. Onde os contatos são poucos, a necessidade de se mostrar indefectível é maior, assim, também nesse sentido é exigido do metropolitano maior autocontrole, os desvios de conduta devem ser evitados ao máximo. Onde a divisão do trabalho é tão desenvolvida as pessoas se direcionam para a produção objetiva, material e sua subjetividade – materializada nas artes, por exemplo – não tem um crescimento correspondente, pelo contrário, definha. Parece ser essa a maior tragédia da modernidade. Sobre os efeitos deletérios dessa situação para a existência interior do indivíduo, sobre os conflitos internos decorrentes do alto grau de autocontrole exigido, da miséria da cultura objetiva, do uso do dinheiro como equivalente universal, fatos estes interligados, podemos, por ora, apenas divagar, pois não trataremos deles aqui.

3- O conflito em Norbert Elias

Podemos dizer que Elias corrobora a idéia de Simmel e acredita também que o conflito compõe o social e lhe é inescapável. Sob essa perspectiva, a idéia de ordem, e de conflito como algo oposto a ela, a ser extirpado da vida social é apenas uma imagem-nós que diz respeito, sobretudo, ao crescente valor que a vida ganha na modernidade⁸. Sendo assim, conflitos, guerras, lutas, perdem legitimidade e são vistas com desprezo e como sendo extremamente perniciosas para o social. Logo, ver o conflito como algo danoso é tão ficcional como vê o indivíduo como mônada, como um ser isolado e auto-suficiente. Porém, tais figurações não são consciência falsa⁹, tão somente, e dizem respeito a um modo específico de apreensão do mundo e têm, portanto, efeito de realidade.

Em sua Sociologia dos Processos o que se evidencia, não obstante, é que a forma de

lidar com esses conflitos e as formas tomadas pelos próprios conflitos mudam ao longo dos séculos: Conflitos ou pressões entre grupos levam ao crescente aumento do controle e do autocontrole dos indivíduos. Num processo de longo prazo, a nobreza guerreira vai se tornando nobreza cortesã, e qualquer menção à violência vai sendo banida do palco da vida social – torna-se inaceitável trinchar animais à mesa, ou passar a faca com a ponta voltada para o receptor, por exemplo -, ao mesmo tempo, com a formação dos Estados Nacionais instaura-se paulatinamente o monopólio do uso legítimo da força física, não sendo mais viável ou mesmo possível o que ficou conhecido como “fazer justiça com as próprias mãos”. Assim, a resolução dos conflitos faz uso cada vez menos da violência direta deflagrada sobre o inimigo, passando a ser resolvida pelo que se chama de diplomacia, tomando a forma de conflitos latentes. Tal fato exige do indivíduo, um autocontrole e controle cada vez mais apurados e isso se faz com o correspondente incremento de certa dose de neuroses. Nesse sentido, Elias se aproxima de Freud, ao falar de uma civilização que “produz” cada vez mais inadaptados e traz em seu bojo uma série de eventos traumáticos.

Adotando aqui, uma postura mais detida à obra de Elias, tentaremos esboçar o que seria talvez a psicogênese deste estilo específico de conflito que marca a modernidade, atendendo aos escritos de Elias sobre controle e autocontrole no tocante à classe cortesã francesa.

Na passagem do feudalismo para a formação dos Estados Nacionais, podemos dizer que o aumento do controle e do autocontrole é um fenômeno que se relaciona com a diferenciação de funções, o crescimento das cadeias de interdependência e com uma estratégia de diferenciação social, analisaremos em separado tais ocorrências.

3.1- Sobre a diferenciação das funções e aumento das interdependências funcionais

Fazendo parte de uma corte, onde imperam forças centrípetas, onde se estabelecem relações comerciais com várias áreas e pessoas, a nobreza curializada passa a conviver com outras classes, em nível muito superior às antigas classes guerreiras, da mesma forma, grupos antes apartados passam a estabelecer relações entre si. Tal fato pode ser constatado, por exemplo, se levado em conta, o enorme fluxo das vias rodoviárias e até, a maior complexidade e extensão dessas vias, o crescente aumento dos volumes de comércio intra e interestatais, entre outros.

Diante desse contexto, não é de se espantar as mudanças na economia das pulsões da sociedade cortesã – o implemento do controle e autocontrole para um maior grau de previsibilidade, pacificação, conduta extremamente reflexiva e regrada – tendo em vista as “exigências” sociais para tal¹⁰. A vida social cortesã,

⁸ “In terms of a scientific, an object-orientated inquiry, neither war, nor revolution, neither murder nor concentration camp and genocide is a disorder of society. They form part of the same order as the division of labour in a hospital or a game of football or chess. Only when seen from the I- or We-perspective of specific groups can ‘social order’ appear as an antithesis to ‘social disorder’ and ‘chaos’ or co-operation as antithesis to conflict.” (ELIAS, 1998).

⁹ Na obra de Elias, é patente o rechaço do autor pela utilização de termos como “consciência coletiva”, “ideologia” ou “superestrutura”, conceitos que segundo ele, substancializam processos, e obscurecem as relações em sua verdadeira complexidade. Elias prefere então termos como mútuas implicações, imagens-nós, psicogênese, entre outros, conceitos esses que enfatizam justamente a relação, e não um “produto” dela, algo exterior e reificado.

¹⁰ O que não quer dizer que se trate de uma relação finalística entre a configuração social e as mudanças da conduta, já que tais mudanças não foram intencionais, planejadas, sendo ao contrário, um efeito do contínuo rearranjo das mútuas implicações.

com sua grande complexidade, seria inviável sem um elevado gradiente de controle e autocontrole, da mesma forma que como assinala Elias (1993, p.196) o trânsito numa grande cidade só se torna viável quando extremamente normatizado, ou seja, relacionado a altos níveis de controle e obtendo-se como resposta também o autocontrole do indivíduo. A vida inserida numa longa cadeia de interdependências exige uma conduta constante, sem modificações abruptas, como ocorria antes.

Essas mudanças relacionam-se diretamente com o monopólio da força física pelo Estado, que, se por um lado, permitiu que as pessoas se tornassem mais protegidas contra ataques, por outro, fez com que estas perdessem o direito de exercer a violência contra seus inimigos, o que significa que, de fato, as pessoas tinham em maior grau sua integridade física resguardada, mas em contrapartida, delas era exigido que controlassem melhor suas pulsões. Sendo assim, as pessoas deviam lidar melhor com suas vontades, tendo sempre em vista os efeitos a longo prazo de suas ações, instala-se aí uma maior capacidade – e necessidade – de previsão, e a conduta passa a ser pautada cada vez mais por uma relação de ponderação entre causa e efeitos. Nesse sentido, a conduta torna-se mais “racional”, o que não quer dizer, contudo, que passa a ser despida de valores, ao contrário, a própria racionalização é um ideal, um valor, guiado pela importância que a vida ganha e apoiado na crença de que a contenção pessoal é um bem a ser difundido na sociedade.

3.2- Sobre as estratégias de diferenciação social

Todas essas mudanças sociais ocorrem concomitantemente ao aumento das pressões sociais de uma burguesia ascendente e rica em busca de maior prestígio e poder em face de uma nobreza decadente que conserva unicamente seu status diferenciado. Essa pressão de baixo faz com que a nobreza cortesã busque continuamente refinar seus gostos, sua aparência e sua conduta, em vistas de se distinguir da classe que a ameaça e a repugna.

Entretanto, a vida nas cortes não se tratava apenas de se distinguir da burguesia *ad infinitum*, pois, além de se desvencilhar destas pressões, a classe cortesã deveria evitar também conflitos intraclasse, ou seja, com os outros nobres. E esses conflitos eram promovidos pela exigência da vida cortesã de um equilíbrio tenso entre distinguir-se e ser como os outros nobres: Um bom nobre precisava conquistar boas relações, ser bem querido por diferentes segmentos da corte para alcançar maior prestígio entre os pares e entre os superiores, mas por outro lado, se diferenciar demais poderia causar inveja e até mesmo a suspeita do rei ou de outros nobres, o ostracismo ou a expulsão do “exibicionista” dos grupos e da corte.

Ao mesmo tempo, a condição mesma da *noblesse* é seu refinamento frente às demais classes, de modo que, os costumes, os gostos estão sempre sendo lapidados, e à medida que

a burguesia tenta imitar e tomar pra si tais símbolos de distinção, mesmo que de modo bisonho e inacabado, os nobres mudam e aperfeiçoam seus critérios de conduta aceitável, assim a burguesia está sempre correndo atrás da conduta nobre e sempre também, ficando atrás dela.

Diante de tal panorama pode-se imaginar o quão exigente é esta sociedade, e o quão exigente é o nobre em relação a si mesmo. Essa situação exige como dissemos um comportamento impecável, assegurado por um altíssimo grau de controle e autocontrole e total atenção à própria conduta. Em tal sociedade, imagino, o conflito é sempre latente, a ameaça burguesa constante, e o nobre apenas luta para defender o que acredita ser seu direito: o prestígio. Pensamos então que os efeitos disso são deletérios, na medida em que a viabilidade de tal contexto está na contramão de um indivíduo mais desprendido e talvez mais em paz consigo mesmo. A pressão e o conflito sofridos pela alma do nobre cortesão apontam a graus alarmantes, pois ser polido é guardar pra si todo tipo de tensão que possa existir, é não expressar suas vontades, não hesitar em ser passivo numa situação de constrangimento, onde o que se queria na verdade era ir contra tudo e todos. Até que tais comportamentos sejam tão internalizados que deixam de ser conscientes, tornando-se uma “segunda natureza”. Aí, o conflito interno, digamos assim, toma outras formas, sendo inconsciente, torna-se ainda mais difícil de lidar com ele, e, esse conflito, agora superegóico podemos dizer, é potencialmente muito mais destrutivo que o anterior, pois foge da alçada do indivíduo, que o suporta sem saber o que ele significa, e, por conseguinte, sem saber o que fazer para dele escapar.

3.3- Conflito e Controle

Como podemos ver, a ética guerreira, calca na idéia de honra, onde nunca se abandonava a luta, mesmo que se soubesse da impossibilidade de vitória, onde massas lutavam até morrer, e o perigo era constante, foi aos poucos sendo mudada – impulsionada pelo monopólio da força física pelo Estado, pelo aumento da interdependência, pela perda de poder da nobreza – para uma situação onde o perigo externo diminui, onde o ambiente não oferece mais tantas possibilidades de luta, mas isso não significa que a luta, o conflito, perderam lugar, mas que eles passaram a estar mais presentes na estrutura de personalidade. O perigo passa a se relacionar com o medo de não corresponder às expectativas alheias de controle e autocontrole, com o medo de “perder a face”, e isso se alia a necessidade das pessoas de estarem sempre concentradas em si mesmas, pois o autocontrole se faz justamente na reflexão sobre a própria conduta:

[...] o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo. Parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente

na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano. As limitações mais pacíficas a ele impostas por suas relações com outros homens espelham-se dentro dele; um padrão individualizado de hábitos semi-automáticos se estabeleceu e consolidou nele, um "superego" específico que se esforça por controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social. Mas os impulsos, os sentimentos apaixonados que não podem mais manifestar-se diretamente na relação entre pessoas freqüentemente lutam, não menos violentamente, dentro delas contra essa parte supervisora de si mesma. Essa luta semi-automática da pessoa consigo mesma nem sempre tem uma solução feliz, nem sempre a autotransformação requerida pela vida em sociedade leva a um novo equilíbrio entre satisfação e controle das emoções. Freqüentemente, fica sujeita a grandes ou pequenas perturbações —, à revolta de uma parte da pessoa contra a outra, ou a uma atrofia permanente — que torna o desempenho das funções sociais ainda mais difícil, se não impossível. As oscilações verticais, os saltos do medo à alegria, do prazer ao remorso, se reduzem, ao mesmo tempo que a fissura horizontal que corre de lado a outro da pessoa, a tensão entre o "superego" e o "inconsciente". — os anelos e desejos que não podem ser lembrados — aumentam." (ELIAS, 1993, II, p. 203)

O homem cortesão pode ser representado pela figura de um homem tão preocupado consigo que quase chega a ser paranoico. Desde a infância, são instiladas nele largas doses de medo, vergonha e embaraço, afetos que compõem e definem o seu modelo de autocontrole. Tal controle pode ser introduzido a tal ponto que o indivíduo passa a ser incapaz de realização do prazer. Pois esse controle não é somente exercido socialmente, mas o próprio indivíduo vive um conflito consigo mesmo, já que está inserido numa balança desequilibrada entre restrição e paixões. Nesse sentido, Elias afirma que a civilização do ser humano, é um processo que sempre deixa cicatrizes (ELIAS, 1993, II, p. 205) e que uma relação não problemática entre controle e prazer é quase impossível.

Ao fim, o autor diz que o processo de racionalização da conduta se centra nos conflitos entre nobres e burgueses, que não mais podiam resolver suas desavenças por meio da violência. Esse modelo de racionalização e auto-regulação, como outros vários traços do Processo Civilizador, foram aos poucos sendo disseminados por outras classes, tornando-se predominante em todo o Ocidente.

4- Conclusão

Para finalizar, podemos dizer que, para Elias, os "conflitos internos" e os "conflitos externos" possuem uma relação de mutualidade, ou

melhor, já que o autor não concorda com esta dicotomia, podemos dizer que conflitos na estrutura da personalidade se dão *pari passu* aos conflitos na estrutura social, já que, para ele, não é possível pensar o social destituído de suas significações psíquicas. Sendo assim, pensar o conflito em Elias, destituído de suas considerações "superegóicas", por assim dizer, seria errôneo.

Já Simmel, consagrado por suas digressões sobre o conflito, oferece-nos um modelo aplicável a várias instâncias: estatal, política, familiar, trabalhista, entre outras. Sua ênfase no caráter "funcional" do conflito, entretanto, em parte obscurece a dimensão subjetiva deste, e ao realçar suas conseqüências positivas para o social, deixa um pouco de lado a problematização do conflito no âmbito individual. E, embora, como vimos, tenha tratado deste tema, figura como um autor "clássico", justamente no trato da dimensão formal do conflito. Conquanto tenha dito que, no indivíduo é possível ver a luta, o conflito, o autor prioriza o indivíduo como mero depositário do conflito, tratando em menor escala, do indivíduo enquanto ser onde se realizam conflitos, onde se travam lutas. Tal constatação de maneira nenhuma é vista aqui como uma deficiência do autor, parece se tratar apenas de uma escolha teórico-metodológica, que deixa margem para que futuros autores tratem mais detidamente do tema.

Os dois autores se separam em um ponto específico: a questão das motivações. Simmel, de alguma forma, prioriza as representações do conflito e supõe a intencionalidade dos sujeitos quando da ocorrência deste. Já Elias, enfatiza o problema das disposições, dos usos e práticas, e supõe que as estruturas e processos sociais, frutos das interpenetrações dos indivíduos, não podem ser explicadas por processos psicológicos individuais, e no patamar das relações não é possível falar de finalidades (ELIAS, 2008, p. 50), embora, todas as volições, em conjunto, sejam formalmente constitutivas da trama, mesmo não o sendo conteudisticamente falando¹¹.

Sabe-se que Elias, foi um grande leitor de Simmel, e sua sociologia foi fortemente influenciada pelo autor. Há quem diga que Simmel foi um ótimo cronista, um brilhante narrador do cotidiano. Talvez inspirado no autor, Elias ilustra a ascensão do conflito na estrutura de personalidade com pequenos exemplos como: a busca do prazer na sublimação estética, já que o prazer foi em grande parte retirado da vida comum por exigências de um elevado gabarito de autocontrole; e sua elaboração sobre a pacificação da vida e o aumento da violência passiva em detrimento da violência ativa, ou seja, agentes da violência tornam-se expectadores dela, o que pode ser visto na popularização do boxe e de outros esportes violentos (ELIAS, I, 1993).

Simmel e Elias fornecem modelos para pensar o conflito e em especial o conflito individual, e, embora sigam caminhos diferentes, ambos oferecem valiosas reflexões sobre um modelo que se opõe a idéias e teorias que postulam o equilíbrio sem tensões e a coerência como lógica. Ambos retratam bem o conflito em várias

¹¹ Tal concepção se apresenta na metáfora da trama das interdependências como uma dança de salão, contida na Introdução da edição de 1968 do Processo Civilizador – volume I: O arranjo dos dançarinos não diz respeito à posição de qualquer um deles em particular, mas certamente não haveria tal desenho sem que houvesse dançarinos, quaisquer que sejam estes. Do mesmo modo, a rede de interpenetrações não se reconhece em nenhuma volição particular, mas não existiria sem essa.



esferas e suas contribuições para a sociologia são inquestionáveis. No desenrolar desse texto, apresentamos apenas algumas reflexões sobre o tema do conflito nestes dois autores, não nos foi possível ir mais além no que toca a proposta

teórica mais ampla de ambos. No entanto dada a centralidade – recém colocada, alguns podem dizer – desses autores na literatura sociológica, recomenda-se uma imersão mais profunda na obra dos mesmos.

Submetido em fevereiro de 2010

Aprovado em maio de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. (2008) *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Ed. Edições 70.
- _____. (1993) *O Processo Civilizador, Volumes 1 e 2*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- _____. (1997) *Os Alemães - A luta pelo poder e a evolução do habitus*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- _____. (1998), *The Norbert Elias Reader: a biographical selection*. In *J. Gouldsblom & S. Mennell*, Oxford, Ed. Blackwell Publishers.
- NEIBURG, Frederico; PONTES Heloísa; SOUZA Jessé et al (1999), in *L. Waizbort (orgs), Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- SIMMEL, Georg. (1939) *Sociología: Estudios sobre las formas de socialización, Volumes 1 e 2*. Buenos Aires, Compañía Editora Espasa-Calpe Argentina S. A.
- _____. (1987), "A Metropole e a Vida Mental", in *D. Velho (orgs), O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- _____. (2005), in *J. Souza & Ö. Berthold (orgs.), Simmel e a modernidade*, Brasília, Editora UnB.

Macuco Também é Gente?, ou a Respeito da Natureza Humana

Carolina Vaz de Carvalho

Graduanda do
Curso de Ciências
Sociais / UFMG

**Henrique
Gonçalves
Rodrigues**

Graduando do
Curso de Ciências
Sociais / UFMG

Palavras chave:

literatura,
estruturalismo,
humanidade,
animalidade,
natureza, cultura

Key words:

literature,
structuralism,
humanity, animalism,
culture

RESUMO: O presente ensaio é uma tentativa de análise estrutural de uma obra literária, sob as luzes de Roberto DaMatta e Claude Lévi-Strauss. Utilizando os instrumentos heurísticos da antropologia, ateremo-nos à estrutura narrativa do conto *Caçada de Macuco* de Mário de Andrade. Nosso intuito é identificar elementos que permitam contribuir com a clássica controvérsia entre natureza e cultura, na sua variante animalidade e humanidade já apontada por Tim Ingold.

ABSTRACT: This essay is an attempt to make a structural analysis of a literary work, enlightened by Roberto DaMatta and Lévi-Strauss theories. Using anthropology's heuristic instruments, we will focus on the narrative structure of Mario de Andrade's short-story *Caçada de Macuco*. We aim to identify elements that allow us to contribute to the classic controversy between nature and culture, in its variant form of humanity and animality pointed out by Tim Ingold.

"Tendo consciência de meu papel, estou disposto a receber as admoestações que certamente serão feitas pelos críticos literários. Realmente, minha análise provavelmente rompe com os cânones mais elementares da análise em literatura e, sem considerações formais, reduz uma "obra de arte" à sua expressão sociológica em termos de relações sociais. A desculpa que posso oferecer para minha ousadia é de duas ordens: primeiro, é preciso testar os instrumentos da análise estrutural em outros campos; segundo, a leitura de certos críticos literários tem me deixado perplexo, pois que eles também possuem suas teorias sobre a sociedade humana. Resta, porém, o ponto positivo que é o estabelecimento de um diálogo entre especialistas de campo diversos mais afins." (DAMATTA, 1973, p.99)

Introdução

Este ensaio pretende ser justamente isso, um ensaio, uma tentativa de reflexão. Sendo tentativa, não aspira a ser completa, nem completamente coerente, correndo o risco, inclusive, de ser um grande fracasso. Tentaremos, contudo, seguindo o exemplo de Roberto DaMatta ao analisar o conto de Edgar Allan Poe intitulado *O diabo no campanário*, realizar minimamente uma análise estrutural do conto *Caçada de Macuco*, de Mário de Andrade, destacando suas oposições e operadores lógicos pertinentes ao nosso objetivo. Acreditamos poder assim oferecer uma pequena contribuição à controvérsia a respeito do que interpretamos como sendo *humano*: uma condição singular, diferente de todos os animais; ou o humano é apenas um animal de determinada espécie? Se optarmos antropocentricamente pela primeira, o que nos distingue como seres *suis generis*?

"O que vale na vida é a tentação. Tentemos, pois."

O que faz de um ser humano um ser humano?

Assim, esse pequeno exercício reflexivo tem dois pontos de orientação. O primeiro deles, o conto *Caçada de Macuco*, de Mário de Andrade, ponto de partida e matéria prima do experimento. O segundo, mais um pólo que um ponto de orientação, uma temática de inquietação, uma das questões clássicas - e por isso mesmo traiçoeira - das ciências humanas, a saber: a distinção entre animalidade e humanidade, também expressa nos termos de natureza e cultura.

Um dos motivos para a discussão da humanidade e da animalidade ter se tornado clássica é seu caráter controverso, no sentido que Bruno Latour empresta ao termo¹. Em grande medida, a controvérsia deve muito à polissemia dos termos em que a questão da 'natureza humana' é colocada. Como nota Tim Ingold no artigo *Humanidade e Animalidade*², "natureza" é um dos conceitos mais polivalentes em diversos idiomas. Pensar sobre a natureza humana significa coisa muito diferente, quer se pense na 'natureza do homo sapiens como uma espécie animal em relação a outras espécies animais' ou na 'natureza da humanidade como uma condição de existência distinta da animalidade'. Se não há um significado único para natureza, tampouco se pode reduzir os usos do conceito de cultura a uma única acepção. Cultura e natureza, no entanto, são freqüentemente definidos como conceitos opostos e complementares, ainda que suas fronteiras sejam fluidas.

Destarte, é preciso estabelecer alguns parâmetros do que entendemos como "humano"

¹ As controvérsias latourianas não são meras polémicas, mas questões em aberto, instáveis, cujo resultado não se pode prever de antemão. Uma discussão detalhada do conceito (bem como a contribuição do autor para o debate do tema natureza x cultura) pode ser encontrada na bibliografia utilizada.

² INGOLD, Tim. (1995), "Humanidade e Animalidade". Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 28.

para os fins desse ensaio. Como observa Ingold, ser humano, enquanto pessoa, não é condição automática de pertencimento à espécie *homo sapiens*, ou vice-versa. Por sua vez a natureza humana, o compósito entre o que aproxima os humanos dos outros animais - que seria biológico - e o que é singularmente humano, perpassaria a ordem cultural, não podendo ser rígida ou categoricamente limitado. Assim posta a questão, a atribuição da condição de humanidade, e sua negação pela categoria de animalidade, não se dão numa maneira discreta, fixa, mas como resultados variáveis e não mutuamente excludentes de relações e interações. Eis a proposta deste ensaio: explorar as formas como são relacionados os pólos natureza e cultura, dentre outros pares conceituais, no conto de Mário de Andrade, posteriormente refletindo sobre as variações de "humanidade" subjacentes ao texto.

Seguindo os rastros do macuco

1.O conto começa com Maria na varanda, costurando. Tônico aparece à cavalo, perguntando pelo pai, Nhô Pires. Ela se irrita e o insulta. Ele diz que estará toda noite a sua espera, num matagal próximo; para fazer notar a sua presença, imitará o pio do macuco. Ameaça dizendo que se ela não vier, como o pai é caçador, fatalmente irá matá-lo.

2.É-nos apresentado João Antônio Pires, conhecido como Nhô Pires. De corpo esquelético e fraco na juventude, casa-se muito jovem e muda com mulher e filho para São Paulo. Entrega-se ao duro trabalho de tropeiro em Mato Grosso e Goiás. Adquire riqueza, força e filhos.

3.Estabiliza-se já mais velho em São Paulo como coronel na região, cercado e venerado por fazendeiros menores. Tem muito apreço pela mulher e pelo amigo João. Ficamos sabendo que sua primeira mulher morrera a pouco tempo, sem que ele se lamentasse. Os filhos e as filhas já não viviam em casa. O pai fizera questão que saíssem cedo para fazerem cada um a sua vida. Nhô Pires vivia, portanto só, apenas com o orgulho e a terra.

4.Todavia um filho seu, Tônico, morava nas cercanias. "Ambicioso ou vil", vendia galinhas a altos preços, compradas pelos locais por respeito ao pai. Amaldiçoava o filho, pela sua pequenez e infâmia, comparando as galinhas a seus touros.

5.Ficamos sabendo que "A época do castigo

chegou". Numa viagem a São Paulo, volta acompanhado por uma moça tímida e jovem, que apresenta como sua mulher. Maria, sem arrimo nem parentes, casara-se por conveniência, sem amor ou ambição. Sente-se plena, feliz. Vive uma vida austera, sem tristeza ou desejos.

6.O fazendeiro, enfraquecido pela paixão, fica doente. O diagnóstico na capital é que está "fraco do peito". O médico recomenda os ares da fazenda. Enquanto sua mulher, antes tão cândida e recatada, começa a ter mais e mais desejos e vontade de viver, agora que dormem separados devido a enfermidade, Nhô Pires piora em sua doença, cada vez mais abatido.

7.É nesse momento que Maria percebe as investidas de Tônico, que evita, por recato. Contudo, ao imaginar os ciúmes do marido, sente-se confusamente engrandecida. Disfarçadamente e sem perceber, fica cada vez mais afastada do marido, sem lhe negar os cuidados necessários.

8.Num dia, num passeio a cavalo com o marido, Maria sente raiva e vontade de distanciar-se de Nhô Pires, homem rude e agora doente. Nesse mesmo dia, à noite, pensa, sem muito acreditar, na promessa de Tônico. Então às nove horas ouve piar longamente o macuco. Desesperada e querendo contar tudo ao marido, chora baixo, contendo-se.

9.Envergonhada, Maria cede e aceita o beijo que o marido oferece, apesar da doença. Assim espera que ele não saia para caçar. Sente-se nobre e mais feliz pelo ato, com mais força para lutar contra as investidas do enteado.

10.Na outra noite Maria, fingindo tranqüilidade, fica apreensiva quando o relógio aproxima-se da hora fatídica. Às nove horas, deita-se, admirada de não ouvir o macuco piar. Quando ele finalmente pia, fica aflita. O marido, caçador inveterado, sente-se provocado pelo pio do macuco. Hesitante, pensando nos conselhos da mulher em relação à doença, Nhô Pires resolve-se e sai, conferindo antes o quarto da mulher. Sem que o marido saiba, Maria, mais e mais aflita, temendo por Tônico, sai logo após para salvá-lo.

11.Na escuridão da mata, Nhô Pires atira no macuco. Em seguida se dá conta que matara Maria. Conta a seu amigo João. De manhã, a mulher de João conta aos vizinhos que o marido fora a São Paulo, levar Maria, que adoecera de repente.

12.Nhô Pires dorme, cansado pela dor, sentindo-se sozinho e com saudades, que há muito não sentia, dos filhos. Recorda-se da outra esposa e sente necessidade de companhia. Percebe que envelhecera e tem medo de morrer. Chora naquela noite, perdendo todo o orgulho. Dá-se conta que queria alguém, gente com ele, carinho. No outro dia ele manda chamar Tônico, que finge viajar. Admira-se de ter errado o segundo tiro. Nhô Pires, furioso, invade a casa de Tônico, encontrando-o na cama com a perna ferida. O filho, com medo e covardia, confessa a traição. O pai expulsa-o da localidade.

13.O boato que começa a correr na cidade, com a suposta morte de Maria em São Paulo e a expulsão de Tônico, é a de que os dois tinham



fugido juntos enquanto Nhô Pires caçava. O fazendeiro vive cercado de carinho e piedade da pequena população do arraial. Morre pouco tempo depois, delirando no leito de morte com a visão de enormes macucos saltitando ao redor.

Os ovos do Macuco: cru, cozido ou podre?

Claude Lévi-Strauss, em sua conhecida obra *As Mitológicas*, tratou de analisar diversos mitos indígenas utilizando-se do método estruturalista, identificando pares de oposição na estrutura das narrativas míticas a fim de relacioná-los. Da mesma forma, tentaremos buscar alguns pares de oposição estrutural no conto andradiano e relacionar seus elementos a dois pólos distintos. Partiremos de um pólo base de diferenciação, natureza/cultura, que orientará nossa investigação.

O título do conto, *Caçada de macuco*, aponta para uma primeira relação entre natureza e cultura, entre macuco e caçador. A natureza selvagem é dominada pelo homem, arquetipicamente representado pelo caçador. No imaginário popular (nem tão popular, somente), a atividade de caça é associada à necessidade de fabricação de ferramentas e, conseqüentemente, à origem e desenvolvimento da cultura material. Nhô Pires, na história, é exemplo de triunfo do homem sobre o meio inóspito - caçador, foi tropeiro, desbravador, e a partir dessa primeira ocupação de embate com o meio natural erigiu os pilares de seu poderio econômico e político. Casou-se novo e doente, antes de ingressar em sua vida de "bandeirante colonizador". Teve muitos filhos, na medida em que foi adquirindo saúde, terras e cabeças de gado. Atingiu certa estabilidade na vida, desfrutando da tranqüilidade e de um influente poder político. Nutria primordialmente o orgulho e a amizade como valores, em contraposição a sentimentalismos e covardia. Após a morte da mulher, tendo mandado todos os filhos para fora de sua fazenda, ficara só, livre, e isso não o incomodava, senão o contrário.

A fazenda pode ser vista como uma domesticação da natureza, uma introdução da ordem social no meio natural. A fazenda faz fronteira não somente com outras propriedades rurais, sob influência de nhô Pires, mas com terras virgens que despontam num matagal, cenário de tensão. Nhô Pires é a expressão máxima de poder na região de sua fazenda; a fazenda é expressão do poder humano sobre a natureza. Podemos apontar alguns pares de oposição estrutural na história, centrados na figura de nhô Pires:

relações familiares : solidão ∴ luta pela vida : tranqüilidade ∴ impotência : poder ∴ mata virgem : fazenda

Todos os pares podem ser relacionados de alguma maneira à díade natureza : cultura. A associação da mata virgem, da luta pela vida e da submissão à natureza, e da fazenda, do poder e da tranqüilidade à cultura dispensam maiores explicações. A associação da solidão

ao pólo da cultura é mais intrigante. A solidão aparecerá na maioria das vezes associada ao pólo masculino (nhô Pires), à tranqüilidade e à cultura. O que nos estranha é que cultura aqui, sendo aproximada da idéia de social (em oposição à natureza, próxima ao biológico, ao selvagem), deveria ser o lugar do público, da relação, e não da solidão.

Uma possível saída aponta para a associação do casamento à necessidade de reprodução biológica e da solidão a uma superação dessa necessidade natural, possível através das ferramentas culturais que dão ao homem independência dos determinantes de sua biologia. É instigante nesse ponto trazer algumas informações sobre o macuco, o avatar que percorre a história. Trata-se de uma ave amplamente distribuída pelo interior do Brasil, cujo nome científico é *Tinamus solitarius* (do latim *solitarius* = sozinho, solitário). Costuma viver solitariamente, empareando-se apenas na época de reprodução. O macuco macho é quem choca os ovos e posteriormente cria a prole com grande cuidado parental. A ave é tida como um prestigiado troféu de caça, sendo a imitação do pio do macuco uma importante técnica de caçada. Caçador e caça, nesse conto, podem estar mais próximos do que uma primeira percepção nos permitiria imaginar. Voltaremos.

À força de nhô Pires contrasta a fraqueza do filho Tônico, que possui apenas uma "sitioca" e cria galinhas, inferiorizados na comparação com a fazenda e o gado de seu pai. Seu caráter é descrito como covarde e vil, uma "covardia orgulhosa" até. Os vizinhos têm por ele condescendência, diferente do respeito que prestam ao pai. O personagem é menos desenvolvido na narrativa, mas pelo pouco que se nos revela podemos perceber que ele é uma versão fraca do que seria o domínio humano sobre o natural, é uma paródia do pai, e será alvo de desdém deste ao fim da história. Tônico é na narrativa associado ao matagal - prenúncio da natureza nos limites da fazenda - onde imita o pio do macuco às noites, e a uma paixão incestuosa³, ousada, "séria e bruta", sertaneja. Tônico é oposto ao pai, mas não se pode dizer se está no pólo cultura (ou natureza) sem se analisar o caso de Maria.

No início do conto, Maria descansa na varanda, aparentemente tranqüila. Com o desenrolar da narrativa vamos saber melhor quem é Maria, colhendo pistas para melhor entender a tensão que se passa entre ela e Tônico. Nhô Pires conhecera Maria em uma de suas viagens à São Paulo. Ela estava em busca de tranqüilidade e segurança, e viu no casamento uma maneira de consegui-lo. A cidade grande vai operar uma transformação na ordem estrutural previamente estabelecida na história. Aqui os pólos se invertem em alguma medida na relação entre fazenda e cidade. São Paulo, a capital, é lugar de civilização, a humanidade por excelência. São Paulo detém os bens de consumo refinados e supérfluos, e também o conhecimento especializado, por vezes necessário.

Nhô Pires vai freqüentemente à cidade fazer compras e é na capital que se encontra atendimento médico. É local de refinamento e

³ A caracterização da paixão de Tônico por Maria como incestuosa se refere antes a uma violação das regras de aceitação social do que a uma infração da proibição da relação entre parentes, tal qual caracterizamos o incesto. Em nossa sociedade, o incesto é racionalizado a partir da noção de laços biológicos, o que excluiria Maria dessa interdição. Por outro lado, Maria é madrasta de Tônico, o que equivale à posição de mãe na estrutura familiar em questão.



erudição. É o excesso de civilização, o excesso de cultura, que significa enfraquecimento em outros aspectos - fraqueza da força física, que seria desenvolvida no trato com o meio natural; fraqueza moral causada pela indolência e pela satisfação de prazeres. Frivolidades - o jantar que predispõe a fraquezas sentimentais, o ar que faz brotar ânsias dantes inexistentes. O ar da cidade torna nhô Pires predisposto a sentimentalismos, enquanto o ar da fazenda é recomendado pelo médico como cura para sua fraqueza física (curiosamente, ele é diagnosticado como "fraco do peito", região do corpo identificada, através do coração, com as emoções). Maria, como ser vindo da cidade, está no limiar do excesso de civilização que representa uma volta a alguns defeitos da natureza, ou melhor, defeitos da impotência perante a natureza. Ela é um ser de compaixão e dever, sentimentos ligados a um refinamento cultural, mas também de horror à doença (a doença e a morte são lembrança de que o homem não pode furtar-se de sua constituição biológica) e de conflitos morais quando descobre em si uma ânsia por emoções, por uma vida mais "vívica".

Maria será o elemento da cidade introduzido na fazenda, causando um desequilíbrio na relação entre fazenda e mata virgem, simbolizando um enfraquecimento progressivo de nhô Pires. Por outro lado, será ela quem cuidará de sua enfermidade, sendo aproximada ao pólo da saúde - aquela que cuida - em relação ao pólo da doença - nhô Pires, aquele que padece. Uma mudança nos status das personagens fora iniciada pelo novo casamento, decorrente da viagem de nhô Pires a São Paulo, cuja cena é anunciada sucintamente pelo narrador com a frase "Então a época do castigo chegou". Nhô Pires representará para Maria o poder regulatório da vida social, das regras sociais que, por previsíveis, garantem tranqüilidade onde a natureza dá margens a incertezas; contudo, o fazendeiro se sentirá mais só e doente, enfraquecido com sua paixão (mal correspondida) por Maria, entregando-se contra as recomendações médicas aos prazeres das caçadas.

Temos então, depois do casamento com Maria, novas estruturas de relação derivadas da primeira série apresentada acima. As séries dizem respeito às relações entre Tônico e Nhô Pires (série A), entre Nhô Pires e Maria após o casamento (a série B mostra a perspectiva de

Nhô Pires, enquanto a série C se constrói do ponto de vista de Maria) e entre Tônico e Maria (série D):

Série A - Tônico - Nhô Pires: fraqueza : força
.: condescendência : respeito .: covardia : bravura .: galinhas : bois .: macuco : caçador
.: tônico : nhô pires .: mata : fazenda

Série B - Maria - Nhô Pires: novo casamento : solidão .: relacionamento : autosuficiência
.: sentimentalismo : sobriedade/controle .: doença : saúde .: fraqueza : força .: mulher : homem .: maria : nhô pires .: cidade : fazenda

Série C - Nhô Pires - Maria: casamento : solidão
.: regularidade : incerteza .: tranqüilidade : insegurança .: força: fraqueza .: sobriedade : sentimentalismo .: homem : mulher .: nhô pires : maria .: fazenda : cidade

Série D - Tônico - Maria: instinto : moral .: sentimentos brutos : sentimentos refinados
.: incesto : regras sociais .: tônico: maria .: mata : cidade

Há ainda a relação entre as três unidades espaciais da trama: a mata, a fazenda e a cidade. Por ora, consideremos que mata : fazenda .: fazenda : cidade e, paralelamente, natureza : cultura .: cultura : excesso de cultura.

Os dias que antecedem o ápice da trama são palco de eventos marcados pela mistura entre esses pares, pelo enfraquecimento das oposições e diferenças: mistura do homem com a mulher, do enfermo com a "enfermeira" (aquela que cuida, signo da saúde), do ser solitário com o ser sociável, indistinção dos limites entre o instinto e a moral, entre a tranqüilidade e a incerteza, aproximação da cultura com a natureza. Misturas são sempre perigosas, representando na maioria dos casos um tabu, que acarreta conseqüências se violado. O que se deu após o encontro em que Maria "deixou-se conduzir", no momento de violação da restrição de contato imposta pela doença e concomitante ameaça de violação do tabu do incesto? Vitória do pólo da cultura, do masculino, de nhô Pires. Anulação da mulher (morte de Maria) e da sensibilidade (volta da indiferença).

Retorna-se momentaneamente à tranqüilidade e à solidão. Ocorre então uma saturação do pólo cultura que, operando de modo inverso, dá lugar a um esvaziamento do orgulho, ligado ao masculino, agora tornado covardia. Sentimentalismo e medo da morte, reconhecimento da impotência do homem perante alguns imperativos naturais. Nhô Pires irá buscar a companhia de seu filho e, num último lampejo de orgulho e poder, expulsá-lo de seu domínio. A interpretação que os vizinhos fazem dos fatos, uma fuga de Tônico e Maria enquanto nhô Pires caçava, restabelece um equilíbrio. A solidão se tornará insuportável em seu excesso, até o ponto em que o sujeito - nhô Pires -, agora objeto de piedade e sentimentalismo, morre.

No primeiro volume d' *As mitológicas - O cru e o cozido* -, Lévi-Strauss faz uso de diversos mediadores entre as categorias de cru e

cozido. Seja o fermentado ou queimado, temos na figura do podre um terceiro ponto além do par em questão, remetendo tais categorias aos vértices de um triângulo. No nosso caso podemos associar o podre a um meio caminho entre natureza e cultura, ou a um excesso desequilibrado de cultura, que leva a um retorno à natureza, ou antes, que coloca em crise o sistema. Assim, os elementos desencadeadores dessa crise, elementos que representam o podre, são: Tonico, que se encontra a meio-caminho da dominação cultural sobre a natureza exemplificada por seu pai, e num outro plano é o elemento de distúrbio da relação entre Maria e nhô Pires; a cidade de São Paulo, marcada por excessos (o podre também é consequência de um moquear exagerado), associada ao segundo casamento - e início das desgraças - do fazendeiro e à sua doença; e a própria Maria, por transferência das qualidades excessivas da cidade de São Paulo, sofre e causa um processo de apodrecimento, catalisando a deterioração das relações de poder de nhô Pires com seus agregados, com seu filho e com a natureza.

Vimos que o pólo da cultura venceu, prevaleceu sobre a natureza, nas relações entre nhô Pires e Maria e Tonico. Se tonico : nhô pires : maria . . . mata : fazenda : cidade, a fazenda resiste, como nhô Pires, à mata virgem e à cidade. A correlação de cultura e poder facilmente extraída dessa observação é traiçoeira, entretanto. Pois é a cidade a origem das transformações, cujo agente é Maria, transformações na direção da impotência de nhô Pires. Mas Maria não é a natureza bruta, tensão fundamental à cultura: é a natureza deslocada, associada à doença - e por analogia à podridão. Tonico também, sem poder ser colocado no pólo da cultura (seus atributos são por demais fracos, consequência de uma transformação não madura) nem da natureza, está situado no pólo da podridão - ele é o parceiro de Maria na desordem do sistema. A cultura venceu, mas venceu porque saturou, transbordou os limites, entrou em colapso. Contrariando nosso senso, o macuco caçado - *Tinamus solitarius* - venceu. A solidão, que esteve ao lado da cultura, prevaleceu.

Macuco também é gente?

De que forma podemos inserir o par humanidade/animalidade nessa estrutura? A resposta óbvia seria de que os humanos estariam para a cultura assim como os animais para a natureza. Mas como fica o elemento da solidão, talvez o mais importante durante todo o conto, ao lado da cultura e ao mesmo tempo ligado a um animal, o macuco? A pergunta passa pelo questionamento acerca

da constituição da natureza humana, se esta reside numa condição física ou numa condição moral de humanidade. Tudo depende, como aponta Ingold, da maneira como definimos "natureza": como uma qualidade essencial que todos os indivíduos de determinada espécie, e apenas eles, possuem; ou como referência direta e explícita ao mundo físico, material. Desse modo, a natureza humana pode residir tanto na nossa humanidade, enquanto condição particular de existência, quanto na nossa animalidade, enquanto seres vivos descritos por taxonomias do campo da biologia.

A tendência humanista é optar por uma visão antropocêntrica, situando a qualidade distintiva dos seres humanos no plano moral da cultura - mas poderia ser também a fala, o espírito, a alma, o pensamento, entre outros. Contudo, como podemos sustentar que a humanidade é o exato oposto da animalidade, se não podemos negar que todo ser humano é também animal? O nó se dá porque num sentido humanidade aponta para uma categoria biológica (a espécie *Homo sapiens*), enquanto noutra a clivagem é a condição moral de pessoa. Nessa segunda perspectiva, entende-se como humano apenas os seres que estão "existindo de modo humano". Humano aqui é o sujeito moral, não o organismo biológico. O fato de empregarmos o mesmo epíteto - humano - para nos referirmos às duas coisas mostra a nossa convicção de que só os indivíduos pertencentes à espécie humana podem ser sujeitos (INGOLD, 1995, p.45-47).

Esse questionamento é revelador das limitações de se tratar dualidades como dualismos. Se lembrarmos das nossas ressalvas iniciais, humanidade e animalidade podem ser tratadas como atribuições não excludentes, mas relacionais, dependentes da caracterização do que configuraria a condição humana. Considerando-se os aspectos do domínio da natureza e do controle dos instintos, nhô Pires encarna os valores de humanidade. Em contrapartida, na forma como se relaciona com sua primeira esposa e filhos, o fazendeiro tende à animalidade - e comparativamente o macuco macho que zela por sua prole está na humanidade. Se Tonico beira a animalidade por sua impotência perante a natureza exterior e interna ao homem, na visão de nhô Pires, sua entrega à paixão por Maria pode representar para essa a condição humana de vida, contrastada à condição biológica de mera existência. A humanidade está na razão e na sensibilidade, na dependência e na auto-suficiência, na força e na fraqueza, na regularidade e na quebra das regras. A solidão e a relação aparecem como atributos de duas humanidades distintas, ambas contidas na animalidade do macuco.

Submetido em março de 2010.

Aprovado em junho de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mario de. (1980). *Caçada de Macuco*. In: "Obra Imatura". Belo Horizonte, 3ª edição, Editora Itatiaia Limitada.
- INGOLD, Tim. (1995). "Humanidade e Animalidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 28, ano 10: 39-53.
- LATOUR, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Editora 34.
- _____. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo, UNESP.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (2004). *O cru e o cozido*. Tradução de Beatriz Perrone-Moises e Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, Cosac&Naify.
- DAMATTA, Roberto. (1973). "Poe e Lévi-Strauss no Campanário, ou a Obra Literária como Etnografia". In: *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis, Editora Vozes.
- POE, Edgar Allan. (2008). "O diabo no campanário". in *Histórias extraordinárias*. Seleção, apresentação e tradução de José Paulo Paes. São Paulo, Companhia das Letras.

Fronteiras francesas: restrição aos indesejáveis nas políticas migratórias¹

Lorena França

Graduanda do Curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras chave:

Imigrantes, políticas migratórias, cidadania, xenofobia, Estado nacional.

Key words:

Immigrants, migration policies, citizenship, xenophobia, national state.

RESUMO: Esse artigo traz uma revisão sucinta das políticas migratórias que têm sido instituídas na França, baseadas numa restrição, cada vez mais crescente, à entrada de novos imigrantes, bem como uma comparação dessa postura existente na Inglaterra e nos EUA. Pretendo demonstrar que, à despeito dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade presentes na Declaração dos Direitos Humanos e de um contexto de aguçado desenvolvimento da modernidade, o Estado nacional francês tem se fortalecido com a expulsão dos imigrantes em práticas xenofóbicas.

ABSTRACT: This article presents a short review of the migration policies that have been instituted in France based on an increasing restriction to the immigrants entrance, as well as a comparison of this attitude in England and USA. I intend to demonstrate that, in spite of the ideals of freedom, equality and fraternity in the Human Rights Declaration and a context of acute modernity development, the French National State has strengthened itself with the deportation of immigrants with xenophobes practices.

O presente artigo pretende fazer uma revisão sucinta das políticas migratórias que têm sido instituídas na França, baseadas numa restrição cada vez mais crescente, à entrada de novos imigrantes. Nesse contexto, vale verificar se tal processo, circunscrito principalmente na últimas quatro décadas, se desenrola isoladamente ou se pode ser associado a movimentos internacionais tanto na Europa como nos Estados Unidos. Cabe ainda apresentar quais são alguns movimentos contrários ao fortalecimento das barreiras nacionais que se põem em conflito com o tema abordado.

Desde a Revolução Francesa, ocorrida em fins do século XVIII, a França é conhecida como um país defensor da liberdade, fraternidade e igualdade. Essa tríade tem sido repetida como o lema de uma sociedade moderna e justa. Mas o fim do antigo regime não representou o fim das diferenças culturais e materiais entre os próprios franceses, quanto mais entre as diversas nacionalidades residentes no país. O fato é que a França tem sido considerada um local atrativo para estrangeiros que queiram procurar uma vida melhor distinta daquela encontrada em seu país de origem, seja pelo desenvolvimento econômico desse país, seja por seus preceitos iluministas direcionados para a valorização da cultura educacional e para a liberdade de pensamento. Não obstante, nas últimas décadas, o país tem passado por um processo social e político que desagua na não aceitação da grande maioria dos imigrantes.

A pertinência dessa questão foi retratada recentemente no filme francês de Philippe Lioret, intitulado "Welcome" (2009), que narra a história de um jovem iraquiano, do Curdistão,

que se desloca de sua terra natal à França, de carona ou a pé, com o intuito de aportar na Inglaterra. Depois de uma tentativa traumatizante de atravessar a fronteira em um caminhão de carga, ele se esforça para atravessar o Canal da Mancha a nado. O universo dos imigrantes ilegais toma a tela e a simpatia do espectador. Para os mais desavisados, descobre-se que eles



¹ Esse artigo foi desenvolvido na disciplina "Migrações Internacionais e Desigualdades Sociais", ministrada pela professora Elaine Vilela, no segundo semestre de 2009, no curso de Ciências Sociais - FAFICH/UFMG. Agradeço a ela pelo incentivo à publicação e às considerações pertinentes feitas no texto inicial.

dependem de ajuda para comer, não têm onde dormir e, que ainda por cima, os franceses que tentam ajudar os ilegais a se manterem no país também são perseguidos e punidos pela polícia e pelo órgão de imigração. Trata-se de acabar com uma ação praticada pelos nacionais rotulada de "delito de solidariedade" referente aos artigos L622-1 e L622-4 do Código de Entrada e Estadia de Estrangeiros, que penalizam com prisão de cinco anos e multa de 30 mil euros quem ajudar, transportar ou abrigar qualquer imigrante ilegal na França.

A partir da experiência como espectador, mesmo que não se saiba a qual procedimento legal isso corresponda, pode-se ter uma ideia do rumo que as políticas nacionais tem tomado. O governo francês quer atingir o máximo de controle para que os indesejáveis não mais adentrem o limite interno a suas fronteiras e não usufruam, assim, dos benefícios instituídos. O professor de natação de Bilau, personagem protagonista desse filme, é convocado pelo departamento responsável pela imigração para ser repreendido por uma ação contrária aos interesses da França: abrigar um imigrante ilegal em seu domicílio. A atitude de solidariedade é entendida como um crime; esse cidadão passa a ser vigiado no seu direito de ir e vir pelo país. Sua ex-mulher, que se sente sensibilizada com a situação discriminatória vivida pelos imigrantes, trabalha de madrugada, ao lado do cais, numa ação voluntária para a doação de refeições aos imigrantes no país. Há uma sequência cinematográfica que nos deixa consternados: a polícia invade e destrói o posto de ajuda aos imigrantes, apreende alguns deles e expulsa os voluntários. Esse filme ficcional, construído pela mise-en-scène dos atores profissionais, pelo roteiro e pela montagem próprios da criação artística, é com certeza fruto de uma realidade inegável: episódios envolvendo violência urbana, terrorismo e deportação de imigrantes ilegais têm sido cada vez mais frequentes nas últimas décadas. Assim, o tema da imigração na França assumiu um forte peso nos debates sociais e políticos dos países. Dentre as diversas formas de lidar com a questão migratória, apresento a seguir uma recapitulação dos procedimentos nacionais que visam solucionar o conflito cidadania versus imigrantes.

O problema da imigração e da atribuição de cidadania na França

Em 2007, Paris vivenciou uma tensão social provinda da composição heterogênea da população: centenas de jovens se rebelaram contra a polícia numa *blitz* de fiscalização do pagamento dos bilhetes de metrô, na Gare Du Nord, estação de ligamento entre Paris e outras grandes capitais européias, entre o centro e periferia, bem como local de confluência de brancos, negros e imigrantes. Uma análise do professor de sociologia da Paris V, Sorbonne, Olivier Galland, sobre o episódio, retirado do artigo jornalístico de Andrei Netto, 2007, comenta a questão: "Parte da população jovem é de nacionalidade francesa, mas de origem estrangeira. Eles têm

dificuldades de adaptação ao trabalho e à escola porque são vítimas de discriminação", afirma Galland. A polícia, contestada pelos jovens que não acreditam nessa instituição representativa do Estado, humilha-os em combates violentos para deter a delinquência. Segundo a teoria do sociólogo, por trás das ações de violência está a fratura social decorrente da discriminação social. A polícia, órgão repressor a comando do Estado, coerentemente cumpre seu papel no conflito contra os indesejáveis.

No entanto, esses conflitos nem sempre se manifestaram da mesma forma: se, em dado momento da história da França, os imigrantes eram vistos como um mal necessário para o desenvolvimento do país; mais do que nunca, desde a modernidade, os estrangeiros são associados simbolicamente à imundice, ao atraso, à ignorância, à desordem e ao crime. A balança do processo migratório passou a ser considerada apenas do ponto de vista custoso, ainda que isso não corresponda a fatores econômicos objetivos. A grande quantidade de imigrantes que chega há décadas no país formou uma camada populacional significativa, composta pelos recém-chegados, pelos antigos estrangeiros residentes na França e seus filhos e netos, os quais, mesmo nascidos na França, são considerados, numa identidade contrastiva, estrangeiros. Jovens de 18, 20 anos que nunca viveram no país de seus antepassados carregam em si sinais diacríticos que os fazem formar a sua identidade social como distinta dos outros jovens franceses.

Abdelmalek Sayad (1998) lembra-nos que os imigrantes são bem vindos apenas enquanto o seu caráter provisório é sobressaltado. A situação dos imigrantes é permeada de ambiguidades e tem sido interpretada por esses dois vieses paradoxais: para não se confessarem como permanentes, os imigrantes sempre ratificam a possibilidade do retorno e, por outro lado, valoriza-se a capacidade de instalação duradoura no local de destino para mostrar que os imigrantes não desaparecem tão logo a população receptora queira. Dividida entre as duas correntes contraditórias, a migração procura se esconder de si mesma; para se perpetuar, ela se auto-ignora. Ignorar o caráter permanente da migração é uma estratégia das três partes envolvidas: os próprios imigrantes, que não admitem que estão passando por uma situação indigna numa sociedade hostil; a sociedade de origem, que sente a ausência de seus emigrados e que aguarda o retorno deles para que ocupem os mesmos lugares de antes e, por fim, a sociedade receptora, ao enquadrá-los num estatuto provisório e por negar-lhes os direitos dessa sociedade.

A relação de forças tende incontestavelmente para a sociedade de imigração, que tem a capacidade de inverter as relações de sacrifício e ganho estabelecidas com os imigrantes: o que deveria ser crédito dos trabalhadores estrangeiros é considerado débito, pois o que a sociedade receptora oferece é considerado mais valorizado do que o que ela recebe em troca de "hospedar" em seu solo pessoas de outra nacionalidade. A ideologia do

etnocentrismo fundamenta essa desigualdade; formando um discurso propagado até mesmo nos ouvidos dos imigrantes e principalmente nos de seus filhos matriculados nas escolas francesas (SAYAD, 1998). O que não fica explícito no discurso nacionalista contrário à presença dos imigrantes é que o próprio sistema produtivo demanda postos de trabalho informais para a sua sustentabilidade, trabalhos estes intrinsecamente ligados a ocupações inferiorizadas socialmente, ocupados, em sua maioria, por imigrantes:

“Se “regulares” ou “irregulares”, mas facilmente “regularizáveis” quando necessário, os emigrantes responderam em massa ao “apelo” que lhes era feito, foi porque o estado das relações de força entre, por um lado, os países, as sociedades de emigração e a sua economia e, por um outro, os países, as sociedades e a economia que eles vinham a servir já haviam produzido as condições objetivas para a sua emigração” (Ibidem, p. 72).

Os franceses necessitam dessa mão de obra para que a França continue sendo economicamente desenvolvida e valorizada politicamente. A imigração clandestina não ocorreria se não houvesse uma demanda de empregos informais a ser preenchida nos países receptores. E, com efeito, a sociedade francesa alimenta-se da ilusão de que é possível importar trabalhadores, mas nunca um cidadão. Segundo Sayad (1998), essa é uma estratégia simbólica de mascaramento do caráter intrinsecamente político do fenômeno, que tem em sua própria natureza, inúmeras implicações políticas.

O Estado, por sua vez, como bem lembra Rossana Reis (2004), desde a formação dos estados modernos, é a maior autoridade institucional das organizações sociais, ainda que haja, desde meados do século XX, organismos com o objetivo de controlar a atuação dos Estados no âmbito internacional. A soberania instituída permite a autonomia para decidir as fronteiras geográficas e políticas, o direito à nacionalidade e os direitos do cidadão, bem como a permissão de residência desses estrangeiros. Se um indivíduo decide migrar de um país para outro, está em jogo o diálogo entre duas entidades autônomas e soberanas. Nesse sentido, a autora afirma em consonância com Sayad (1998) que “as migrações internacionais são não apenas um fenômeno social, mas também inerentemente político” (REIS, 2004, p. 150). O estado não é o principal motivo das migrações, mas influi diretamente no processo de formação e de moldagem dos fluxos ao determinar as regras de entrada nas fronteiras e de aquisição da nacionalidade. Rossana Reis (1999) faz uma retrospectiva das convenções de atribuição de nacionalidade na França: depois da Revolução Francesa, a nacionalidade deixou de ser uma atribuição por direito de solo, para ser atribuída pelo *jus sanguinis*². Posteriormente, em 1851, foi incorporado o *double jus soli* – princípio que garante a nacionalidade a qualquer criança filha de pelo menos um pai francês. Em 1973, as disposições sobre

nacionalidade são reunidas, e sintetizadas num código de nacionalidade e dentre as principais mudanças para imigrantes estão: é francês o filho de pais estrangeiros que tenham adquirido a nacionalidade francesa ou aquele, nascido na França, que não recebeu a nacionalidade dos pais ou que seja filho de pais desconhecidos. No entanto, mesmo o indivíduo de nacionalidade estrangeira que tenha nascido na França, filho de pais estrangeiros, pode reivindicar para si a nacionalidade francesa se morar no país por cinco anos, antes da maioridade. E os pais estrangeiros, residentes há pelos menos cinco anos, podem requerer a nacionalidade para os filhos menores nascidos em território francês. No caso de matrimônio, o(a) estrangeiro(a) que se casar com um(a) francês(a) adquire a nacionalidade após um ano de união, mas o governo pode negá-la se julgar dificuldade de assimilação, indignidade ou separação do casal. Nesse processo, um número elevado de estrangeiros se transforma em franceses por ano: de acordo com as estatísticas (REIS, 1999), 100 mil estrangeiros adultos naturalizaram-se franceses por ano, sendo que, em 1985, 40 mil eram filhos de pelo menos um pai estrangeiro. Não obstante, a naturalização na França não é reconhecida como um direito, mas sim como um favor concedido pelo Estado. Essa postura assumida pelo governo francês altera razoavelmente o lugar simbólico ocupado pelos “eternos” estrangeiros residentes no país.

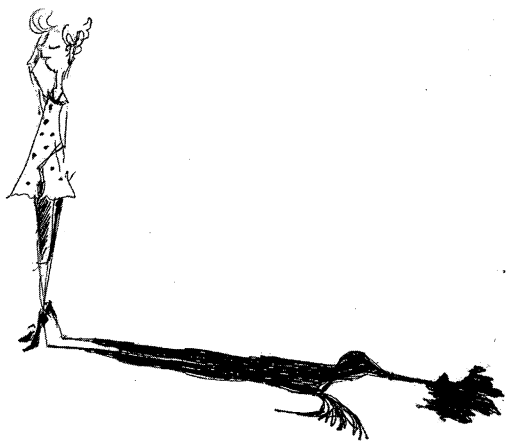
Nesse conjunto de concessões, a França foi considerada liberal na constituição de nacionalidade e direitos do cidadão e dentro do país surgiram movimentos e associações de contestação dessa conduta, o que contribuiu para a discussão de dissociação entre nacionalidade e cidadania (Ibidem). A mesma autora (2006) reconhece que entre os anos 1972 e 1980, a França empenhou-se com a política intitulada “imigração zero”, quando alguns políticos levantaram claramente a bandeira da restrição de entrada de estrangeiros. E a partir dos anos 1980, o imigrante somente conseguiria naturalizar-se caso comprovasse a assimilação da cultura do país.

Diante da divergência política entre tradicionalistas – defensores do recrudescimento das políticas de restrição – e republicanos – multiculturalistas, críticos das modificações incongruentes com os princípios do Estado francês – o governo propôs, para agradar ambas as partes, conceder a nacionalidade ao filho de estrangeiro, não mais automaticamente aos 18 anos, mas entre os 16 e 23, sob um requerimento e juramento político solene. Mas essa proposta não foi aceita nem por uma parte nem por outra, mantendo-se o *double jus soli*, tendo como principal embasamento a escola – instituição formadora do cidadão francês. Com a vitória da esquerda em 1988, a França em nada modificou suas proposições sobre a atribuição de nacionalidade até 1993, quando a direita retoma o poder nacional (REIS, 1999).

As leis Pasqua³ foram aprovadas em 1993 depois do crescente número de atentados terroristas na Europa e o reverso aumento da xenofobia no continente, além da vitória da direita

² Nacionalidade atribuída por direito de sangue: a criança filha de pais franceses é automaticamente francesa.

³ “Uma nova legislação referente ao assunto como parte de um amplo pacote de medidas antiimigração que ficou conhecido simplesmente como “leis Pasqua” (24 de agosto e 30 de dezembro de 1993), referência ao nome do ministro do Interior, grande mentor do projeto, e que previa não apenas a reforma do código de nacionalidade, como também mudanças profundas na legislação, envolvendo o código civil, de família, a seguridade social, a legislação da saúde e o código penal” (REIS, 1999, p. 125).



na maioria dos postos do congresso francês. Tais leis incluíam as seguintes modificações: 1) impedimento da atribuição de nacionalidade àqueles filhos de estrangeiros nascidos na França; 2) perda da nacionalidade francesa para os que tinham dupla nacionalidade que escolherem servir o exército em outro país; 3) impossibilidade de regularização da situação do imigrante ilegal mesmo após o casamento com cônjuge francês; 4) aumento do prazo comprovativo de matrimônio para a obtenção de nacionalidade do cônjuge de seis meses para um ano e não regularização daqueles conjugues ilegais. De acordo com essa última alteração mencionada, o cônjuge estrangeiro fica em situação periclitante em solo francês, pois, enquanto espera o visto permanente, pode ter o direito de trabalho negado, ficando assim sem condições de sobrevivência na França. Nesse sentido, "em nome da proteção às fronteiras, todo estrangeiro passou a ser tratado como um infrator em potencial" (Ibidem, p. 126). O objetivo de tais mudanças na regulamentação seria diminuir a imigração ilegal e, assim, aumentar a integração da população estrangeira já estabelecida na França. Entretanto os protestos dos *sans-papiers* ocorridos em 1996 em Paris⁴, assim como em outras grandes cidades, e a consequente reação violenta da polícia demonstram que as mudanças regulamentadas não amenizaram o conflito social e dificultaram a vida de muitas famílias estrangeiras ao tornarem-nas clandestinas.

Com efeito, ao longo de poucos anos, o discurso mudou de 'respeitar a diversidade da comunidade estrangeira no país' a 'respeitar a França, definindo melhor quem será associado ao conjunto nacional'. Segundo Rossana Reis (1999), a França apropriou-se do discurso reivindicatório das minorias para auto-afirmar-se como uma sociedade prejudicada pela invasão de imigrantes; impossibilitou que qualquer imigrante tivesse sua situação regularizada e dificultou o reagrupamento familiar, na tentativa de diminuir a vinda de mais estrangeiros. A maior parte das modificações propostas foram aprovadas pelo parlamento, mas não atingiram uma grande adesão na sociedade como um todo. Os imigrantes ilegais passaram a integrar a estranha categoria dos *sans-papiers*, que não poderiam se regularizar, nem serem expulsos.

No prosseguimento das leis aprovadas para a modificação da situação dos imigrantes situados em solo francês, a lei Debré⁵ foi elaborada por considerar as proposições das leis de Pasqua muito permissivas e inclui medidas mais coercitivas para impedir a entrada de novos imigrantes. Segundo Rossana Reis (1999), dentre as mudanças, aprovadas em março de 1997, o requerente de asilo político teria o seu passaporte confiscado e, caso recusado, durante a tramitação do recurso, ele deveria estar fora do território francês. Os imigrantes ilegais que residem na França há pelo menos 15 anos não podem ser expulsos, mas não receberão vistos permanentes de residência. O visto provisório reforça a situação de sobrevivência do imigrante, uma vez que só são permitidos empregos precários. O imigrante sem documento, no aguardo da decisão do juiz sobre expulsão, poderia ser detido na prisão, antes dessa lei, por, no máximo, 24 horas, e a partir de então, poderia ficar até 48 horas. A polícia passou a desempenhar o papel dos inspetores de trabalho e com isso tem o direito de exigir, nos postos de trabalho, o visto de residência dos estrangeiros e a regulamentação no registro único de pessoal. Além disso, no mesmo conjunto de leis, foi aprovada a regulamentação sobre o acolhimento dos imigrantes ilegais nos domicílios franceses, causando grande reação na sociedade civil. De acordo com a nova medida, todo francês deveria declarar à prefeitura a presença de imigrante em suas casas. Isso implica um controle rigoroso não só da vida dos estrangeiros como também dos nacionais; e, logo, a reunião dessas informações possibilitaria o Estado a utilizá-la para outros fins conforme a interpretação das organizações defensoras dos imigrantes.

No governo de Nicolas Sarkozy, algumas medidas também foram implantadas para dificultar a vinda de novos imigrantes. Dentre elas, o projeto elaborado e aprovado pelo senado francês, em outubro de 2007, segundo o qual todo imigrante legalizado que requerer a permissão de morada de seus filhos em solo francês deve submeter-se a um teste de DNA para comprovar biologicamente o vínculo familiar. As oposições elaboradas a essa exigência, como a do humorista Charlie Hebdo, retirada do artigo jornalístico de Sader (2007), argumentam que a família não deve ser considerada apenas sob a perspectiva do sangue, uma vez que outros aspectos sociais definem a coesão desse grupo. Além disso, a utilização de dados genéticos para guiar a condução política do Estado é considerada altamente questionável por Hebdo; para quem a utilização do DNA não se justifica por causa de um grande número de fraudes nos pedidos de reagrupamento familiar, mas sim para corroborar e intensificar a idéia negativa que os franceses têm dos imigrantes. A proposta de utilização do DNA viola, assim, o processo democrático de discussão sobre o problema da imigração: essa é uma resposta biológica a uma questão política.

De acordo com o artigo 16, parágrafo 3º, da Declaração dos Direitos Humanos, explicitado

⁴ A série de manifestações tem como exemplo um grupo de trezentos africanos que ocuparam a Igreja de Saint-Ambroise, em março de 1996, para exigir do governo a regulamentação de suas situações de residência na França. A manifestação foi evacuada a força pela polícia e o governo aprovou visto temporário de um ano apenas para 22 casos dos 205 dossiês apresentados. (REIS, 1999).

⁵ O projeto de lei apresentado pelo ministro Debré tem como base o relatório (março de 1996) da comissão sobre imigração clandestina presidida pelos deputados Jean-Pierre Philibert e Suzanne Sauvigo (REIS, 1999).

por Rossana Reis (2004), "a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito à proteção da sociedade e do Estado". Para tal assertiva, há duas interpretações possíveis: 1) o Estado, mesmo não valorizando a imigração, deve favorecer o reagrupamento familiar dos imigrantes já residentes no país; 2) o Estado ignora formalmente esse direito quando não é do seu interesse a vinda de mais imigrantes. Segundo Reis, "persiste a questão de determinar quais pessoas pertencem à família, isto é, que tipo de laços familiares justificam a inclusão do indivíduo num programa de reunificação familiar" (2004, p. 152). A questão posta pela autora em 2004 é praticamente respondida pelo governo francês com o seu projeto de lei de 2007. A sua aprovação é mais um demonstrativo do quanto o Estado francês tem se distanciado da Declaração dos Direitos Humanos.

Nacionalidade versus diversidade cultural

As migrações internacionais suscitam não apenas a problemática da interferência do Estado Nacional na vida individual, que detém em seu poder o direito de cidadania, mas também a construção da identidade dos sujeitos que optam por migrar. Posto que cabe ao Estado definir as suas fronteiras e o acesso ao território, o indivíduo pode "escolher" (pelo menos teoricamente) o país onde vai morar, mas não a sua nacionalidade e conseqüentemente a identidade atrelada a ela. Desde a formação dos Estados Modernos, há uma vinculação entre Estado e Nação, assim como entre nacionalidade e cidadania, de modo que um indivíduo tem os direitos de cidadão atrelados ao local de seu nascimento ou de sua ascendência. Isto é: as políticas de migração podem privilegiar certos grupos em detrimento de outros, de acordo com a sua concepção de nacionalidade. Com efeito, as políticas de imigração baseadas na defesa das barreiras nacionais e dos interesses econômicos e políticos, provocam uma reflexão do "quem somos nós" necessário para a construção da identidade nacional.

Para Benedict Anderson (2008), as culturas nacionais não existem em si mesmas, a priori; são construções simbólicas, instituídas de significados menos racionalizados ou inatos do que se pode supor, assim como são todas as construções sociais. A nação é "imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal" (ANDERSON, 2008, p. 34). Por outro lado, as diferenças entre pessoas de diferentes nacionalidades existem principalmente porque foram imaginadas e concretizadas dessa forma. Acreditar numa cultura nacional, com uma origem definida e características comuns, aos moldes de como é defendido largamente na França, seria autorizar socialmente uma faceta do mito nacional. Para que essa história seja repetida e continuada, dá-se muita importância

para a memória da narrativa consolidada na tradição, que envolve heróis e grandes feitos, além do desejo de vida em comum.

No entanto, a sociedade ocidental contemporânea vive concomitante e contrariamente ao fortalecimento dos Estados Nacionais, desde meados do século XX, um processo aguçado de desenvolvimento da modernidade, descrito por Zygmunt Bauman (2001), como Modernidade Líquida. Na passagem da modernidade pesada e sólida à sociedade fluida, a sociedade da homogeneidade compulsória e imposta no horizonte como destino último foi permeando-se de ambiguidades, instabilidades e idiosincrasias; valores execrados no sistema da modernidade sistêmica. Os sistemas sociais constituídos solidamente perdem gradativamente a rigidez de sua constituição e dão lugar à fluidez das relações sociais: o indivíduo se sente emancipado tanto da tradição tanto da territorialidade para se valer dos múltiplos discursos de referência na construção de sua identidade. "O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada" e "transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização" (BAUMAN, 1998, p. 30) individual. A emancipação, provocada pelo desencaixe, produziu uma nova configuração social caracterizada pela fragmentação das experiências, que não pode ser entendida como cacos de uma peça a ser colada novamente. A totalidade não existe mais nem no futuro, nem no passado.

Stuart Hall (1995) retoma as discussões feitas por grandes pensadores para revisitar o processo de relocação das estruturas das sociedades modernas:

"Um tipo distinto de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final deste século, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais. Estas transformações estão também modificando nossas identidades pessoais, enfraquecendo o próprio sentido de nós mesmos enquanto sujeitos integrados. Essa perda do self é algumas vezes chamado de deslocamento ou descentramento do sujeito" (HALL, 1995, p. 9).

Nesse sentido, Hall corrobora com a ideia segundo a qual nesse mundo pós-tradicional, "nós" também nos tornamos "pós" a qualquer concepção fixa ou essencialista de identidade; o sujeito do iluminismo entende a si mesmo como fragmentado em narrativas contraditórias e experiências inacabadas, incompletas na contemporaneidade. Podemos pensar, para o tema proposto, como o sujeito se insere no conflito entre o discurso nacionalista e o descentramento do sujeito, bem como diante das possibilidades de afirmação da diversidade étnica e cultural.

Para que uma identidade maior seja criada

e fortificada, as diferenças de gênero, classe, gostos e raça são subsumidos no caldeirão da nacionalidade. Por isso mesmo, não deixa de ser interessante explicitar como esse discurso impositivo se manifesta, em países como a França e Inglaterra, as mais antigas nações formadas com o surgimento da modernidade; ambos países que tiveram a sua coesão interna ameaçada pela presença massiva de imigrantes. Hall (1995) afirma que a formação das nações se deu num longo processo de conquistas violentas que passaram por cima das diferenças culturais dos povos dominados, criando uma cultura hegemônica à base da subjugação das minorias. Esse é o caso da cultura inglesa que se impõe na Grã-Bretanha, passando por cima das especificidades escocesas, galesa, irlandesa.

"Ao invés de pensarmos nas culturas nacionais como unificadoras, deveríamos pensar nelas como constitutivas de um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são entrecruzadas por divisões e diferenças profundas, e "unificadas" apenas através do exercício de formas diferentes de poder cultural" (Ibidem, p. 48).

O autor citado afirma que é válido utilizar o conceito de etnicidade⁶, em sua forma fundante, para explicar o surgimento de uma nação: todas as nações da Europa Ocidental são formações híbridas de culturas de povos distintos. A França é um bom exemplo, formada por, no mínimo, origem céltica, ibérica e germânica. Sendo assim, qual o sentido de reforçar esse discurso excludente especialmente em um contexto específico vivenciado agora, desde o fim do século XX, de rompimento das fronteiras nacionais, conhecido como globalização? Tal processo envolve questões econômicas e políticas e, portanto, não poderia deixar de afetar as relações sociais e étnicas: as comunidades são convocadas a manterem contato cada vez mais intenso, em novas configurações de espaço-tempo mais comprimidos. O sentimento de mundo mais conectado corresponde à ordem da experiência real e virtual e faz com que os sujeitos não se sintam inevitavelmente presos a uma determinada região cultural e espacial. Aliado a isso, os deslocamentos humanos, que sempre estiveram presentes em toda a história humana, assumem outras direções de fluxos e novas formulações.

Verena Stolcke, em seu artigo *Cultura Europeia: uma nova retórica de exclusão?* retoma as políticas restritivas aos imigrantes elaboradas na França e na Grã-Bretanha. A análise do discurso a favor da expulsão dos imigrantes é baseado na premissa segundo a qual as identidades étnica e cultural são pré-requisitos para o acesso ao Estado e à cidadania. Segundo essa autora, os termos xenofobia e xenofilia (uma atitude que precede o fascismo ou o racismo) foram incorporados pelo parlamento europeu sem uma tentativa de afastar a ambiguidade de seus significados. A direita tem critérios racistas ainda que não se utilize do termo raça para

definir sua postura. A partir dos anos 1980, a Europa como um todo entrou num processo de remodelação de suas identidades nacionais e de mudança conceitual para a elaboração de políticas migratórias e incorporou o que a autora chama de fundamentalismo cultural, "que se baseia em certos pressupostos que dão apoio às modernas noções de cidadania, identidade nacional e estado-nação" (STOLCKE, 1993, p. 2).

Na Grã-Bretanha, ao fim dos anos 1960, já havia uma mudança no discurso sobre a vinda dos imigrantes que deixaram de serem vistos como "bem-vindos" para o desempenho de certas funções no mercado de trabalho, ou mesmo para a compensação demográfica, e passaram a ser associados ao atraso, à incapacidade, à pobreza. A forte exaltação da cultura britânica nesse período não foi associada a critérios raciais discriminatórios e sim à "natural supremacia da cultura britânica". Stolcke estabelece uma diferença entre o *racismo tradicional* e a sua nova roupagem, o *fundamentalismo cultural*: o segundo justifica a exclusão de estrangeiros na valorização do "nós", porque os de fora podem ameaçar a identidade e unidade da nação. Já o racismo tradicional deslegitima os outros na sua inferioridade sócio-econômica. Nessa análise, a autora entende que há uma especificidade na elaboração e no entendimento conceitual que provém da conjuntura social, política e econômica do momento: o fortalecimento do exclusivismo nacional inserido na forte globalização econômica.

O racismo parte do pressuposto de que a "raça" divide a humanidade numa classificação hierárquica, naturalizando certas características que seriam propriamente culturais para cristalizá-las como inferiores. "Ao atribuir *status* e tratamento desiguais às limitações naturais inerentes às próprias vítimas, essa doutrina nega o caráter *ideológico* do próprio racismo" (Ibidem, p. 6). Esse jogo conceitual pretende esconder a cruza do sistema das sociedades competitivas e deixar o sucesso daqueles que conseguem vencer as barreiras políticas para o mérito individual. É a inteligência e a esperteza de cada sujeito que possibilita a vitória no mundo desigual, segundo o discurso racista. A postura xenofóbica tende a ser naturalizada e institucionalizada também, pois é *natural* e é de se esperar o conflito e a hostilidade entre pessoas de diferentes culturas. Nesse sentido, as culturas deveriam ser mantidas separadamente para o seu próprio bem, como se houvesse uma formação pura, ideal, para que as suas características originais fossem mantidas. Esse tipo de fundamentalismo não apenas coloca as culturas em hierarquia (ainda que de forma velada), como as separa no espaço do mundo; cada qual em seu lugar.

Com o surgimento do fundamentalismo cultural fica superada a ideia de contradição entre humanidade compartilhada, sem exclusão de qualquer ser humano, e o particularismo cultural, centrado nas especificidades nacionais. Esse novo *etos* moderno reúne

⁶ Não pretendo aqui desenvolver o conceito de etnicidade, posto que não cabe ao objetivo desse artigo, porém pode-se tomar como referência a discussão apresentada por Roberto Cardoso de Oliveira, em diálogo com Abner Cohen, segundo o qual o termo designa "essencialmente, a forma de interação entre grupos culturais operando dentro de contextos comuns" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p.23).

a identidade individual e social com as propriedades nacionais, estabelecendo o “nós” como involuntariamente aquele compartilhado entre pessoas do mesmo país, de modo que as diferenças e ‘eventuais’ conflitos entre pessoas de origens distintas passam a ser entendidas como inevitáveis, ou naturais. Por isso, Stolcke, diz que o “fundamentalismo cultural inventa e recorre a uma nova noção de natureza humana, o *Homo xenofibicus*” (Ibidem, p. 8). Essa postura, avaliada pela autora, constitui-se essencialmente uma ideologia da exclusão coletiva que elimina o “outro” estrangeiro do corpo político da sociedade ao pressupor uma ideia de uniformidade cultural como base argumentativa para o acesso à cidadania. Aos olhos dos pensadores da direita política, os imigrantes residentes no país desencadeiam uma crise de cidadania entre os nacionais.

“Esse par conceitual formal — nacionais contra estrangeiros — torna-se carregado de um sentido político específico. Ao manipular ideologicamente o ambíguo elo entre pertencimento nacional e identidade cultural, a noção de xenofobia infunde um conteúdo essencial e específico à relação entre as duas categorias” (Ibidem, p.8).

Stolcke apresenta a contradição desse contexto pelo qual a Europa passa, a exemplo da Grã-Bretanha: as fronteiras nacionais são cada vez mais diminuídas em seu potencial com a organização de um governo supranacional, mas o governo britânico apresenta-se racista e, ao mesmo tempo, multicultural ao tratar o problema dos imigrantes. A principal preocupação de países como a Grã-Bretanha e a França tem sido como construir um estado-nação dotado de uma cidadania distinta e limitada, o que entra em contradição direta com os princípios universalistas levantados durante a tradicional modernidade.

Ao analisar a situação do outro lado do Atlântico, no hemisfério norte, vemos que o maior país receptor de imigrantes também tem elaborado condutas políticas de retenção da vinda de novos imigrantes e de exclusão social para os imigrantes já estabelecidos em solo norte-americano. Desde a década de 1980, a imigração nos Estados Unidos tem sido vista sob o prisma da invasão e influenciou fortemente a vida social e política no país. Mas ao longo dos anos subsequentes, a questão assumiu contornos ainda mais graves: mexicanos (nacionalidade atacada pelos americanos desde o início do século XX), e cubanos (recebidos, inicialmente, pelo governo americano como estratégia de enfraquecer o sistema socialista de Fidel Castro) passaram a ser alvos de grande discriminação social e de manifestações favoráveis a sua expulsão. Segundo Rossana Reis (2006), a política dos EUA tem sido construída em bases controversas: por um lado, havia a tendência de expulsão dos imigrantes, culpabilizados pelos prejuízos no sistema social de educação e saúde e por uma competição desigual no mercado de trabalho;

por outro, o governo concedeu 2,8 milhões de vistos de legalização para imigrantes em 1986, com um aumento desse número, em 1990, com vistos concedidos especialmente a familiares dos imigrantes. Entretanto, a política dos EUA tem se definido, nos últimos 10 anos, para um dos lados – aquele que culpabiliza os imigrantes como criminosos e entende a invasão desses estrangeiros como uma questão de segurança pública. Depois do atentado terrorista de 2001 e a sua associação com alguns imigrantes legais residentes nos EUA, o departamento de imigração e de concessão de vistos passou a ser subordinado ao *Department of Homeland Security* (DHS), terceiro maior departamento governamental, responsável por todas as questões de segurança nacional. Reis (2006) diz que essa subordinação administrativa, bem como a aprovação de uma lei na câmara dos deputados que prevê a construção do muro de 1.100 quilômetros na fronteira do México para impedir a entrada de mais mexicanos e para criminalizar os ilegais é uma clara demonstração do quão preocupante tem sido a imigração para o governo americano. Numa comparação entre a França e os Estados Unidos, a autora diz:

“Ao contrário dos Estados Unidos, que concentram seus esforços restricionistas na fronteira externa, talvez porque dividam uma fronteira de duas mil milhas com o Terceiro Mundo, a França, ao longo dos últimos anos, vai adotar políticas que questionam principalmente a fronteira interna entre cidadãos e estrangeiros, e entre estrangeiros legais e ilegais, e que lançam uma permanente suspeita sobre qualquer estrangeiro dentro do país” (REIS, 2006, p. 69).

Considerações Finais

A partir desse debate, quis indicar que a tendência de criação de políticas xenofóbicas na França não parece existir solitariamente. Tudo indica que há um diálogo, ainda que não direto e explícito, entre os Estados dos países mais potentes e ricos do sistema atual, que tendem a, de forma mais ou menos unânime, avaliar os imigrantes como um “peso” na sociedade nacional.

Entretanto, alguns pensadores ressaltam que, apesar das tendências xenofóbicas apresentadas, há um ganho nas discussões sobre o questionamento do papel do Estado nacional na sua atribuição de identidades e nacionalidades. As discussões sobre os direitos humanos internacionais têm ganhado força e as relações intrínsecas entre nacionalismo/cidadania e soberania/imigração têm sido questionadas. Seguindo essa vertente, o Estado tem perdido poder para os Direitos Humanos individuais possibilitando que os direitos à cidadania sejam desvinculados da nacionalidade e atribuídos em nome da dignidade inerente da pessoa humana. Nesse contexto em que o limite entre o nacional e não nacional tem se apagado relativamente, alguns autores consideram que estaria surgindo uma cidadania pós-nacional ou transnacional. Jacques D’Adesky (2003), defensor dessa ver-

tente, ao pensar os problemas gerados pelos conflitos mundiais, levanta a bandeira da possibilidade de caminharmos rumo à paz mundial, onde as diferenças sociais e étnicas seriam consideradas de forma equilibrada, na criação de uma política ou república universal, capaz de ser compreendida por qualquer nacionalidade. Ao meu ver, essa proposição um tanto quanto positiva, e até mesmo ingênua, diante da complexidade das relações internacionais deve ser pensada à luz das diferenças de poder entre os próprios países, que não abrem mão de sua legitimação para um "bem comum" ideal. A França, como os EUA e a Inglaterra, é um desses países que, quando lhe convém, não aceita ou não cumpre os acordos internacionais elaborados nas convenções – relativas a imigração ou a outras questões ambientais e sociais – dispostas ao longo do século XX. Para Rossana Reis (2004), a ausência de um órgão supra-nacional que tenha capacidade de coerção para verificar os Estados que não cumprem a lei é bastante significativa. Além de não terem o direito de residir no país de escolha, os imigrantes também não têm o direito de votar sobre sua própria condição; o cerceamento de seu direito político é tão grave quanto a não permissão de moradia. Esse impedimento é uma maneira do Estado controlar quem tem direito à cidadania e, portanto, quem tem o privilégio de decidir os rumos dos países.

Todas essas questões levantadas evocam a problemática do imigrante como "outro"- a encarnação da alteridade, quando se considera o 'nós' o grupo dos sujeitos nacionais. Os imigrantes, por mais presente em quantidade numérica e temporal que sejam, em um país como a França, são sempre vistos como estranhos. Segundo Bauman (1998), toda sociedade

produz seus próprios estranhos e tenta eliminá-los para que certas fronteiras simbólicas ou morais sejam demarcadas claramente. São eles que "obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteiras que devem ser claramente vistas" e "geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido" (BAUMAN, 1998, p. 27). O Estado moderno, ao instituir leis de expulsão de imigrantes, prossegue na tarefa de delimitar quais são os estados de ordem, princípio referencial para definir divisões, classificações, distribuições e fronteiras. Com efeito, "foi à visão de ordem que os estranhos modernos não se ajustaram. Quando se traçam linhas divisórias e se separa o assim dividido, tudo o que borra as linhas e atravessa as divisões solapa esse trabalho e destroça-lhes os produtos" (Ibidem, p. 28). A expulsão dos imigrantes na França é uma das estratégias de eliminação dos estranhos para que o sistema social interno não seja continuamente questionado. Quando a expulsão não pode ser efetivada, o caráter temporário da presença desses estranhos nos limites do território é ressaltada e, dessa forma, todas as questões suscitadas com o estranhamento não precisam ser levadas a última instância.

Assim, a recuperação desse debate pretende mostrar o quão frágil pode ser essa delimitação da nacionalidade e o quão injustas têm sido as políticas baseadas nesse discurso. Os processos migratórios na França, no embate entre imigrantes e simpatizantes, de um lado, e governo e sociedade nacional, de outro, apresentam uma fratura existente nesse insalubre sistema reproduzido na sociedade ocidental e que insiste em esgarçar a lisa textura do discurso nacionalista.

Submetido em abril de 2010

Aprovado em junho de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. (2008), "Introdução" *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BAUMAN, Zygmunt. (1998), "A criação e a anulação dos estranhos" *O mal-estar da pós-modernidade*. São Paulo, Jorge Zahar Editor.
- _____. (2001), "Emancipação" in: *Modernidade Líquida*. São Paulo, Jorge Zahar Editor.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (2006), "Identidade étnica e a moral do reconhecimento" In: *Caminhos da Identidade: Ensaios sobre Etnicidade e Multiculturalismo*. São Paulo, ed. UNESP; Brasília, Paralelo 15.
- D'ADESKY, Jacques. (2003), "Imigração Interna e controle de estrangeiros – O discurso nacionalista e a prática da exclusão social". *Série Cadernos do CEJ*, 24: Seminário Internacional: as maiorias e o direito, p. 177-186.
- HALL, Stuart. (1995), "A Questão da Identidade Cultural". *Textos Didáticos*. IFCH/Unicamp.
- NETTO, Andrei. (2007), "Imigração e Nacionalismo monopolizam eleição na França". *Jornal Estado de São Paulo*, 8 de abril. Disponível em: <http://blog.controversia.com.br>. Último acesso: outubro de 2009.
- REIS, Rossana Rocha. (1999), "Políticas Nacionais e Políticas de Imigração na França". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 14, n. 39, fevereiro. P. 118-138.
- _____. (2004), "Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 55, junho. P. 149-161.
- _____. (2006), "Migrações: caso norte-americano e francês". *Estudos Avançados* 20 (57). P. 59-74.
- SADER, Emir (2007), "O sangue da Direita", disponível em: www.cartamaior.com.br. Último acesso: outubro de 2009.
- SAYAD, Abdelmalek. (1998), "O que é um imigrante?" *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- STOLCKE, Verena. (1993), "Cultura Europeia: uma nova retórica de exclusão?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 22, junho.

Pacificação de favelas: as Unidades de Policiamento Pacificador como a solução para a violência carioca, na ótica do jornal O Globo

Marcella Carvalho de Araujo Silva

Graduanda do Curso de Ciências Sociais / FGV-RJ

Palavras chave:

Violência, mídia, medo do crime e pacificação de favelas.

Key words:

Violence, media, fear of the crime and pacification.

RESUMO: Neste artigo, analiso a série *Democracia nas favelas*, do jornal *O Globo*, escrita por jornalistas que percorreram cinco favelas da cidade do Rio de Janeiro de onde o tráfico de drogas ou as milícias foram retirados pela polícia militar. Essa série de reportagens, que compreendeu o período de 09 a 16 de agosto de 2009, constrói a favela como a origem da violência urbana carioca e defende as Unidades de Policiamento Pacificador como a sua solução. Analiso as narrativas do jornal, tanto as que constroem o problema quanto as que o solucionam, alicerçando-me em uma literatura que investiga as relações entre mídia e medo do crime.

ABSTRACT: In this article, I analyze the news entitled *Democracia nas favelas*, published in the newspaper *O Globo*, between August 9th and 16th 2009. The serie shows the expulsion by the military police of Rio de Janeiro of the drug traffick and the *milícias* from five favelas. The news consider the *favelas* as the spatial origin of the urban violence and stand up for the Unidades de Polícia Pacificadora, the newest security policy of the state, as a solution to the violence problem. I analyze how the news construct the fear of the crime and how they advocates a solution to it, considering the literature that investigates the relations between media and fear of the crime.

Introdução

Em novembro de 2008, os traficantes de drogas foram “retirados” do morro Dona Marta, em Botafogo, pela Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. Segundo o jornal *O Globo*, não houve tiros. O evento foi amplamente noticiado como uma vitória do Rio na “guerra contra o crime organizado”. No entanto, não foi noticiado o processo de retirada do tráfico de drogas – apenas que ele foi retirado.

Em agosto de 2009, o mesmo jornal lançou uma série de reportagens, na Editoria Rio, intitulada *Democracia nas favelas*¹. Segundo o editorial do jornal, quatro jornalistas percorreram, durante quatro meses, cinco favelas onde as Unidades de Policiamento Pacificador² foram instaladas – Santa Marta (Botafogo, Zona Sul), Cidade de Deus (Jacarepaguá, Zona Oeste), Jardim Batam (Realengo, Zona Oeste), Chapéu Mangueira e Babilônia (Leme, Zona Sul) – e onde a sede do Bope (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar) se encontra – Tavares Bastos (Catete, Zona Sul). Esta última favela foi incluída, pois, desde 2000, ela não apresenta tráfico de drogas. O que, então, seria o denominador comum dessas seis favelas cariocas que as distingue das demais – cerca de 750 outras (BESSERMAN, 2008) – seria a ausência do tráfico de drogas e a presença constante da polícia, como representante do Estado nos morros.

“A chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em cinco favelas do Rio afastou o poder paralelo dos traficantes, que dominavam esses territórios há quatro décadas, e iniciou a retomada do espaço público pelo Estado”. Ao

lermos esse pequeno trecho, na primeira página do jornal de maior circulação entre a classe média carioca, percebemos o quanto ele destoa da maioria das reportagens do jornal sobre as favelas do estado do Rio³. Se a maior parte das notícias sobre favelas, no Rio, está atrelada ao crime, ao poder do tráfico de drogas, aos tiros e à incapacidade da polícia em garantir a segurança dos cidadãos, na *Democracia nas favelas*, esses mesmos problemas aparecem solucionados. Pretendo, pois, neste trabalho, desconstruir as narrativas das reportagens que compõem essa série, a fim de compreender como elas se direcionam ao público de classe média – a quem, durante anos e em outras reportagens, o mesmo jornal construiu como vítima virtual da violência urbana.

Parto de uma literatura que discute teoricamente como a mídia constrói o medo do crime e a favela como lugar do crime. Em seguida, exponho as estratégias narrativas de construção do tráfico de drogas e das milícias como problemas e das Unidades de Policiamento Pacificador como solução. Por fim, analiso como essa série de reportagens, mais do que destoar da tônica da maioria das notícias sobre favelas no Rio, compõe esse discurso, acrescentando um novo elemento: a tão perseguida solução para o problema.

As favelas e o medo do crime, no Rio de Janeiro

Segundo Vaz (2005), na literatura anglo-saxônica, existem, pelo menos, três correntes interpretativas que analisam a relação entre a

¹ As informações detalhadas de cada uma das reportagens publicadas entre os dias 09 e 16 de agosto encontram-se no final deste artigo. Formulei duas tabelas: uma contendo os personagens das narrativas e como eles foram caracterizados; outra contendo a manchete, o trecho de música, uma breve descrição das fotos, os títulos dos boxes e quantas vezes aparecem comparações do tráfico de drogas ou da milícia com a ditadura militar e do período atual com a redemocratização. Esclareço adiante essa escolha metodológica.

² Segundo consta no site www.upp.rj.gov.br, “a Unidade de Policiamento Pacificadora é um novo modelo de segurança pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de Políticas Sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...)”. Até março deste ano (2010), já foram instaladas, além dessas mencionadas, outras Unidades de Polícia Pacificadora, na Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos (Copacabana), Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Ipanema) e Morro da Providência (Centro). Neste trabalho, atendo-me apenas às UPPs abordadas na série *Democracia nas favelas*.

³ Ver, por exemplo, os trabalhos de Vaz, Cavalcanti e Sá-Carvalho (2005) e Vaz, Cavalcanti, Oliveira e Sá-Carvalho (1999). Esses dois trabalhos desconstruem os discursos da

mídia e a construção do medo do crime, nas cidades do final do século XX. A primeira, chamada "cultivação", constrói uma relação causal entre o tempo de exposição à televisão e o medo do crime. Quanto mais tempo uma pessoa dispensa do seu dia assistindo a programas que abordam a violência, mais medo do crime ela tem.

A segunda corrente, denominada agendamento, afirma que a mídia, ao hierarquizar os fatos, é responsável pela formação de uma agenda de temas relevantes para seu público. Ao fazer ampla cobertura de atos criminosos, a mídia torna o crime uma questão social relevante e, desse modo, coloca-o na agenda de debates políticos.

Essas duas correntes não analisam os conteúdos das notícias – relacionados ao contexto social da cidade, à cultura e moral da sociedade, aos casos específicos que ocorrem, etc. Elas não atentam aos processos de construção das narrativas, negligenciando os modos como diferentes tipos de crime ou eventos produzem diferentes formas de vitimização.

A terceira perspectiva teórica chama-se análise de enquadramento. Seus estudos se preocupam em analisar não apenas *sobre o que* fala a mídia – herança da análise de agendamento – mas principalmente *como* ela fala. É de suma importância compreender quais são os mecanismos narrativos que fazem o público se identificar *com* as notícias, pois nelas são criados padrões de cognição e interpretação dos eventos.

No caso do noticiário do crime, o enquadramento da injustiça dos atos criminosos permite que espectadores se reconheçam como potenciais vítimas do mesmo crime noticiado. Segundo Vaz (2009), esse tipo de enquadramento do crime descreve um ato criminoso que provoca danos físicos, que apresenta grandes chances de se repetir, mas contra o qual a vítima nada pode fazer, pois, além de passiva, ela não sabe quando e onde ele ocorrerá, nem quem o executará. Os tipos de crimes que a mídia escolhe noticiar, os personagens que ela seleciona para as narrativas, as características que ela lhes atribui, os locais onde os crimes ocorrem e muitas outras estratégias narrativas (re)constróem estigmas sociais sobre quem é o criminoso e onde os crimes têm origem.

A identidade de vítima virtual está relacionada então à percepção de si como possível vítima de um crime em relação ao qual a pessoa não reconhece ter qualquer responsabilidade. Nesse sentido, é válido lembrar que o conceito de responsabilidade em nossa sociedade diz respeito ao reconhecimento da deliberação dos atores em agir (NIETZSCHE, 2009). Essa noção opera segundo uma lógica que separa agressores e vítimas. Se uma pessoa age errado, ela deve ser punida. Se não comete qualquer erro, mas, mesmo assim, sofre algum constrangimento, ela é vítima de uma injustiça. O ato criminoso é injusto para a vítima virtual, pois ela, ainda que promova alterações em seu cotidiano – preterindo determinados bairros, ruas e vias públicas "perigosas" – nada poderia fazer para evitá-lo. Ao tomar conhecimento, nas notícias veiculadas pelos meios de comunicação,

de diversos crimes que não são controlados e penalizados, o cidadão atribui a culpa pelo seu sofrimento injusto ao Estado que não cumpre o seu papel.

Na série *Democracia nas favelas*, o crime é enquadrado como um estado de exceção. A partir de comparações entre o tráfico de drogas e a ditadura militar brasileira, a série cria uma narrativa coerente que distribui os papéis de agressores, culpados e vítimas. Conforme demonstrarei a seguir, tanto nas notícias da série, como naquelas que noticiam a violência nas favelas, em O Globo, no Rio de Janeiro, o medo do crime é personificado pelos traficantes de drogas, as vítimas são os inocentes da classe média ou moradores de favelas e o culpado pela insegurança pública é o Estado que não cumpre o seu papel. Vejamos a seguir como na série *Democracia nas favelas* esses papéis são distribuídos e por meio de quais artifícios narrativos.

Democracia nas Favelas

No dia 09 de agosto de 2009, na primeira página do jornal O Globo, lia-se a seguinte manchete: "Os desafios da democracia nas favelas: Estado paralelo sai das comunidades, mas, até agora, foi substituído por estado policial". A seguir, uma foto mostrando uma moradora sentada na calçada, na favela do Batam, em Realengo, ao lado de uma porta aberta, de onde é possível identificar outra senhora costurando. Em primeiro plano, com efeito esfumado, um policial andando (Figura 1). A legenda indicava que se tratava de um "novo tipo de cena" na favela.



mesma mídia impressa que utilizo como fonte em meu trabalho, no que diz respeito à construção narrativa da favela como um problema para a cidade do Rio. Espero que meu trabalho venha a complementar os estudos anteriormente citados, acrescentando como a discussão sobre as UPPs se encaixa no discurso do jornal sobre a questão da insegurança pública no Rio de Janeiro, trazendo justamente a solução para o problema, elemento que por sua própria falta nas demais reportagens potencializa o medo do crime.

Figura 1: Primeira página do jornal O Globo, dia 09 de agosto de 2009

Estudos sobre o medo do crime no Rio de Janeiro (VAZ, CAVALCANTI, OLIVEIRA E SÁ-CARVALHO, 1999) demonstram que há uma sub-representação da figura do morador de favela como uma vítima da violência urbana. São, normalmente, pessoas de classe média que figuram como as vítimas dos crimes. Quando o morador de favela aparece como vítima, ele é citado como um caso extremo da ausência do poder público e da ousadia do "poder paralelo". Nesses casos, porém, ou a vítima não é identificada – figurando como mais um número das estatísticas – ou a sua moralidade é questionada – lançando-se dúvidas quanto ao seu envolvimento com o tráfico de drogas. Em geral, suas dores e suas mortes são apresentadas como um sacrifício que a sociedade deve fazer para que o tráfico seja combatido e a "guerra das drogas" acabe. Na foto acima – e ao longo de toda a série – nenhuma dessas caracterizações aparece. Os moradores de favelas são apresentados como vítimas do poder dos traficantes e como beneficiados pela presença da polícia, ainda que, logo na primeira página, o jornal lance a questão da possibilidade de formação de um estado policial.

Cabe expor alguns dados sobre o padrão de representação das favelas no noticiário do jornal *O Globo*. O material da série dialoga intimamente com o discurso da favela como o espaço da criminalidade, enquadramento dado pela maioria das notícias desse jornal. No artigo "Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime" (VAZ, CAVALCANTI, OLIVEIRA E SÁ-CARVALHO, 1999), de um total de 744 notícias publicadas em *O Globo*, referentes a seis semanas dos anos de 2001 e 2002, em 49,4% das matérias aparece a palavra "tráfico" e em 33,5% da amostra

aparece "favela" como a origem geográfica do crime. Em 66% dos casos, a favela é o lugar de origem ou de refúgio do criminoso, mas em nenhuma reportagem o morador da favela é apenas uma vítima da violência. Isso significa que 34% das notícias questionam a inocência da vítima – ela é vítima e possível criminosa.

Nas reportagens da *Democracia nas favelas* ocorre exatamente o contrário. Das 18 reportagens que compõem a série, 16 (89%) apresentam os moradores de favelas como vítimas dos traficantes, seja porque são obrigados a se submeter ao seu "capitalismo selvagem" que cobra preços superiores ao do mercado competitivo pelos serviços prestados (gás e gatonet⁴, por exemplo); seja porque são obrigados a sair das favelas onde moram por conta de algum desentendimento; seja porque têm a sua liberdade vigiada; seja porque recebem ameaças dos traficantes; seja porque são humilhados, torturados e mortos por ordem do tráfico; seja, até mesmo, porque o Rio de Janeiro encabeça, em decorrência da "guerra do crime" e da "guerra contra o crime", o ranking nacional de homicídios dolosos (CESEC, 2008).

Exposto isso, passemos a uma análise mais detida do discurso da série. Lendo as reportagens, desconstruí as narrativas identificando: 1) quem eram, para os jornalistas, os atores relevantes (personagens), 2) como esses atores foram caracterizados/adjetivados (Anexo 1), 3) quais foram os recursos narrativos empregados (citações de músicas, manchetes, boxes, assuntos remetidos, etc.) e 4) como a narrativa foi construída (Anexo 2). Além disso, atentei para as fotos e para as notas do jornal acerca de outras informações consideradas relevantes e associadas ao tema da "democracia



Figura 2: Design das reportagens da série *Democracia nas favelas*

nas favelas”, entendendo-as como estratégias de convencimento.

As reportagens enquadram o crime como um estado de exceção. A criminalidade violenta carioca é formada pelos atos do tráfico de drogas e das milícias. A estratégia narrativa empregada é a comparação com a ditadura militar brasileira. Palavras e expressões como “democracia” e “ditadura”, “falta de liberdade de expressão”, “tortura” e “exílio” dão a tônica das narrativas. Se a “ditadura” do tráfico de drogas constrangia a “liberdade de expressão”, por meio de “ameaças”, “torturas” e “exílio forçado”, hoje, com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora, a “democracia” chegou às favelas, “com 24 anos de atraso”. Os boxes acrescentados às reportagens corroboram essa comparação com a ditadura militar (ver Anexo 2), reforçando a caracterização da criminalidade urbana *como exceção* – seja pelo seu caráter ditatorial, seja pela sua negatividade (a *não*-regra, a *não*-legalidade, o *não*-respeito, etc.).

Analisando as reportagens, identifiquei os recursos que foram empregados para caracterizar a ditadura militar brasileira e contei o número de frases que empregam esses mesmos recursos em relação ao tráfico de droga. Os resultados foram 57 frases que caracterizam o tráfico e a ditadura da mesma forma (ver tabela no Anexo 2). Testei essa comparação, pois logo na primeira reportagem (“Cidadania lenta e gradual”), os autores afirmam que, em 1985, “com a saída do último general do poder”.

O país fez a festa. Mas nem todos foram convidados. Somente no Rio, 1,5 milhão de habitantes de áreas dominadas pelo tráfico, ou por milícias permaneceram excluídos dos seus direitos fundamentais. Agora, com 24 anos de atraso, moradores de cinco favelas vivem uma experiência histórica, que pode mudar o Rio. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que prometem expulsar o tráfico, resgatar o papel do Estado e garantir segurança 24h. O desafio é tão grande quanto foi o dos anos que se seguiram ao fim da ditadura militar instituída em 64.

É importante destacar o erro histórico cometido pelos jornalistas nesse trecho. Parte da força do argumento está centrada numa informação incorreta. Ele afirma que, em 1985, 1,5 milhão de pessoas viviam em áreas dominadas pelo tráfico ou pelas milícias. Esse número, porém, diz respeito à estimativa do montante atual de pessoas que vivem nas áreas classificadas como favelas pelo IBGE (CENSO 2000, IBGE).

Por conta dessa e de outras comparações entre o tráfico e a ditadura, atentei para o modo de construção narrativa da democracia, levando em consideração o destaque dado a ela no próprio título da série. A associação entre a presença da polícia nas favelas e o período de redemocratização é mais singela, feita em apenas 7 frases. O jornal mesmo problematiza a qualidade da democracia que as Unidades

de Polícia Pacificadora podem levar às favelas que ocupam. Como dito anteriormente, os jornalistas, logo no primeiro dia da série, colocam a questão de as UPPs se transformarem em um estado policial, caso não haja controle sobre seus atos. A relação entre moradores e policiais é apresentada como “mais tensa” do que aquela entre os policiais e os demais moradores da cidade. As “duras”, a exigência de carteiras de identidade para entrar nas favelas e as “rondas” são alguns exemplos dessas relações tensas e, muitas vezes, conflituosas entre moradores e policiais. O fato mesmo de a “polícia pacificadora” usar armas (inclusive metralhadoras) também coloca questões sobre quão democrática é essa relação. Além disso, como não se sabe como os traficantes são “retirados” – nem para onde foram – e o fato mesmo de o Bope⁵ ser responsável pela “preparação do terreno” colocam o questionamento acerca de quão “pacífico” foi o processo de implementação das UPPs.

Apesar disso, em vários momentos, as reportagens deixam claro para o leitor que se vive um momento melhor do que o anterior – ainda que não necessariamente democrático –, em que vigoram as regras da “cidade formal”. Nesse sentido, cabe destacar as censuras invisíveis ao trabalho do jornalista de que fala Bourdieu (1996). As notícias por ele formuladas devem se adequar às expectativas do seu público leitor. Como O Globo é atualmente o jornal de maior circulação entre a classe média carioca, a narrativa da pacificação destaca principalmente os benefícios que ela está criando a esses leitores: seus imóveis estão sendo valorizados e os tiros que tantas vezes os vitimizaram estão sendo controlados.

Os personagens das narrativas são os moradores das favelas onde há presença permanente da polícia; alguns especialistas – em urbanismo, segurança pública e economia – que analisam as Unidades de Policiamento Pacificador; o poder público – nas figuras do atual prefeito Eduardo Paes e do atual secretário estadual de segurança, José Mariano Beltrame –; a polícia militar; os traficantes e milicianos; e as pessoas que estão “sentindo a diferença” – como corretores de imóveis, turistas, empresários, donos de estabelecimentos comerciais, etc. Não são todos que apresentam falas nas reportagens, apesar de todos desempenharem um papel nas narrativas que constroem as favelas como um lugar violento e as UPPs como a solução para esse problema. Os traficantes e os milicianos, por exemplo, aparecem como os causadores da violência; eles são ditadores que impõem um “capitalismo selvagem” às favelas, impedem as pessoas de se manifestarem e matam sem piedade. Os moradores são as vítimas silenciadas ou forçadas ao exílio, sem qualquer poder de ação. Os policiais da “elite da PM” “cumprem o seu papel”, embora continuem portando armas constantemente, estabelecendo boas relações com os moradores e resolvendo seus problemas familiares. Os especialistas fazem algumas críticas à política de segurança, pois levar a democracia às favelas se trata de um processo longo e demorado. Empresários, corretores de

⁵ O Bope é o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ele opera em situações em que a polícia militar regular não consegue controlar, muitas das quais incursões policiais em favelas do Rio.

imóveis e turistas são personagens co-adjuvantes que corroboram a idéia, defendida explicitamente no último dia de reportagens (16/08/2009), de que as UPPs são a solução para o problema do tráfico de drogas, no Rio de Janeiro. Cada um desses atores sociais colhe bons frutos com a saída dos traficantes: moradores podem retornar às suas casas, fábricas podem se instalar em áreas próximas a favelas, os preços de imóveis sobem consideravelmente e o número de turistas cresce (ver Anexo 1). O papel coadjuvante daqueles que estão “sentindo a diferença” merece especial atenção, pois, nas notícias regulares do jornal impresso aqui analisado sobre violência urbana no Rio, são eles as principais, ou até mesmo únicas, vítimas. Essa inversão de papéis é significativa, embora não represente um enfoque completamente diferente, como veremos adiante.

Pacificação para quem?

Os moradores de favelas figuram na série Democracia nas favelas como as vítimas da violência dos traficantes, diferentemente do que Vaz, Cavalcanti, Oliveira e Sá-Carvalho (1999) demonstraram ser o padrão da representação desses atores sociais nas notícias de O Globo entre 2001 e 2002. Isso fica ainda mais claro na reportagem da página 9 da Editoria Rio, do dia 10 de agosto de 2009. São citados dois casos de moradores que foram vítimas dos traficantes e dois de familiares de traficantes que estão sendo bem recebidos pelos demais moradores das favelas onde residem. As vítimas são uma senhora que foi expulsa da favela onde morava, porque cuidava do filho de um traficante excluído do bando que dominava a área; e um comerciante que foi proibido de vender botijões de gás, para que não criasse concorrência ao mercado de botijões dos traficantes.

Embora comemorem a chegada da polícia – ou como disse o comerciante que pôde retornar à sua favela: “Graças a Deus, a polícia tomou o controle” (10/08/2009) –, suas falas demonstram, várias vezes ao longo da série, incertezas em relação ao futuro, temor da volta dos traficantes e dos milicianos, e medo das ameaças que eles continuam fazendo. Isso fica bem claro, logo, na primeira reportagem (09/08/2009).

Há o risco de o estado paralelo ser substituído por um estado policial. Some-se a isso o medo ainda presente. A maioria dos moradores ainda prefere falar sob anonimato, teme a volta dos bandidos, o fracasso do Estado e se pergunta: esse modelo de segurança poderá algum dia garantir os direitos fundamentais do cidadão?

Devemos levar em consideração que esse temor dos moradores está muito relacionado ao medo de represália dos antigos e demais traficantes, pois, ainda que as favelas onde residem não sejam mais dominadas por uma facção criminosa, os morros continuam localizados em áreas que são consideradas de tal ou qual

facção do tráfico de drogas (ROCHA, 2008). Apesar de haver mais de um ano desde que a Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada na favela Santa Marta, não sabemos ao certo – se é que é possível saber – quanto tempo será necessário para que os moradores deixem de se preocupar com as ameaças e recados de traficantes. As identidades sociais dos moradores das favelas se fazem também, ainda que a contragosto, pela identificação da facção que domina a favela onde moram. Normalmente, eles aprendem a lidar com essa identidade inculcada pelo poder que o tráfico de drogas imprime na territorialidade da favela. Como o tráfico ainda existe no Rio de Janeiro, essa forma de classificação ainda vigora e, portanto, o temor dos traficantes é constante e real.

As falas dos moradores denunciam práticas dos antigos “donos dos morros”, reivindicam direitos, acusam os excessos da polícia, reclamam da morosidade da justiça formal, mas também elogiam as atuações da polícia e agradecem auxílios. São citados, por exemplo, agradecimentos à polícia, pois sua presença acabou com tiroteios, diminuiu os preços dos botijões de gás e permitiu o retorno de moradores expulsos. Segundo Comaroff (2006, p.234) “Neste mundo, verdades compartilhadas, sobre o crime ou sobre qualquer outro tema, provêm das vítimas” (tradução livre minha)⁶. Os depoimentos dos moradores figuram, portanto, como uma evidência de que a violência urbana do Rio tem origem nas favelas e que as UPPs são uma possível solução para esse problema.

Não podemos deixar de notar que, para o jornal, a presença da polícia, mais do que promover a segurança à cidade, traz civilidade para as favelas. O papel da polícia de civilizar, de fazer as pessoas se acostumarem a viver com leis iguais para todos, de ensinar o “certo”, de desmanchar uma “cultura enraizada” obscurece as negociações constantes, os malabarismos políticos e os dilemas morais que os moradores das favelas viviam sob o cerco do tráfico e das



⁶ No original: “In this world, shared truths, about crime or anything else, come from the victims”.

milícias (LEITE, 2008). Ao se afirmar que não conhecem as leis e as regras da sociedade, duvida-se da moralidade dos moradores e questiona-se o seu poder de crítica e resistência aos arbítrios do tráfico. Ao afirmar que: "Havia muita permissividade. As pessoas não estavam acostumadas a ter limites" (reportagem do dia 13 de agosto, página 13), a capitã Pricilla⁷, reforça o estigma da desordem na favela e da exclusão dos moradores. Essa perspectiva é corroborada pela seguinte fala do ex-presidente da Associação de Moradores da Santa Marta: "quem não conhece o certo, aceita o errado como se certo fosse" (13/08/2009, página 12).

Como podemos perceber, na série Democracia nas favelas, a polícia cumpre o seu papel: garante a segurança, aparta brigas, vistoria cidadãos, multa veículos estacionados em lugares proibidos, etc. – mais do que isso, ela cumpre diversas outras funções. Promove, por exemplo, aulas de Educação Física (em todas as cinco favelas nas quais a presença da polícia é constante) e reforço escolar, bem como concede bolsas de alimentos (no Jardim Batam) e fiscaliza as "boas maneiras" dos moradores (em todas). É verdade que acontecem alguns imprevistos, como alguns furtos e algumas festas até depois da hora permitida, dentre outros descumprimentos da lei. De maneira geral, a série demonstra que a lei chegou à favela, não

apenas na figura dos policiais, mas também de arquitetos e de fiscais de obras.

Os autores da série procuraram abarcar uma série de conteúdos, que compreendem desde cidadania e possibilidade de um estado policial, até funk e questão habitacional. Essa escolha demonstra como, para esse jornal, retirar o tráfico de drogas das favelas representa uma solução para diversos problemas não apenas de segurança, como também de urbanismo e de moradia. Essa proposta fica mais visível no último dia da série.

A reportagem intitulada "Uma virada que cabe no bolso" expõe uma estimativa das despesas que a Secretaria Estadual de Segurança teria com a implantação de Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas "onde cerca de 1,3 milhão de pessoas vivem ainda subjugadas às ordens de traficantes e milicianos". No entanto, o cálculo do jornal não propõe a implantação de uma UPP em cada uma das 1020 favelas do município do Rio de Janeiro. O jornal calcula duas médias: primeiro, o número de policiais necessários, no caso de as favelas serem "tão violentas" quanto o Complexo do Alemão; segundo, a taxa criada pela Secretaria Estadual de Segurança do número de policias/x moradores para cada UPP. Ambas as médias "cabem no bolso" do PIB do município.

UMA VIRADA QUE CABE NO BOLSO

UPPs em todas as favelas custariam de R\$ 90 milhões a R\$ 340 milhões: valor médio é um milésimo do PIB carioca

OS DIFERENTES ESTÁGIOS DA OCUPAÇÃO POLICIAL NAS FAVELAS

Custo de instalação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no restante da cidade, onde estima-se que 1,3 milhão de pessoas morem em áreas controladas por traficantes ou milicianos

SITUAÇÃO 1
(considerando a relação de 1 PM/106 moradores, utilizada pela Secretaria de Segurança para estimar uma ocupação com 800 policiais no Complexo do Alemão onde moram 85.000 pessoas)

- Seriam necessários 12.264 policiais, que utilizariam 123 UPPs
- Construção, treinamento e compra de equipamentos para as UPPs: R\$ 269 milhões
- Manutenção/anual: salários e combustíveis das UPPs custariam R\$ 339 milhões
- TOTAL no primeiro ano: R\$ 608 milhões

SITUAÇÃO 2
(considerando 1 PM/405 moradores, conforme ocorre nas cinco UPPs em funcionamento)

- Seriam necessários 3.209 mil policiais, que utilizariam 32 UPPs
- Construção, treinamento e compra de equipamentos para as UPPs: R\$ 70 milhões
- Manutenção/anual: salários e combustíveis das UPPs custariam R\$ 90 milhões
- TOTAL no primeiro ano: R\$ 160 milhões

MÉDIA das duas situações

- Relação: 1 PM/168 moradores
- UPPs: 77
- Policiais: 7.700
- Manutenção: R\$ 214 milhões

OBS: Segundo a Secretaria de Segurança uma UPP para 100 policiais tem custo médio de instalação de R\$ 2,2 milhões. Manutenção: salário e combustível custariam R\$ 230 milhões

Honestidade à prova

• "Quanto vocês querem para deixar o tráfico voltar?"

A pergunta, feita por um bandido a um policial de uma das UPPs recentemente inauguradas, mostra o tamanho dos desafios da ocupação nas comunidades. O assédio de traficantes começa a aparecer.

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, já tinha ideia de que a proposta dos bandidos surgiria nas favelas pacificadas.

— Os policiais das UPPs têm consciência de que o poder paralelo usaria esse artifício para retomar territórios.

Na opinião da coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), Silvia Ramos, os policiais das UPPs aparentam estar preparados para resistir à tentação:

— Eles são a elite da PM. Se os moradores souberem que estão recebendo propina do tráfico, ficam desmoralizados.

Chapéu Mangueira, sabemos que aonde pode chegar na praia... Beltrame, acrescentando que os laboratórios de inteligência mapeiam todas as bocas de fumo e ainda "esticam" no asfalto.

Como uma onda, os investimentos em segurança podem ferir a economia da cidade. O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, José Luiz Alqueires, estima o PIB da cidade engorde de 20% a com o controle das áreas hoje controladas por traficantes e milicianos. Se isso acontecer, isso significa algo entre 100 bilhões e R\$ 38,1 bilhões, levamos em conta o PIB de 2006 (último disponível), de R\$ 127 bilhões.

— Para isso, é preciso vencer desafios de dar a todas as favelas titularidade dos imóveis e infraestrutura social e urbana, incluindo segurança. A questão da titularidade tem sido encarada de frente. Se o valor dos imóveis já triplicou nas comunidades com UPPs, imagine como isso funciona com a titularidade? — diz ele.

Economista: 'Vivem um momento raro'

• Economista do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS), A. Urani acredita que o potencial econômico vai mais além e define o fenômeno como "choque de ritmos".

— Além do crescimento do que mede o fluxo de riqueza, o que imobiliário existente antes de valor. Vai ter paulista querendo morar aqui, americano querendo trocar Miami pelo Rio.

Para isso, no entanto, diz Urani, preciso coexistir de esforços.

— Vivemos um momento raro que há diálogo e uma aproximação entre as diferentes instâncias de governo, sociedade civil e a iniciativa privada. Existe boa vontade, maior articulação. A pacificação, por exemplo, não está nas comunidades PAC ou Favela-Bairro. Para ter efeito, precisa ter uma estratégia social.

Figura 3: Reportagem que calcula e afirma que as UPPs são a solução para a violência da cidade

⁷ Comandante da Unidade de Polícia Pacificadora da favela Santa Marta (Botafogo, Zona Sul), a primeira em que o projeto foi posto em prática.

Considerações Finais

Diferentemente da contextualização histórica, explicitada em boxes, da presença do tráfico de drogas nas cinco favelas ocupadas, nenhuma referência é feita às políticas de segurança anteriores que também pregavam a recuperação do monopólio do uso da força nos territórios de favelas. É especialmente interessante notar como as reportagens não citam sequer a política de segurança do governo Anthony Garotinho (1999-2002), da qual foi herdada a sede do Bope, na Tavares Bastos (Catete, Zona Sul), conhecida como "Mutirão pela Paz"⁸. Além dessa, outras iniciativas de recuperação do território de favelas antecederam as UPP, das quais podemos destacar o Grupamento de Aprendizagem Prático-Escolar (GAPE), de 1993, e o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), de 2000. A não-menção a elas apresenta, pois, as UPPs como inovações em políticas públicas, o que elas não são por inteiro.

"Violenta", portanto, é a presença do tráfico por sua justiça de Talião, pelo porte de armas e seu uso indiscriminado, pelo cerceamento da liberdade de expressão dos moradores, pelas torturas, pelos exílios forçados, pelo "capitalismo selvagem". Seguindo a lógica do jornal, que opera em uma chave opositiva antes/agora, a retomada do controle pelo Estado sobre os territórios das favelas promove a segurança da população, que, agora, não mais será vitimada por balas perdidas. O tom otimista do jornal está, como dito anteriormente, relacionado às expectativas de seus leitores em relação às UPP. Para eles, que moram nos entornos das favelas pacificadas, basta a presença da polícia para que a

segurança seja promovida. Para os moradores das favelas, em contrapartida, mesmo ausente, o tráfico ainda é uma realidade: concreta por meio de cartas, "avisos", "ameaças" e tiros em trailers; virtual por meio do medo, da iminência de sua (re)volta.

A pacificação das cinco favelas é noticiada de modo a mostrar às vítimas virtuais da violência urbana do Rio de Janeiro que o Estado entende que é responsável pela segurança pública. A abordagem feita por *O Globo* dessa política pública, porém, não pode ser compreendida sem a contextualização do medo do crime no Rio de Janeiro e do papel fundamental que a mídia desempenha na sua conformação. Os testemunhos dos moradores, como vimos, corroboram a "maldade" dos traficantes e legitimam a violência policial contra eles, responsáveis que são pelos crimes.

Os silêncios da série em relação a alguns aspectos deixam questões para reflexões futuras. A não-menção ao processo de instalação das UPPs, por exemplo, não esclarece se a pacificação é pacífica. E essa é uma pergunta fundamental, pois retirar traficantes e milicianos com o sacrifício da vida dos moradores de favelas é mostrar para aqueles que consideram a segurança um direito e têm propriedades para proteger que o Estado cumpre o seu papel. Significa dizer, portanto, que o papel do Estado é prender e punir aqueles que causam danos e colocam em risco quem tem direitos na sociedade – e não prover esses direitos a todos. Além disso, não esclarecer por quanto tempo será necessário que a polícia esteja presente diariamente nas favelas é manter a consideração de que os moradores de favelas são vítimas e possivelmente criminosos.

Anexo 1:

PERSONAGENS	CARACTERÍSTICAS
Moradores de favelas	Quem fala sobre as mudanças no cotidiano das favelas.
Especialistas	Aptos a analisar a política de segurança, cada qual segundo a sua "especialização": Sérgio Besserman (ex-presidente do IBGE e do IPP), Sérgio Magalhães ("pai" do Favela Bairro e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU-UFRJ), Felipe Góes (Presidente do Instituto Pereira Passos), Sérgio Dias (Secretário Municipal de Urbanismo), Luciana Sá (Diretora de Desenvolvimento Econômico da Firjan), Fernando Veloso (economista do Ibmecc), Ignácio Cano (sociólogo), tenente-coronel Paulo Augusto Souza Teixeira (presidente do ISP).
Policiais militares	Responsáveis pela implementação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora; os provedores de "segurança".
Bope	Responsável pela retirada dos traficantes e pela "preparação do terreno" para a implantação das UPPs
Governo	Prefeito Eduardo Paes e Secretário de Segurança do Estado, José Mariano Beltrame (Não são caracterizados).
Pessoas que estão "sentindo a diferença"	Corretores de imóveis, empresários, donos de empreendimentos, moradores das favelas, associações de moradores, turistas, etc.
Traficantes e milicianos	Os causadores dos problemas – ditadores, violentos.

⁸ O Mutirão pela Paz foi idealizado pelo então subsecretário de segurança do estado do Rio, Luiz Eduardo Soares, e implementado em 1999, na gestão do então governador Anthony Garotinho. O objetivo desse projeto era combater o tráfico de drogas, fomentando a articulação entre programas sociais e iniciativas de segurança pública.

Anexo 2:

REPORTAGEM	PÁGINA	MANCHETE	MÚSICA	FOTOS	BOXES	TRÁFICO	UPP	MORADOR DA FAVELA COMO VÍTIMA DO TRÁFICO
Dia 09/08/2009	1	Os desafios da democracia nas favelas	Nenhuma	Pessoas conversando na calçada e PM passando na rua	Nenhum	1 vez	1 vez	Não
Dia 09/08/2009	16	Cidadania lenta e gradual	Rap da Felicidade	PMs armados em uma laje em que crianças soltam pipa	O desrespeito aos direitos dos moradores das favelas e o lucrativo mercado sem leis	8 vezes	1 vez	Sim
Dia 09/08/2009	17	A Liberdade no fio da Navalha	Saudosa Mangueira	Mãos segurando barras de uma grade de uma janela de casa na favela; policiais cobrindo pichações com as abreviaturas e dizeres dos traficantes; e policial ensinando duas crianças a soltar pipa	O processo de redemocratização no país	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 09/08/2009	20	Três comunidades na caserna	Polícia no morro	Vista aérea do Batam; e BOPE treinando em Cidade de Deus, no meio da rua, com moradores passando	O dia-a-dia à sombra dos caveiras do Bope	2 vezes	0 vezes	Sim
Dia 10/08/2009	8	Abaixa o som que isso aí é funk	Rap do Silva	Churrasco de moradores em uma rua de Cidade de Deus; e Rapper Fiell em uma laje no Santa Marta	Guerra de decibéis e Nas favelas ditadura não acabou	10 vezes	0 vezes	Sim
Dia 10/08/2009	9	Fim do exílio forçado	Senhora Liberdade	Viúva de traficante com bebê no colo; morador da Tavares Bastos cujo tio foi morto pelo BOPE; e PM apertando a mão de entregador de gás expulso das favelas do Leme por traficantes	Artistas e políticos foram para o exterior para fugir da ditadura e A volta cuidadosa de Bigode	23 vezes	0 vezes	Sim
Dia 11/08/2009	13	Venda de imóveis a pleno vapor	A favela vai abaixo	Vista do Morro da Babilônia e da praia; Turistas americanos comendo feijoada no morro do Leme; cozinheiro do morro do Leme; e quadro com anúncios de casas no Batam	O sonho de um charmoso restaurante francês	2 vezes	0 vezes	Sim
Dia 11/08/2009	14	A nova lei do mercado	Feira de Acari	Donos de loja de Cidade de Deus; operários instalando rede elétrica no Santa Marta; e Mototaxistas	Favela S.A.	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 12/08/2009	11	Muito além das fronteiras	Recenseamento	Vista de um apartamento blindado a partir do Santa Marta	Briga de vizinhos e de casais superam registros de outros crimes	0 vezes	0 vezes	Sim

Dia 12/08/2009	12	Colando os cacos da cidade partida	Favela	Barbeiro tralhando em uma das ruas do Morro da Babilônia; turistas subindo de bondinho o Santa Marta; desenhos de crianças ("antes" e "depois" das UPPs); e crianças brincando em uma área de convivência no Santa Marta	Nenhum	2 vezes	0 vezes	Sim
Dia 13/08/2009	12	Cidadã Marta	Opinião	Operários trocando a fiação no Santa Marta; moradora com filho no colo na porta de casa; avisos das "novas regras de convivência" na associação de moradores do Santa Marta; e caixas de correio com os nomes dos moradores.	Guerra do tráfico espalhou pânico nos anos 80	1 vez	3 vezes	Sim
Dia 13/08/2009	13	O outro lado da vitrine	Alvorada	Vendedor de churrasco; moradora no "buraco" que dava acesso à sua casa antiga; e PMs passando por moradores em uma viela.	Morro tem 4.872 moradores, informa censo inédito e Em casa de ferreiro	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 14/08/2009	12	Liberdade vigiada	Feio, não é bonito	Dona Sebastiana, moradora citada pelo filme "Cidade de Deus"; viúva que aguarda a prisão do assassino do marido; e crianças brincando no Karatê (Cidade de Deus)	De Cidade de Deus a "depósito de gente"	6 vezes	0 vezes	Sim
Dia 14/08/2009	13	A resistência dos donos dos morros	Rap das armas	Vista das praias do Leme e de Copacabana a partir do Morro da Babilônia; PM ao lado de trailer baleado por bandidos; e bar que aparece no filme "Tropa de Elite"	Guerra do tráfico dura três meses e leva pânico até o asfalto e A PM mediadora	1 vez	1 vez	Sim
Dia 15/08/2009	12	Polícia para mil e uma utilidades	Charles Anjo 45	Esposa e marido separados por grades; presidente da Associação de Moradores do Batam (e também tenente do BOPE) conversando com moradores; e crianças sentadas em balcão de loja fechada	Um oásis de segurança em Realengo	1 vez	0 vezes	Sim
Dia 15/08/2009	14	A terra do "major-xerife"	O dono e o povo	Vista da Tavares Bastos; Major Vargas (chefe do BOPE) falando ao telefone, sentado em uma laje	Cenário de novela e entrevista com o major Vargas	0 vezes	0 vezes	Sim
Dia 16/08/2009	16	Uma virada que cabe no bolso	O morro não tem vez	Vista da Rocinha e da Lagoa.	Honestidade à prova	0 vezes	1 vez	Sim
Dia 16/08/2009	17	O sonho do Rio virtuoso	Brasileiro 2004	Canal cheio de lixo em Cidade de Deus; moradora mãe de filhos viciados em crack; casa em construção na Babilônia	Pratos, só de plástico e Série continua no site do GLOBO	0 vezes	0 vezes	Não
Dia 16/08/2009	19	Contrastes da favela partida	Volta pro morro	Barracos de madeira; imóveis coloridos do Santa Marta	Nenhum	0 vezes	0 vezes	Não

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSERMAN, Sérgio. (2008) "Favelas Cariocas". Conselho Estratégico de Informações da Cidade. Atas de Reunião. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 25 de junho.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Censo Demográfico (2000) IBGE: Agregado de Setores da Sinopse preliminar.
- CeSEC. (2008), Estatísticas da criminalidade.
- CHAMPAGNE, Patrick. "A visão mediática". (1998), In: P. Bourdieu (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Editora Vozes.
- COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. (2006), "Figuring crime: quantifacts and the production of the un/real". *Public culture* 18:1. Duke University Press.
- GODOLPHIM, Nuno. (1995), "A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica.", *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, N.2:161-185, jul./set.
- LEITE, Márcia Pereira. (2008), "Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas". In: L. A. Machado da Silva (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NIETZSCHE, Friedrich. (2009), *Genealogia da moral*. Rio de Janeiro, Companhia de bolso.
- ROCHA, Lia de Mattos. (1997), "Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico". In: L. A. Machado da Silva. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, v. 1, p. 191-225.
- SODRÉ, Muniz. "A forma da notícia". In: *Reinventando a cultura*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- VAZ, Paulo. (2009), "Vítima virtual e mídia" In: *Vigilância, Segurança e Controle na América Latina - Simpósio Interdisciplinar na Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba, 4 a 6 de março.
- VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; OLIVEIRA, Luciana Julião de; SÁ-CARVALHO, Carolina. (1999), "Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime." *Revista Fronteiras — estudos midiáticos*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v.1, n. 1
- VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; SÁ-CARVALHO, Carolina. (2005), "Vítima virtual e medo do crime no Rio de Janeiro." *Trajectos — Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Portugal, ISCTE, n.7.
- VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. (2005), "Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crime." *Compós — Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 4

Capital social e a força dos laços sociais: perspectivas macrossociais a partir do estudo de uma rede de relações no bairro Primeiro de Maio em Belo Horizonte¹

Joyce Gesuilo
Gonçalves

Graduanda do Curso
de Ciências Sociais /
PUC Minas

RESUMO: O estudo de Mark S. Granovetter sobre a força dos laços sociais apresenta a análise de redes sociais como uma ferramenta capaz de aliar as perspectivas micro e macrossocial. Este artigo parte dessa afirmativa para discutir a importância de se considerar a combinação de laços fortes e fracos para a composição do conceito de capital social, quando tratado como recurso que facilita a ação e os ganhos coletivos. Com esse intuito é apresentada a análise da rede de relações sociais identificada no bairro Primeiro de Maio, região norte de Belo Horizonte.

ABSTRACT: Mark S. Granovetter's study about the strength of social ties presents the social network analysis as a tool capable of joining micro and macro-social perspectives. This paper takes that into account and intends to discuss the importance of combining strong and weak ties in the composition of the social capital concept, when treated as a resource to facilitate collective action and gains. The analysis of the social relationships network identified at the Primeiro de Maio district, northern region of Belo Horizonte, is also presented.

Introdução

Como se estruturam os contatos sociais entre múltiplos atores, qual a função de cada forma de contato e os possíveis benefícios por eles proporcionados são questões caras a grande parte das teorias sociológicas. Entre elas destacam-se as teorias sobre o capital social e as redes sociais. Este artigo contempla parte dessa discussão teórica a fim de aplicá-la ao estudo de uma rede de relações identificada empiricamente no bairro Primeiro de Maio, região norte de Belo Horizonte. A identificação dessa rede tem origem na problemática da pesquisa da qual deriva este artigo. Essa pesquisa visou compreender o papel do capital social da comunidade da sub-bacia do córrego Primeiro de Maio para o desempenho das obras do Programa de Recuperação Ambiental da Prefeitura de Belo Horizonte (Drenurbs) realizadas no córrego que nasce nessa região. A discussão abordada neste artigo, no entanto, concentra-se na análise dos papéis dos laços sociais existentes na rede identificada, tendo como base as teorias de capital social e a discussão sobre a força dos laços sociais proposta por Granovetter (1973).

A teoria sobre o capital social ainda não o apresenta como um conceito unívoco ou acabado, entretanto, é recorrente a importância dada aos trabalhos de Bourdieu (1998), Coleman (1988) e Putnam (2002), como marcos do desenvolvimento da teoria e pesquisa acerca do tema. A primeira seção deste artigo discutirá, portanto, as abordagens de Bourdieu, Coleman e Putnam, bem como interpretações das obras desses autores. Na seção sobre redes sociais será discutida a importância de analisá-las como complementares ao conceito de capi-

tal social, como apontam Prates, Carvalhaes e Silva (2007). Essa discussão norteará a seção seguinte, a qual apresenta a técnica de identificação da rede de relações aqui problematizada e a análise da estrutura e função dos laços sociais nela presentes.

Capital social: delimitação do conceito

Sobre as origens do conceito, Putnam (2003) afirma que a expressão "capital social", com o sentido próximo ao que se entende hoje, foi cunhada pela primeira vez em 1916 por Lyda Judson Hanifan, educador norte-americano. O objetivo de Hanifan, como afirma Putnam, era comprovar que os graves problemas sociais, econômicos e políticos de algumas comunidades do estado da Virgínia do Oeste eram consequência da falta de compromisso comunitário entre seus moradores. Nesse sentido, Hanifan descreve o capital social como sendo:

"...esses elementos tangíveis [que] contam sumamente na vida diária das pessoas, a saber, a boa vontade, a associação, a simpatia e as relações sociais entre indivíduos e famílias, características constitutivas da unidade social" [...] "Abandonado a si mesmo, o indivíduo é socialmente um ser indefeso" [...] "Mas se entra em contato com seus vizinhos, e estes com novos vizinhos, será produzida uma acumulação de capital social que poderá satisfazer de imediato suas necessidades sociais e produzir possibilidades sociais suficientes para melhorar substancialmente as condições de vida

¹ Este artigo deriva da Pesquisa de Iniciação Científica: "Cooperação pelas águas: o papel do capital social para o desempenho das ações do Drenurbs na comunidade do córrego Primeiro de Maio em Belo Horizonte", financiada pela FAPEMIG e realizada no curso de Ciências Sociais da PUC Minas sob orientação da professora Matilde de Souza.

de toda a comunidade." (HANIFAN apud PUTNAM, 2003, p. 10, tradução livre)²

Putnam (2003) afirma que, apesar de já conter elementos essenciais do conceito de capital social, essa definição não suscitou grandes preocupações durante as sete primeiras décadas do século XX. Os trabalhos de Bourdieu (1998) e Coleman (1988) na década de 80 foram os principais marcos conceituais e, para parte da literatura sobre o assunto, os precursores dos estudos do capital social.

Conforme Aquino (2000), apesar de possuírem pontos de partida distintos, as teorias sobre capital social de Bourdieu (1998) e Coleman (1988) produziram conceitos semelhantes. O capital social é entendido pelos dois autores como recursos que possibilitam ações e ganhos coletivos. A posse desses recursos é o principal ponto de divergência entre suas formulações. Para Coleman esses recursos são coletivos, pertencendo à rede de relações na qual o ator está inserido, esta rede pode lhe proporcionar condições maiores ou menores para a obtenção de ganhos coletivos. Para Bourdieu o capital social é uma posse individual ligada às características pessoais do ator que o tornam apto, em maior ou menor grau, para alcançar seus objetivos mediante a ação grupal. Entende-se que para Coleman (1988) a localização do capital social nas relações entre os indivíduos permite que todos os membros da comunidade compartilhem do seu estoque e contribuam na sua produção. Em Bourdieu (1998), no entanto, há níveis diferentes de capital social entre os atores de uma mesma coletividade, o que faz com que aqueles que possuem maior capital social alcancem mais benefícios do que aqueles que possuem menos ou não o possuem.

Aquino (2000) elucida com isso as questões-chaves que embasam o pensamento desses autores: para Bourdieu a pergunta central é "por que determinado indivíduo consegue ocupar na sociedade uma posição com a qual um outro indivíduo não chegou sequer a sonhar?", já para Coleman a pergunta é "por que comunidades com recursos econômicos e humanos semelhantes têm capacidades diferentes de resolver seus problemas pela ação coletiva?" (AQUINO, 2000, p. 25). Em resposta a essas perguntas distintas os autores chegam ao consenso da existência de recursos disponíveis apenas na convivência grupal, mesmo que esses beneficiem a todos ou só a alguns. A conclusão sobre o que seriam esses recursos, o capital social, é estabelecida da seguinte forma por Bourdieu:

"O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento" (...). "O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse de cada um daqueles a quem está ligado." (BOURDIEU, 1998, p. 67)

A conceituação de Coleman (1988) sobre o que seria o capital social é evidenciada, por sua vez, nas seguintes considerações:

"O capital social é definido por sua função. Não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto de estruturas sociais e elas facilitam certas ações de atores — pessoais ou corporativos — dentro da estrutura. Da mesma maneira que outras formas de capital, o capital social é produtivo tornando possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis." (COLEMAN, 1988, p. S98, tradução livre)³

A compreensão dessas primeiras teorias do capital social proporciona a elucidação da base conceitual trabalhada até os dias atuais. D'Araújo (2003), no entanto, ressalta que a temática do capital social suscitou maior interesse acadêmico apenas a partir de 1993, com a publicação de *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*⁴, resultado de uma densa pesquisa realizada por Robert Putnam e sua equipe na Itália. Putnam (2002) teve como objetivo compreender porque comunidades com características políticas e institucionais idênticas possuíam desenvolvimento social e econômico distintos. A Itália havia passado por uma reforma democrática, com a criação de instituições descentralizadas, e já possuía uma distinção cultural entre o norte e o sul do país. Isso representava, segundo Putnam, um objeto de estudo com características ideais para sua análise.

Ao longo de sua pesquisa, Putnam detectou que as instituições criadas pelo governo tinham maior eficiência no norte da Itália do que no sul, e atribuiu isso aos sistemas de organização horizontal existentes em maior número no norte do país. Por essa razão, o autor considerou que essa região favorecia o comportamento cooperativo e a classificou como uma comunidade mais cívica do que o sul. Diante disso, e das postulações clássicas sobre os dilemas da ação coletiva, Putnam (2002) se perguntou qual fator seria determinante para produzir ações cooperativas. O capital social foi a resposta do autor a esse questionamento. Para ele, essa forma de capital diz respeito a características da organização social como sistemas de participação, normas e confiança, que contribuem para aumento da capacidade de cooperação entre os indivíduos.

Para exemplificar a natureza coletiva dos ganhos obtidos cooperativamente, Putnam compara a atitude cooperativa, produzida pelo capital social, aos grupos de canto coral. A partir dessa analogia entende-se que o sucesso de um coral resulta do talento de cada um dos seus participantes e não pode ser atribuído a um dos seus cantores em particular. O sucesso do coral é, portanto, resultado de talentos individuais, mas existe apenas a partir da junção dos mesmos, não sendo possível a distinção, de forma individual, daqueles que receberão seus

² ...esos elementos tangibles [que] cuentan sumamente en la vida diaria de las personas, a saber, la buena voluntad, la camaradería, la comprensión y el trato social entre individuos e familias, características constitutivas de la unidad social [...] Abandonado a sí mismo, El individuo es socialmente un ser indefenso [...] Pero si entra en contacto con sus vecinos, y éstos con nuevos vecinos, se producirá una acumulación de capital social que podrá satisfacer de inmediato sus necesidades sociales y producir unas posibilidades sociales suficientes para mejorar de forma sustancial las condiciones de vida de toda la comunidad.

³ Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors — whether persons or corporate actors — within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible.

⁴ Originalmente sob o título: *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*.

méritos. Da mesma forma, o capital social não é um atributo individual dos membros de um grupo, ele existe a partir de suas relações, sendo, portanto, intersubjetivo. Por outro lado, ele depende de características e disposições individuais, como confiança, internalização de normas e valores e predisposição à cooperação. Sendo assim, é a relação entre os membros de uma coletividade que pode tornar possível, ou não, a produção do capital social. Esse, por sua vez, contribuirá para o sucesso das ações empreendidas pelo grupo, proporcionando o compartilhamento dos benefícios que possam ser conquistados.

Capital social e redes sociais: conexões possíveis

A compreensão do capital social como elemento das relações abre questionamentos sobre a estrutura e funcionamento dessa situação relacional. As formulações de Bourdieu e Coleman especificam essas relações afirmando que o capital social correlaciona-se com a "posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento" (BOURDIEU, 1998, p.67) ou com a formação de redes de confiança, no caso dos estudos de Coleman (1988). Segundo Portugal (2007) a teoria de capital social de Coleman já promovia a união do conceito de redes a essa forma de capital, ao afirmar que o capital social localiza-se nas relações entre as pessoas. Para Prates, Carvalhaes e Silva (2007), a proliferação dos dois acarretou certa confusão entre os termos, sendo considerados, por vezes, redundantes. Esses autores mostram, no entanto, que a junção dos termos, guardando suas particularidades, promove explicações mais abrangentes para o fenômeno da ação coletiva.

Os estudos sobre as redes sociais, assim como sobre o capital social, possuem construções distintas. Entre elas têm ganhado destaque os trabalhos de Granovetter (1985; 1973) e Castells (2005), ambos com importantes contribuições para a compreensão sobre a organização das relações sociais na sociedade moderna. Castells (2005) conceitua rede como sendo a ligação entre "nós", sejam estas pessoas, gangues, empresas, Estados ou outras formas sociais. A idéia de ligação ou conexão é a característica incontestável das redes, no entanto, diferentes estudos depositam maior ou menor preocupação quanto ao caráter horizontal desses laços. Dessa forma, o conceito de redes sociais oscila entre delimitações mais valorativas ou mais instrumentais. Para relacionar as redes sociais ao capital social a literatura tem utilizado largamente os estudos de Granovetter, o qual trata as redes como uma ferramenta de análise sociológica.

De acordo com Granovetter (1985) tomar as redes de relações como unidades de análise sociológica é um meio eficaz e desejável para que se supere a dicotomia entre individualismo e coletivismo. Para o autor os indivíduos agem

de acordo com a rede de relações na qual estão inseridos e não apenas por um cálculo racional à parte das relações sociais, como defende a tradição utilitarista; ou pelas pressões dos costumes, hábitos e normas da sociedade. Da mesma forma, Degenne e Forsé citados por Marteleto (2001), afirmam que a análise das relações entre os indivíduos deve preceder qualquer outra categorização, visto que os comportamentos e as opiniões individuais estão atrelados à estrutura de relações à qual pertence o indivíduo. Os estudos das redes sociais partem, portanto, desse postulado de Granovetter (1985), o qual introduziu a utilização do estudo das relações sociais como ponto de partida e condutor analítico das análises sociológicas.

A compreensão dessas relações já havia sido detalhada por Granovetter (1973) em seu trabalho sobre a força dos laços sociais, no qual o autor distingue três tipos de ligação dentro das redes: forte, fraca ou ausente. Os laços fortes são caracterizados por situações de conhecimento face a face com grande periodicidade e intensidade, incluem, portanto, as amizades e relações familiares. O contato menos frequente e com menor proximidade, como entre pessoas que são apenas "conhecidos"⁵, constitui os laços fracos. No caso de laços ausentes, um dos elementos da rede pode funcionar como "ponte" entre outros dois elementos, tornando-se elemento chave para a existência de algum tipo de laço entre os elementos conectados a ele, mas não conectados entre si. Feita essa distinção, Granovetter dedica-se a comprovar que os laços fracos podem ser mais importantes para a consecução de bens individuais e coletivos do que os laços fortes.

Nesse ponto o autor parece conciliar as perspectivas de Coleman (1988) e Bourdieu (1998), uma vez que reconhece que a posição de um ator dentro da rede e a estrutura da mesma, pode promover benefícios tanto individuais como coletivos. Entende-se que na concepção de Granovetter a força existente nos laços de uma rede não é estritamente coletiva nem estritamente individual, ela serve a múltiplos interesses e, portanto, pode ser mobilizada por

⁵ Granovetter (1973) utiliza o termo "acquaintance", por ter sido mencionado diversas vezes por seus entrevistados para se referirem a pessoas com as quais tinham menor proximidade.



toda a rede ou por apenas um de seus atores. O que importa para Granovetter é a configuração dos laços e o potencial de oportunidades e informações neles presentes, por isso em sua teoria da força dos laços exemplifica tanto sua mobilização individual como sua importância para a mobilização coletiva.

Segundo Granovetter (1973), há uma grande tendência de que as pessoas que estão ligadas por laços fortes a um indivíduo também estejam fortemente ligadas entre si, formando os círculos de amizades, ou no caso comunitário, as comunidades coesas. A questão que se coloca a esse formato de rede é a necessidade de angariar novas informações e recursos não disponíveis em seu interior, uma vez que seus estoques internos são compartilhados por todos, mas restritos em suas possibilidades. Diante dessa consideração é que Granovetter defende a força dos laços fracos, pois esses podem ligar uma rede a outras redes com informações e possibilidades diferentes.

Para exemplificar a força dos laços fracos para ganhos individuais Granovetter (1973) utiliza os dados de uma pesquisa sobre a alocação no mercado de trabalho. Segundo o autor, o conhecimento de uma vaga de emprego pode ocorrer através de amigos, de meios formais (como editais e anúncios) ou de "conhecidos". No primeiro caso o autor argumenta que, geralmente, os amigos envolvidos apenas em laços fortes possuem os mesmos canais de informação e, portanto, não serão capazes de fornecer nenhuma possibilidade nova uns aos outros. Os canais de informação oficiais são eficientes para a divulgação em massa, mas por esse motivo tornam as vagas mais competitivas e diminuem as chances de contratação imediata. Granovetter (1973) chega à conclusão de que o meio mais eficiente de se acessar uma vaga de emprego é o contato com laços fracos, como colegas de faculdade ou de um antigo trabalho. Isso porque essas pessoas possuem acesso a informações de outras redes sociais, aumentando as possibilidades disponíveis, e podem colocar o candidato em contato direto com o responsável pela contratação, diminuindo a competitividade. A importância dos laços sociais é ressaltada por Granovetter (1985) também em transações econômicas dentro de grandes mercados competitivos. O autor demonstra que as decisões das empresas, por vezes tomadas como fruto de cálculos utilitaristas racionais, são, na verdade, altamente influenciadas pela rede de contatos pessoais de seus dirigentes.

Do ponto de vista comunitário, Granovetter (1973) aponta que o grau de organização de uma comunidade não depende apenas da coesão interna, mas também da relação de confiança com o líder e da quantidade e importância dos laços fracos que ela estabelece para fora de sua rede, as suas "pontes". Segundo o autor a confiança nos líderes depende da capacidade que os membros do grupo têm de prever e influenciar seu comportamento. Nesse sentido, não basta que a comunidade seja formada por subgrupos coesos se eles não tiverem pelo menos um componente em

contato direto com a liderança. O papel desse componente é prestar informações sobre a confiabilidade do líder e interceder junto a ele pelas necessidades daqueles aos quais está ligado fortemente. Quanto à existência de laços fracos atuando como pontes, Granovetter afirma que um importante meio de gerá-los é a filiação a organizações, desde que essas não sejam compostas apenas por membros de uma mesma rede de laços fortes.

Correlacionando a teoria de Granovetter com as preocupações dos estudos sobre eficácia coletiva, considera-se que os recursos necessários para essa eficácia dependem ao mesmo tempo das relações sociais de dentro da comunidade e da comunidade com seu entorno. De acordo com Prates, Carvalhaes e Silva (2007), a situação mais favorável para a ação coletiva é o alto capital social aliado à existência de laços fracos. Para esses autores o capital social é recurso proveniente da credibilidade, confiança e solidariedade entre os membros de um grupo, portanto, um componente de laços fortes. Quanto aos laços fracos necessários para a organização coletiva, os autores acentuam que não basta que eles estejam presentes nos grupos, mas também que estejam bem posicionados na estrutura de poder, ligando o grupo a importantes canais de informação e benefícios. Dessa forma, os indivíduos estarão mais interessados em se mobilizarem coletivamente, uma vez que estão unidos por importantes laços fortes e são capazes de vislumbrar as possibilidades abertas pelos laços fracos.

Laços fortes e fracos: uma análise empírica

A partir das considerações de Granovetter (1973; 1985); Prates, Carvalhaes e Silva (2007) e Portugal (2007) a noção de redes sociais é aqui trabalhada como uma ferramenta de análise social, que possibilita a compreensão de diferentes papéis desempenhados pelos atores e as diferentes possibilidades por eles proporcionados. A configuração dos laços existentes entre os atores participantes deste estudo é o foco principal desta discussão, a qual deposita maior atenção às categorias de laços fortes e fracos, como constituintes do capital social.

A rede de relações aqui identificada foi pensada, inicialmente, como uma forma de seleção de entrevistados para a pesquisa na qual este artigo se insere. Primeiramente foram entrevistados dois participantes da Comissão de Participação Popular do Drenurbs no bairro Primeiro de Maio, escolhidos aleatoriamente. Para a seleção dos demais entrevistados utilizou-se a técnica de indicação. Com base nesse procedimento, solicitou-se a cada entrevistado que indicasse mais três pessoas moradoras do mesmo bairro ou região e que pudessem responder à entrevista, o que gerou um total de setenta e seis pessoas entrevistadas. O desenvolvimento do trabalho demonstrou a possibilidade de utilizar a rede identificada como um instrumento analítico para a argumentação

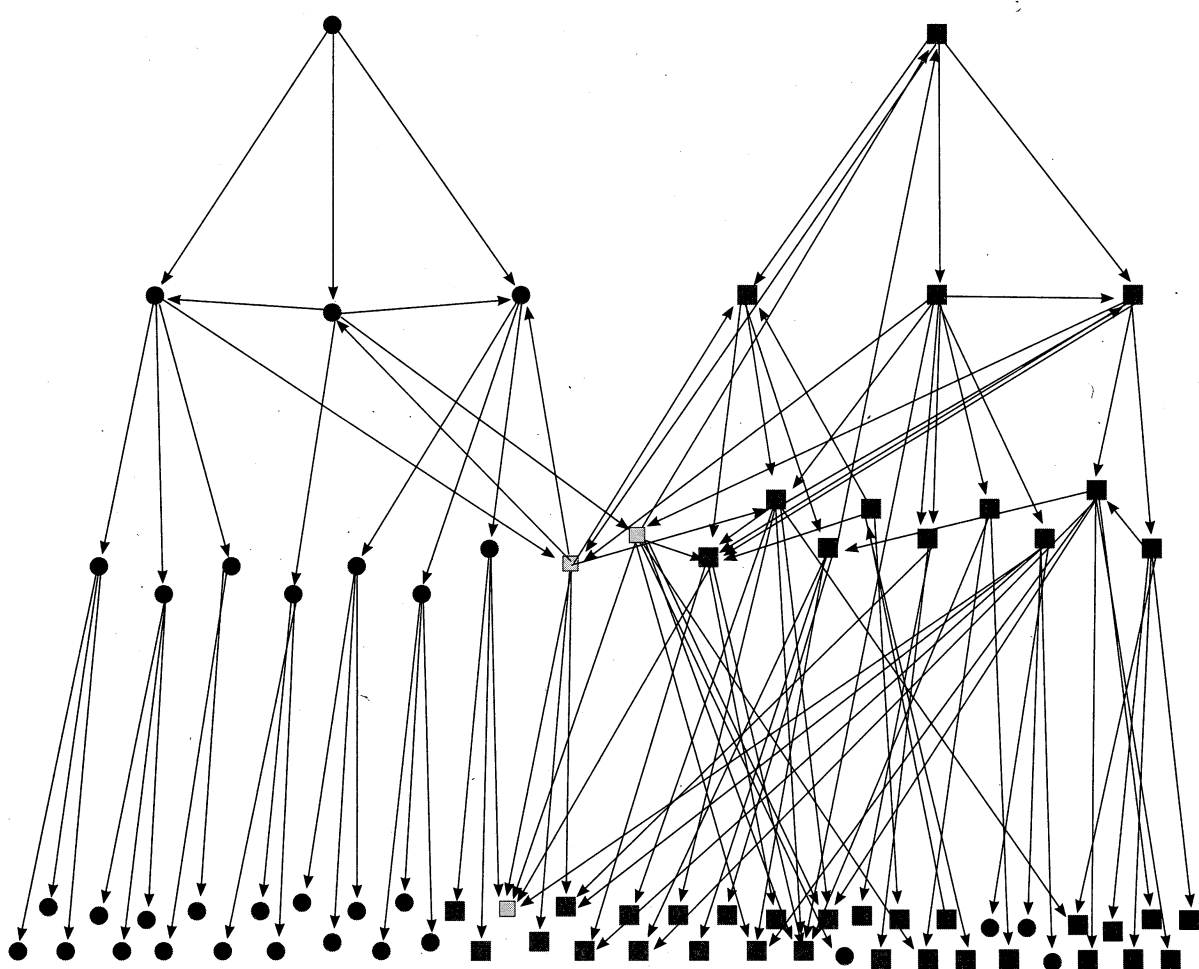
aqui pretendida. Essa possibilidade foi aberta devido às múltiplas indicações de um mesmo ator, gerando um entrelaçamento entre as indicações e não apenas uma cadeia de atores indicando três outros atores distintos. Dessa forma, a técnica que pretendia captar apenas uma estrutura simples de interconhecimento entre os sujeitos entrevistados, demonstrou características relevantes sobre a estrutura dos laços sociais presentes na comunidade.

Como ocorreram várias indicações para o mesmo ator, foi pedido aos entrevistados que indicassem outra pessoa que também pudesse ser entrevistada e ainda não tivesse sido indicada. Com o transcorrer das entrevistas o número de pessoas já indicadas limitava as opções de indicação dos últimos entrevistados. Isso fez com que algumas pessoas tivessem que citar até treze nomes para que fosse possível a identificação de três pessoas que ainda não tivessem figurado na lista de indicações. Pelo fato da pesquisa ter seguido uma ordem de indicação, o número de pessoas que um ator indicou não tem representatividade analítica, pois esse número poderia ser menor caso o contato com esse entrevistado tivesse ocorrido nos primeiros dias

de entrevista.

Por outro lado, o fato de terem sido registradas todas as indicações realizadas por um entrevistado, mesmo quando se referiam a pessoas já entrevistadas, torna o número de indicações que uma mesma pessoa recebeu um dado significativo para a análise estrutural da rede. Compreende-se que o número de vezes que um ator é indicado representa seu papel de referência dentro da comunidade. Durante as entrevistas observou-se uma tendência à indicação das pessoas consideradas lideranças na região, essas eram, portanto, indicadas em primeiro lugar. Ao serem informados que os líderes já haviam sido indicados, os moradores optavam por indicar vizinhos com maior proximidade, seja espacial, como "vizinhos de muro"; ou afetiva, como parentes e amigos.

O maior número de indicações múltiplas ocorreu entre os moradores da comunidade Canto das Águas⁶. A primeira indicação de entrevistados dessa comunidade foi feita por um morador não pertencente a ela. Em seguida, ao escolher aleatoriamente um membro da Comissão Drenurbs para iniciar uma segunda rede de indicações, foi selecionado



Legenda: ■ Moradores da Comunidade Canto das Águas ● Moradores de outra áreas do bairro

Figura 1: Sociograma da rede de relações identificada pela pesquisa.
Fonte: Base de dados "indicações". Elaboração própria através do software Ucinet.

⁶ "Canto das Águas" é um nome fictício. Até a década de 90 essa comunidade localizava-se em outra área do bairro, mas teve que ser removida do local em virtude de obras de infraestrutura urbana. Segundo seus atuais moradores alguns de seus vizinhos aceitaram a proposta da Prefeitura na época e se mudaram para outro bairro. Os atuais moradores iniciaram um processo de negociações com a Prefeitura, tendo a ajuda de autoridades religiosas da Igreja Católica sediada na região. Após esse período, restaram apenas cerca de quarenta famílias, que se obrigaram em escolas e apelaram até que a Prefeitura construísse um conjunto habitacional no próprio bairro, o que ocorreu alguns anos mais tarde.



um membro dessa comunidade. O transcorrer das entrevistas mostrou que os moradores da comunidade Canto das Águas optavam por indicar apenas pessoas residentes na comunidade. Por se tratar de uma área com cerca de quarenta unidades habitacionais, em pouco tempo as opções de indicação se tornaram limitadas. Isso pareceu dificultar muito a escolha de indicados por parte dos moradores que responderam à entrevista mais ao final do processo. Observou-se que os moradores da Canto das Águas indicados por pessoas não moradoras da comunidade foram também os mais indicados entre os membros da comunidade. Durante a entrevista com os mesmos, verificou-se que eles eram os líderes da associação da comunidade, da qual grande parte dos membros de Canto das Águas faz parte.

Para o tratamento dessas informações, os dados referentes às indicações dos atores foram inseridos no software Ucinet⁷, o qual possibilitou a construção do sociograma referente à rede identificada, como mostra a Figura 1.

Percebe-se claramente a existência de maior número de conexões, portanto, de maior número de indicação dos mesmos atores, entre os membros da comunidade Canto das Águas. Pode-se verificar também a preferência dos moradores da comunidade Canto das Águas em indicar para a pesquisa outros membros de sua comunidade. Observa-se que, entre os indicados pelos moradores dessa comunidade, apenas quatro residiam em outras regiões do

Primeiro de Maio, os quais foram indicados apenas na última etapa de entrevistas, o que também comprova a preferência pela indicação de pessoas internas à comunidade. Por estarem na quarta etapa de indicação, esses atores não indicaram outras pessoas para a entrevista, não podendo ser verificada a importância dos mesmos como pontes para outras redes extra-comunidade. A ligação efetiva entre a rede representada pelos quadrados e a representada pelos círculos ocorreu, portanto, através dos membros da comunidade Canto das Águas indicados por moradores de outras regiões do Primeiro de Maio.

Nesse sentido e de acordo com as conceituações de Granovetter (1973), os "nós" representados em tom mais claro têm a função de pontes devido à ausência de outras ligações entre as redes formadas por moradores da comunidade Canto das Águas e por moradores de outras áreas do bairro. Isso significa que, nos padrões da rede estudada, a transição de informações e ganhos através dos dois subgrupos encontrados só seria possível pelo intermédio desses três atores. Dessa forma, eles exercem um poder de mediação, como descrito por Marteleto (2001). Para essa autora os intermediadores não apenas facilitam a circulação de informações dentro de uma rede, mas também podem determinar o trajeto que as informações irão percorrer. Esses atores são, portanto, os mais independentes dentro da rede, pois estão ligados diretamente a muitos outros atores, dispensando a necessidade de intermediários. Essas pessoas seriam, de acordo com Marteleto, lideranças de destaque dentro da rede que atrairiam para si a atenção dos demais atores. Tal argumento se concretiza na rede em questão uma vez que, entre os três atores mais indicados, dois são os líderes da associação da comunidade Canto das Águas.

Por terem sido indicados tanto pelos moradores externos à comunidade Canto das Águas, admite-se que esses líderes são altamente reconhecidos entre seus pares e detêm informações externas que podem ser essenciais para a comunidade. Marteleto (2001) afirma que, por possuir grande variedade de informações, essas lideranças são reconhecidas como fontes estratégicas para a ação comunitária e referências capazes de aumentar a mobilização da rede. Esse reconhecimento da liderança é crucial para o bom desempenho das ações coletivas, como afirma Granovetter (1973). Seguindo o pensamento desse autor, o fato de grande parte dos moradores da comunidade ter indicado os líderes ou indicado alguém que os indicou mostra a existência de canais importantes para a reivindicação e previsão das ações das lideranças. Esses dois fatores, quando aliados com a quantidade e importância dos laços fracos, são determinantes para a organização comunitária.

Quando se analisa a configuração de rede encontrada a partir da preocupação com o papel dos laços fracos percebe-se que na comunidade Canto das Águas há uma maior dificuldade em estabelecê-los. A existência de múltiplas indicações para os mesmos atores dentro da

⁷ Software elaborado por Borgatti, Everett e Freeman (2002) para a análise de redes sociais.

comunidade e o sentimento de pertencimento comunitário demonstrado pelos membros de Canto das Águas é um forte indicador de coesão e dos fatores de capital social, como indicados por Prates, Carvalhaes e Silva (2007), sejam eles: credibilidade, confiança e solidariedade. Entretanto, podem também demonstrar certa desconfiança e descrédito em relação aos moradores externos à comunidade. Faz-se necessário, portanto, investigar a existência de laços fracos importantes dentro da comunidade, além das pontes realizadas por suas lideranças.

Para Granovetter (1973) um importante formador de laços fracos é a filiação a associações, desde que essas também não tenham caráter homogêneo. O associativismo foi, por essa razão, uma das variáveis presentes no questionário aplicado aos setenta e seis membros da rede. Dos 44 entrevistados na comunidade Canto das Águas, 47,7% afirmaram não participar de nenhum grupo ou associação, enquanto entre os outros 32 entrevistados, 28,1% afirmaram não participar. Dos 23 integrantes de Canto das Águas que participavam de pelo menos um grupo ou associação, 17 (73,91%) eram membros da associação dos moradores da comunidade e 11 (47,83%) integrantes de pastorais da Igreja Católica, ligadas à sede da igreja existente dentro da comunidade. A associação de moradores e as pastorais são, portanto, os grandes pólos de filiação entre as pessoas residentes na comunidade. Dos demais tipos de associações mencionadas pelos moradores de Canto das Águas apenas cinco se referiam a associações de caráter não restrito à comunidade, sendo que cada uma delas foi citada por apenas um entrevistado, com exceção da Comissão Drenurbs, da qual quatro dos entrevistados nessa comunidade afirmaram participar.

A análise do padrão associativo da comunidade Canto das Águas mostra uma forte vinculação a grupos formados também por membros da comunidade. Por outro lado, o padrão associativo dos demais entrevistados mostrou-se altamente difuso, compondo um total de quarenta e dois grupos mencionados. Como consideração preliminar é possível a afirmativa de que a comunidade Canto das Águas tem maior fragilidade estrutural, devido à baixa propensão à atuação da força dos laços fracos. Em contrapartida, os demais membros da rede identificada estariam ligados em importantes laços fracos, capazes de lhes proporcionar maior multiplicidade de informações e oportunidades. Ao se considerar a identificação de uma rede única, essa poderia também ser beneficiada pela combinação dos laços fortes da comunidade Canto das Águas com os laços fracos, ricos em informações, existentes entre os demais

moradores do bairro.

Considerações finais

A estrutura dos laços sociais da comunidade Canto das Águas mostra, além da alta coesão, a dependência dos moradores em relação às lideranças locais. Se adotada a perspectiva de Granovetter (1973), pode-se afirmar que caso esses líderes se ausentem a comunidade perderá suas conexões mais importantes com as informações e oportunidades externas. Mesmo que eles sejam substituídos por outras lideranças no futuro, o número limitado de laços fracos partindo dos outros membros da comunidade perpetuaria a dependência dos mesmos. O incentivo à participação dos membros da comunidade em grupos externos a ela seria uma ação importante no sentido de difundir seus laços fracos. Por outro lado, a manutenção do sentimento de pertencimento à comunidade é um fator importante para que ela mantenha seus laços fortes, também significativos para o sucesso de ações coletivas.

O estudo dessa rede aponta uma questão relevante tanto a nível micro, como macrossocial. Qualquer que seja a dimensão em questão, de pequenos grupos a países, o grande desafio para a consecução de ganhos coletivos é garantir a coesão e apoio interno ao mesmo tempo em que se estabelecem relações com setores importantes da comunidade externa. Retoma-se, nesse sentido, a necessidade de se aliar o capital social a fatores de laços fracos, como já apontado por Prates, Carvalhaes e Silva (2007). Segundo Reis (2003), o entendimento do capital social como um componente exclusivo de laços fortes pode configurar uma situação social em nada condizente com a vitalidade democrática. Reconhecendo esse fator, há de se considerar também, como aponta esse autor, a neutralidade moral do conceito de capital social, ou seja, o capital social pode ser também um atributo de comunidades fechadas que podem até recusar o apoio à democracia. Stolle e Rochon, citados por Reis (2003), apontam que quanto maior a diversidade dos membros de uma associação maior é o seu impacto sobre a confiança generalizada. Isso porque essa forma de associação gera interdependência entre membros de subgrupos diferentes dentro da sociedade, gerando, por conseguinte, interdependência entre esses grupos, o que aumenta significativamente a propensão a confiar e cooperar. Por essa razão, a integração das noções de laços fracos à teoria do capital social é imprescindível para as pesquisas que pretendem relacioná-lo à vitalidade democrática, como fez Putnam (2002).

Submetido em abril de 2010

Aprovado em maio de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Jakson Alves de. (2000), "As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu". *Humanidades e Ciências Sociais*, 2, 2.
- BORGATTI, S.P.; EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. (2002), *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Massachusetts: Harvard.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), "O capital social: notas provisórias", in NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio, *Escritos de educação*, Petrópolis, Vozes.
- CASTELLS, Manuel. (2005), *A sociedade em rede*. 8ª edição, v.1, São Paulo, Paz e Terra.
- COLEMAN, J. S. (1988), "Social Capital in the Creation of Human Capital". *The American Journal of Sociology*, 94, Supplement: S95-S120.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (2003), *Capital Social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Passo-a-passo, 25.
- GRANOVETTER, Mark S. (1985), "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". *The American Journal of Sociology*, 91, 3, p. 481-510.
- _____. (1973), "The strength of weak ties". *The American Journal of Sociology*, 78, 6, p. 360-380.
- MARTELETO, Regina Maria. (2001), "Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência de informação". *Ciência da Informação*, 30, 1, p. 71-81.
- ORTIZ, Renato (orgs) (1994), *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes cientistas sociais, 39.
- PORTUGAL, Sílvia. (2007), "Contributos para a discussão do conceito de rede na teoria sociológica". *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 271.
- PRATES, Antônio Augusto Pereira; CARVALHAES, Flávio Alex de Oliveira; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. (2007), "Capital social e redes sociais: conceitos redundantes ou complementares?", in AGUIAR, Neuma (org.), *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- PUTNAM, Robert. (2002), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- PUTNAM, Robert; GOSS, Kristin A. (2003), "Introducción", in PUTNAM, Robert (ed.), *El declive del capital social: um estudo internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*, Barcelona, Galaxia Gutemberg.
- REIS, Bruno Pinheiro W. (2003), "Capital social e confiança: questões de teoria e método". *Revista de Sociologia e Política*, 2, p. 35-49.

Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada: accountability e responsiveness na Assembléia Legislativa de Minas Gerais*

Catherine Kelly Ornelas

Graduada no Curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras chave:

Representação política, inovações institucionais, Poder Legislativo, accountability vertical, responsiveness.

Key words:

Political representation, institutional innovations, Legislative Branche, vertical accountability, responsiveness.

* Este trabalho é uma síntese da monografia que desenvolvi, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Fátima Anastasia, e que resultou da minha participação como bolsista do programa Pibic/CNPq na pesquisa "Trajetórias, perfis e padrões de interação dos legisladores estaduais em doze unidades da Federação" desenvolvida pelo Centro de Estudos Legislativos/DCP. Agradeço à Prof.^a Fátima Anastasia e à Prof.^a Magna Inácio pelo incentivo que me deram para produzir o presente artigo.

1 Adota-se, nesse artigo, as definições de accountability e responsiveness propostas por PRZEWORSKI (1996, p.9): "Na tentativa de estabelecer uma distinção terminológica, eu diria que os governos são responsáveis quando os cidadãos têm possibilidade de discernir aqueles que agem em seu benefício e podem lhes impor sanções apropriadas [...]. [...] chamarei de responsivo um governo que aja em defesa dos principais interesses dos cidadãos, mais especificamente se escolher políticas que uma assembleia de cidadãos, tão informados quanto o Estado, escolheria por votação majoritária, sob os mesmos estrangimentos constitucionais."

RESUMO: A partir da concepção de Democracia enquanto conjunto de instituições e recursos (PRZEWORSKI, 1995) o trabalho tem como objetivo identificar e analisar os fatores que explicam a peculiaridade do Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada (1991) que, comparativamente aos demais realizados durante a 12ª legislatura (1991-1994) na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, não resultou em produção legislativa na matéria. O suposto é de que o caráter experimental e, portanto, não institucionalizado do referido Seminário Legislativo e a natureza da temática nele abordada explicam a ausência de legislação resultante desse evento.

ABSTRACT: Informed by the conception of Democracy as a set of institutions and resources (PRZEWORSKI, 1995) this paper focus on identify and analyze the factors that explain the peculiarity of the legislative event "Educação: a hora da chamada" (1991) which, compared with the others events occurred on 12th legislature (1991-1994) in Minas Gerais State Parliament, didn't result in legislative production. The assumption is that the experimental nature, and therefore, not institutionalized character of the event, added to the kind of subject it addresses, explains the absence of legislation resulted from it.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante no que se refere à garantia dos direitos políticos dos cidadãos, na medida em que estabeleceu a criação de canais institucionalizados de participação política que possibilitaram a ampliação da presença da sociedade civil, principalmente, nos processos decisórios envolvendo as políticas públicas.

A lei estabeleceu que a participação dos cidadãos pode ocorrer junto ao Poder Executivo - através da gestão de políticas públicas e de conselhos de políticas regulamentados nos três níveis de governo - e ao Poder Legislativo - por meio de plebiscitos, referendo e iniciativa popular de lei - (CUNHA, 2007). As inovações institucionais previstas na Constituição Federal de 1988 serviram como referência na organização dos sistemas políticos subnacionais que também passaram a incorporar novos mecanismos de participação dos cidadãos. Algumas constituições estaduais e leis orgânicas estabelecem, por exemplo, a criação do orçamento participativo (OP) através dos quais representantes do poder Executivo e cidadãos debatem as políticas públicas. Também está prevista, em alguns regimentos internos de Assembleias Legislativas, a criação de mecanismos de interlocução entre o Poder Legislativo e os cidadãos.

O caso da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) é um exemplo disso, visto que esta casa vem passando, desde a década de 80, por um amplo processo de mudança institucional necessária para a superação da crise de credibilidade da Casa perante a

sociedade mineira. Um conjunto de evidências apontava para a existência de uma crise de legitimidade da ALMG: a renovação parlamentar de aproximadamente 70% que houve com as eleições de 1986 e os dados da pesquisa de opinião realizada junto aos públicos interno e externo. A partir disso, reconheceu-se a necessidade de mudanças institucionais na Casa. Havia, naquela ocasião, dois caminhos a serem seguidos: 1) identificar os pontos de estrangulamento que levavam à falência do modelo distributivista e tentar resolvê-los de modo a aprimorar o modelo já vigente ou 2) a realização de uma transformação legislativa através da mudança para o modelo informacional (ANASTASIA, 1997).

A segunda solução institucional foi a





adotada e resultou do consenso entre membros do Comitê Deliberativo de Comunicação Institucional que compartilhavam a idéia de que a estratégia para legitimar as decisões tomadas na ALMG passava pela necessidade de se aumentar os graus de *responsiveness* e *accountability*¹ da Casa junto à sociedade mineira.

Foram realizadas, na ALMG, mudanças no que se refere à sua reestruturação interna² e à criação de mecanismos de interlocução com a sociedade civil. Através de novos arranjos institucionais - Seminários Legislativos, Fóruns Técnicos, Audiências Públicas e, posteriormente, a Comissão de Representação - criou-se canais através dos quais a população poderia vocalizar suas preferências sobre políticas, obter informações sobre o processo político e sobre as possibilidades de implementação de políticas.

Os Seminários Legislativos são eventos institucionais que abrem espaço para que a sociedade civil participe da discussão de temas de interesse público. Neles são feitos debates nos quais os participantes discutem questões relevantes sobre o tema em questão e definem quais são as propostas que farão parte do documento final do evento. Os documentos finais de cada evento subsidiaram a elaboração de legislação que é de extrema relevância, pois diz respeito, em geral, às políticas regulatórias relativas a cada uma das áreas temáticas consideradas nos seminários.

Em 1991, no início da 12ª legislatura (1991-1994), foi realizado o primeiro Seminário Legislativo na ALMG o Educação: a hora da chamada. Durante a mesma legislatura ocorreram também outros seminários: Saneamento e Básico (1992), Minas Terra: Políticas Agrícolas e Agrárias (1992), Águas de Minas (1993), Moradia- Alicerce da Cidadania (1993). Todos esses eventos, com exceção do seminário Edu-

cação: a hora da chamada, tiveram resultados relevantes em forma de leis que apresentaram um alto grau de convergência com os padrões de demandas expressos nos documentos finais dos referidos seminários (ANASTASIA, 1997). Houve, portanto, nesses casos, um impacto positivo nos graus de *accountability* e *responsiveness* da Casa.

O objetivo central deste trabalho é aprofundar o estudo sobre os Seminários Legislativos a partir da tentativa de responder à seguinte questão: dado que todos os Seminários Legislativos realizados no período de 1991 a 1994 resultaram em legislações estaduais, com exceção do evento Educação: a hora da chamada, quais fatores explicam a peculiaridade desse último?

Como já referido anteriormente, esse artigo é uma síntese da monografia que apresentei ao final do curso de Ciências Sociais. A hipótese inicial considerada no referido trabalho era a de que o contexto institucional da ALMG, naquele período caracterizado por um processo ainda não finalizado de transição do modelo de organização legislativa distributivista para um modelo informacional, somado à própria natureza da temática da educação contribuíram para que desse evento não resultasse legislação específica. Porém, ao longo do desenvolvimento do estudo foi possível perceber que o Poder Executivo, naquele contexto, foi um ator relevante e pode ser considerado como uma variável importante que também gerou efeitos sobre os limites do seminário Educação: a hora da chamada. Por isso a discussão da terceira parte do artigo também aborda a relevância do Poder Executivo para a explicação da ausência de legislação resultante do referido evento.

A análise que se segue parte da adoção do conceito de Democracia enquanto um conjunto das instituições e condições sob as quais interagem os atores políticos (PRZEWORSKI, 1995). Portanto, considera-se que é através da análise das regras que determinavam o funcionamento dos Seminários Legislativos e das condições características, no período de 1991 a 1994, que se torna possível compreender o resultado do jogo político, no caso, a ausência de legislação resultante do evento Educação: a hora da chamada. A metodologia consiste, assim, na análise de documentos relacionados à criação e funcionamento dos seminários - Deliberações da Mesa e Regimento Interno da ALMG, regulamentos e relatórios dos Seminários Legislativos realizados no período analisado e também na coleta de informações complementares por meio de entrevistas semiestruturadas³.

Este artigo foi desenvolvido em quatro sessões. A primeira parte consiste numa breve exposição dos principais conceitos da Ciência Política, utilizados como instrumental teórico para este estudo. A segunda parte apresenta a maneira como a primeira experiência de seminário legislativo na ALMG, o Educação: a hora da chamada, foi concebido e organizado. Já na terceira parte, são apresentados e analisados os fatores considerados relevantes para se compreender a ausência de resultados, em

² Algumas alterações no plano de organização interna da ALMG foram: a profissionalização do recrutamento de pessoal permanente por meio da realização de concurso público, o treinamento intensivo e constante dos funcionários que passou pela criação da Escola do Legislativo, a informatização da Casa e a criação de novos órgãos a exemplo da Gerência de Projetos Institucionais e a Secretaria de Projetos Especiais (ANASTASIA, 1997).

³ As entrevistas foram realizadas com o objetivo de complementar a análise de documentos no que se refere: 1) à identificação de características do contexto no qual são incorporados os mecanismos de interlocução com a sociedade civil e 2) à identificação das decisões relacionadas às escolhas das regras de funcionamento dos Seminários Legislativos.

forma de legislação, do seminário Educação: a hora da chamada. A última parte traz as principais conclusões do estudo.

Inovação institucional e organização legislativa: o caso da ALMG

Novos arranjos institucionais voltados para a interlocução entre Poder Legislativo e cidadãos, a exemplo dos Seminários Legislativos, são importantes objetos de estudo para a Ciência Política contemporânea considerando-se que um dos desafios práticos para a Democracia refere-se à institucionalização de novas formas de participação política que convivam com os mecanismos clássicos de representação⁴.

O desenho desses novos arranjos institucionais deve ser desenvolvido de maneira a proporcionar uma maior proximidade da prática democrática aos atributos desejáveis das democracias contemporâneas, quais sejam, *accountability* e *responsiveness*, isto é, esses mecanismos devem ser desenvolvidos de modo a garantir o controle dos cidadãos sobre os governantes e, ao mesmo tempo, garantir as condições para que os representantes eleitos possam agir no melhor interesse dos cidadãos.

Como sugere Przeworski (1995), o aumento dos graus de *responsiveness* e *accountability* passa pela redução da assimetria informacional entre os cidadãos e seus representantes possibilitando aos primeiros o acesso amplo às informações relativas ao processo político. A importância dos recursos informacionais disponíveis aos cidadãos e seu efeito sobre *accountability* e *responsiveness* também é considerada por Arnold (1991), em seu livro *The Logic of Congressional Action*. O autor argumenta que o monitoramento dos representantes requer que os cidadãos tenham conhecimento: 1) da cadeia causal que liga os interesses dos cidadãos, os representantes e as políticas e 2) dos procedimentos adotados durante o processo decisório. A *accountability* depende do acesso dos cidadãos a um conjunto de informações que podem ser utilizadas para que avaliem o comportamento dos representantes.

No que se refere à responsividade dos representantes, os recursos informacionais de que dispõem os legisladores também podem contribuir para a sua capacidade de serem responsivos às demandas da sociedade. Isso se explica considerando-se a importância da informação para que os legisladores realizem uma avaliação adequada da relação entre políticas e *outcomes*.

Segundo o postulado da incerteza da organização legislativa os legisladores encontram-se num contexto de informação incompleta (KREBHIEL, 1992). Assim, a perspectiva informacional da organização legislativa proposta pelo autor passa a ter como foco os ganhos de especialização, "*gains from specialization*", enquanto forma de se reduzir o grau de incerteza dos legisladores no momento de tomar suas decisões. Nesse caso, a organização legislativa deve oferecer

regras e procedimentos tais que incentivem os legisladores a desenvolver sua expertise política bem como oferecer direitos consistentes com os objetivos individuais dos legisladores, bem como com os objetivos coletivos.

As mudanças realizadas na ALMG foram feitas de modo a proporcionar a redução da incerteza dos legisladores quanto à relação entre *policies* e *outcomes* e também quanto às preferências e demandas dos cidadãos. Dado o objetivo de resgatar a legitimidade do processo decisório na ALMG, ganha relevância a criação, no início dos anos 90, dos Fóruns Técnicos, Seminários Legislativos e Audiências Públicas enquanto inovações que introduziram um novo locus de interação entre mandantes e agentes tornando o jogo político mais complexo, na medida em que são incorporados ao processo legislativo novos atores e novas arenas.

Os participantes desses novos eventos, quais sejam, grupos organizados da sociedade civil e o Comitê de Comunicação Institucional, responsável pela organização dos eventos, passaram a usufruir da prerrogativa de elaborar propostas sobre áreas importantes das políticas públicas. Propostas essas que passaram a ser submetidas à apreciação dos legisladores no processo político. Os novos atores passaram, portanto, a participar na definição da agenda do Legislativo estadual.

O seminário Educação: a hora da chamada foi o primeiro a ser realizado na ALMG e por isso torna-se interessante objeto de estudo na medida em que se trata da primeira tentativa de se criar, por meio desse formato, um novo locus de interação entre Poder Legislativo e os cidadãos.

Seminário Educação: a hora da chamada: precedentes, concepção e realização

O debate público sobre o tema da educação ganhou destaque, em Minas Gerais, no contexto da abertura política, durante a década de 1980. Foi nesse contexto de efervescência da sociedade, em que se retomava o debate sobre a crise da ordem constitucional e exigia-se a restauração da legitimidade, que foi eleito, em 1982, Tancredo Neves como governador do estado de Minas Gerais. Como explica José Eustáquio de Oliveira⁵, assessor de comunicação da secretaria da educação no ano de 1983, as principais propostas do novo governo giravam em torno da redemocratização, da reorganização administrativa da máquina estatal e da resolução de problemas sociais nas áreas de educação, saúde e trabalho.

A partir de um diagnóstico da educação em Minas Gerais, feito junto às escolas e à sociedade foram detectadas as principais demandas da sociedade. Foi a partir desse estudo que se formou um grupo composto por especialistas da área de educação e funcionários da Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais que concebeu e colocou em prática um conjunto de ações, voltadas para o incentivo da participação dos cidadãos mineiros na resolução dos

⁴ Esse aspecto tem sido abordado, principalmente, em trabalhos da vertente deliberativa da Ciência Política. Alguns desses estudos trazem argumentos a favor da revisão do conceito de representação, dado o surgimento de novas formas de representação devido à ampliação da participação da sociedade civil em processos de tomada de decisão sobre políticas públicas – ver, por exemplo, Avritzer (1997).

⁵ Entrevista realizada com José Eustáquio de Oliveira em 20 de maio de 2009. O nome do entrevistado é citado, neste trabalho, com a autorização do mesmo.

problemas relacionados à área, que culminaram no I Congresso Mineiro da Educação, realizado em 1983.

A participação do Poder Legislativo nesse processo foi, segundo José Eustáquio, um desafio na medida em que as propostas de modificação do sistema educacional caminhavam no sentido de restringir o poder de que os deputados estaduais dispunham para colocar em prática seus interesses clientelísticos.

Entre as propostas reunidas no documento final do Congresso Mineiro de Educação encontrava-se a relativa ao fim da nomeação dos diretores de escola pelos deputados estaduais – essa continuaria sendo uma das principais demandas dos grupos da sociedade civil até 1991. Tal proposta não foi adotada, à época, no estado de Minas Gerais devido à resistência dos deputados estaduais. Segundo José Eustáquio, “a proposta passou no congresso (I Congresso Mineiro de Educação), mas não foi adotada... Os deputados não abriram mão de nomear os diretores. Foi uma crise.”

O I Congresso Mineiro de Educação pode ser considerado um dos fatores que fertilizaram o terreno para a transformação do Poder Legislativo que teve início no final da década de 1980 e culminou, entre outras coisas, na realização do Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada (1991). O congresso conferiu centralidade ao tema da educação ao mesmo tempo em que expôs a necessidade de se estabelecer canais de interlocução entre os Poderes Executivo e Legislativo e os cidadãos, organizados ou não. Era necessário responder às demandas crescentes da sociedade por maior participação política.

A realização da IV Constituinte Mineira, em 1988, também foi um marco importante para o início do processo de mudança do perfil da ALMG. Durante a preparação dos trabalhos da Constituinte, o Poder Legislativo abriu suas portas para receber os cidadãos que participaram dos debates e apresentaram propostas que subsidiaram a elaboração da Constituição Mineira de 1989.

Nesse contexto, um grupo de atores no interior da ALMG já se mobilizava em torno de um projeto de mudança institucional da Casa, que contemplava dois aspectos: a reestruturação interna e a criação de mecanismos de interlocução com a sociedade com o objetivo de resgatar as atribuições e a legitimidade da Casa. Como parte das mudanças, foram criados os Seminários Legislativos, concebidos a partir do exemplo dos trabalhos desenvolvidos durante a Constituinte Mineira.

Através de Deliberação da Mesa Diretora, criou-se, em 1989, o Comitê Deliberativo de Comunicação Institucional, que deu início à organização de um primeiro seminário cujo tema foi o da saúde. O evento teve um caráter fortemente técnico-acadêmico visto que girou em torno do debate entre diversos especialistas da área de saúde. Segundo Myriam Costa de Oliveira⁶, atualmente consultora da Assembléia e então integrante do Comitê, “a Assembléia realizou o Seminário de Saúde, não no formato atual dos Seminários Legislativos, mas usando

um modelo acadêmico. Fez-se um grande evento com debate entre especialistas, mas sem apresentação e votação de propostas.”

O formato de seminário adotado mostrou-se ineficaz em face do objetivo da ALMG que era o de organizar um amplo debate que envolvesse vários segmentos da sociedade a fim de se gerar subsídios para a ação legislativa em determinadas áreas de políticas públicas. Foi a partir daí que começou a ser concebido um novo formato de seminário.

O Comitê deu início à organização do seminário Educação: a hora da chamada, 1991. A principal proposta desse novo formato era o de envolver, desde o início da preparação do evento, representantes da sociedade civil organizada e do Poder Executivo interessadas na área de educação⁷.

A ALMG, através do Departamento de Consultoria e Pesquisa, em conjunto com esses novos atores, envolvidos na organização do seminário, organizaram o regulamento do evento. Nesse documento constam todas diretrizes que definiram a dinâmica de realização do seminário. Conforme o artigo 2º do regulamento, o seminário Educação: a hora da chamada, realizado entre os dias 21 e 24 de outubro de 1991, tinha como objetivo,

“A discussão de temas educacionais de interesse para os sistemas municipais, estadual e nacional de educação, e a produção de documento final com subsídios para a ação nas áreas legislativa e executiva, pretendendo contribuir no sentido da melhoria das condições da educação brasileira.”

O regulamento determinou que os trabalhos durante o seminário seriam desenvolvidos em torno de três subtemas que foram debatidos entre grupos formados por participantes indicados pelas entidades apoiadoras do evento. Os grupos responsáveis por cada subtema se reuniam em sessões matinais ao final das quais se produzia um relatório.

Os relatórios produzidos por cada grupo foram apresentados e discutidos na parte da tarde em sessões plenárias, nos dias 22 e 23/10/91, que eram abertas ao público em geral e das quais, portanto, poderiam participar, sob a condição de estarem inscritos, quaisquer cidadãos interessados no debate. Nessas sessões havia também conferências e ao final delas eram produzidos novos relatórios-síntese. No dia do encerramento do seminário, 24/10/91, houve uma sessão plenária de discussão dos referidos relatórios-síntese cujas propostas foram submetidas à votação para a elaboração do documento final do evento.

É importante ressaltar, entretanto, que esse foi o primeiro seminário realizado num formato inovador. Ele teve um caráter experimental o que impôs um conjunto de dificuldades para a sua realização. Naquele momento, não havia nenhuma norma institucionalizada voltada para a regulamentação desse Seminário Legislativo. Como explica Fábio Madureira, “não havia nenhuma rotina e nenhuma previsão de

⁶ Entrevista realizada com Myriam Costa de Oliveira em 07 de abril de 2009. O nome da entrevista é citado, neste trabalho, com autorização da mesma.

⁷ Apoiaram o Seminário Educação: a hora da chamada: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), o Sindicato dos Professores do estado de Minas Gerais (SINPRO), o Sindicato Único dos Trabalhadores em educação de Minas Gerais (SIND-UTE), a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a Fundação João Pinheiro (FJP), o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais (SINEPE), a Pastoral da Educação (CNBB), A Secretaria do Estado de Educação (SEE-MG) e a Secretaria Municipal de Educação (SMED-BH).

procedimento. A assessoria, a taquigrafia, a consultoria, a área de comunicação, todas essas áreas nos seminários hoje são envolvidas e naquele momento estavam sendo envolvidas sem nenhuma normatização.

A ausência de regras institucionalizadas que normatizassem a dinâmica do seminário Educação: a hora da chamada não somente dificultou a realização do evento, mas, principalmente, foi um dos fatores que contribuíram para que as demandas apresentadas durante sua realização não fossem traduzidas em legislação.

Instituições, condições, política educacional em Minas Gerais e os resultados da primeira experiência de Seminário Legislativo.

Os Seminários Legislativos foram institucionalizados através da Deliberação da Mesa nº 720/91, 18 de dezembro de 1991. A norma estabeleceu que os eventos tinham como objetivo "subsidiar a ação legislativa". O segundo seminário realizado na ALMG, o Minas Terra: Políticas Agrícolas e Agrárias (Abril de 1992), foi realizado já sob as regras previstas na referida deliberação.

A mesma deliberação incorporou uma importante mudança na organização dos Seminários Legislativos, pois a partir dela começaram a funcionar as Comissões Técnicas Interinstitucionais (CTIs) compostas por especialistas indicados pelas próprias instituições que participam do evento. Às CTIs foi conferido o papel de elaborar documentos propositivos relativos aos subtemas sob sua responsabilidade. O artigo 4º da Deliberação 720/91 determinou o seguinte: "§ 1º - A atividade da comissão técnica interinstitucional consiste na elaboração de propostas relativas ao subtema a ser tratado".

A partir dessas propostas é que os Grupos de Trabalho (GTs) elaboravam os documentos debatidos nas reuniões plenárias realizadas durante os seminários. Na mesma Deliberação consta que "§ 3º - o trabalho de grupo será realizado para exame e aprimoramento das propostas elaboradas pela comissão técnica interinstitucional, as quais serão submetidas a debate em plenário".

Outra importante mudança no formato dos Seminários Legislativos foi a criação da Comissão de Representação (CR) prevista no regulamento do Seminário Legislativo Saneamento é Básico (junho de 1992). Nesse documento está disposto:

"Artigo 16 — As seguintes entidades: COPASA, SME, ABES, SIND'ÁGUA, SENGUE, ASSEMAE e ABAS, sob coordenação da primeira, comporão a Comissão de Representação incumbida de:

I — promover o contato com os conferencistas e/ou debatedores e viabilizar os seu compromisso e com o evento cabendo à Assembléia Legislativa o papel de formalizar os convites;

II — acompanhar e avaliar a implementação institucional das propostas contidas no documento final junto à Assembléia Legislativa, e

III — supervisionar a sistematização do documento final."

A figura da CR, a partir do Saneamento é Básico, esteve presente em todos os Seminários Legislativos já realizados. Dada a sua função de acompanhar e avaliar, junto à ALMG, a tramitação e a implementação institucional das propostas contidas nos documentos finais dos Seminários Legislativos, a CR pode ser considerada um importante mecanismo de controle à disposição das entidades que apóiam e participam desses eventos institucionais.

Apesar de a Comissão de Representação constar, pela primeira vez, somente no regulamento do Seminário Legislativo Saneamento é Básico, já no seminário Minas Terra: Políticas Agrícolas e Agrárias foi formada uma comissão de representantes das entidades cuja principal atribuição era "programar e acompanhar as ações legislativas provenientes das propostas aprovadas no seminário Minas Terra". Nesse caso, a função da comissão esteve também relacionada ao controle das ações legislativas relativamente às propostas votadas e aprovadas durante o Seminário Legislativo.

Durante a 12ª legislatura houve um processo gradual de institucionalização dos Seminários Legislativos que se deu através das Deliberações de 1991 e 1993 que previam um conjunto de mudanças voltadas para o aperfeiçoamento das regras que conformam os Seminários Legislativos.

O quadro I apresenta todos os Seminários Legislativos realizados entre 1991 e 1994⁸ e o conjunto de regras sob as quais foram organizados e realizados. O quadro II, por sua vez, mostra os resultados dos Seminários Legislativos em termos de legislação estadual.

Quadro I:

	Comissões Técnicas Interinstitucionais (CTIs)	Comissão de Representação
Educação: a hora da chamada	NÃO	NÃO
Minas Terra: políticas Agrícolas e agrárias	SIM (Deliberação da Mesa nº 720/91, 18 de dezembro de 1991)	NÃO (foi formado, porém, um grupo de representantes de entidades responsável pelo acompanhamento da tramitação das propostas).
Saneamento é Básico	SIM	SIM (Regulamento do seminário)
Moradia – Alicerce da Cidadania	SIM	SIM (Regulamento do seminário)
Águas de Minas	SIM	SIM (Regulamento do seminário)

⁸ Vale assinalar que em 1994 não foi realizado nenhum Seminário Legislativo.

Quadro II:

	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	LEIS ORIGINADAS DAS PROPOSTAS
Educação: a hora da chamada	21 a 24 de outubro de 1991	Não foi encontrada nenhuma legislação resultante desse evento.
Minas Terra: políticas Agrícolas e agrárias	6 a 9 de abril de 1992	- Política Estadual de Desenvolvimento agrícola (Lei nº 11.504 de 20/06/94). - Fundo Estadual de desenvolvimento Rural- FUNDERUR (Lei nº 11.744 de 16/1/95).
Saneamento é Básico	15 a 17 de junho de 1992	- Política Estadual de Saneamento Básico (Lei nº 11.720 de 29/12/94). - Fundo Estadual de saneamento básico (Lei número 11.719 de 28/12/94)
Moradia – Alicerce da Cidadania	30 de agosto a 02 de setembro de 1993	- Fundo Estadual de Habitação (Lei nº 11.830 de 6/7/95)
Águas de Minas	18 a 21 de outubro de 1993	- Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 11.504 de 20/06/94).

Como afirma Przeworski (1999), as instituições organizam as relações entre os cidadãos (mandantes) e os políticos (agentes). Considerando-se que as regras e procedimentos geram impacto sobre os graus de *accountability* e *responsiveness*, espera-se que os Seminários Legislativos realizados em contextos institucionais mais sofisticados produzam impactos mais positivos sobre o comportamento dos legisladores, contribuindo para que eles ajam de maneira mais responsável e responsiva aos interesses dos mandantes.

Além do contexto institucional, os aspectos relativos à própria natureza da temática da educação e sua relação com o comportamento clientelístico dos deputados estaduais de Minas Gerais, ainda vigente, embora com menos intensidade, no período analisado, também é um fator importante que explica a ausência de resultados do seminário Educação: a hora da chamada.

É importante destacar que as mudanças na área das políticas educacionais encontraram resistência do Poder Legislativo estadual desde a realização do I Congresso Mineiro de Educação. A análise do processo que antecedeu a aprovação do projeto de lei das eleições dos diretores indica aspectos importantes do comportamento dos legisladores naquele período imediatamente anterior à realização do Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada (21 a 24/10/91).

O projeto da eleição de diretor foi enviado à ALMG 13 dias depois da posse do secretário de educação, Walfrido S. dos Mares Guia, que, segundo Rocha (2003), se posicionava a favor das eleições diretas acompanhadas da avaliação técnica dos candidatos. Houve resistência de diversos setores da sociedade ligados à educação bem como dos parlamentares. A UTE (União dos trabalhadores do Ensino) que se posicionava a favor de eleições sem avaliação técnica dos candidatos ao cargo de diretor organizou uma greve dos profissionais do ensino que durou 85 dias, de 07/05/91 a 01/08/91 (ROCHA, 2003).

O autor destaca ainda que na Assembléia Legislativa havia posturas discordantes dos deputados: alguns eram a favor das eleições, mas discordavam do processo de avaliação dos candidatos e a maioria dos legisladores mais

conservadores, por sua vez, rejeitava a eleição como critério de recrutamento dos diretores.

Apesar de ser um avanço, a aprovação dessa lei não significou uma mudança completa na concepção e na prática parlamentares que naquele momento, já início da 12ª legislatura, ainda eram fortemente marcadas pelo clientelismo político. Rocha (2003) destaca que diante da forte rejeição inicial do projeto inclusive por parte dos setores governistas na ALMG o Executivo passou a exercer uma forte pressão sobre os deputados estaduais. O projeto de lei que deu origem à lei recebeu 48 emendas, das quais 22 foram rejeitadas, e dois substitutivos, ambos rejeitados.

Por um lado, verifica-se que houve grande resistência dos deputados estaduais que não queriam perder um importante instrumento de política clientelista, por outro lado, é possível observar que diante da pressão do Poder Executivo e também de grupos organizados da sociedade civil eles optaram por atender a essa demanda, ainda que tenham proposto inúmeras emendas ao projeto de lei.

Conformavam-se, assim, as condições sob as quais foi concebida e realizada a primeira experiência de Seminário Legislativo, o Educação: a hora da chamada. Como afirma Anastasia (1997) "as condições afetam os resultados porque incidem sobre a natureza e o número das alternativas disponíveis e sobre o tipo e o volume dos recursos dos diferentes atores". Àquela época, os legisladores ainda tinham uma prática parlamentar fortemente marcada pelo clientelismo político orientado para a reeleição.

Até o momento, tratou-se das regras e condições sob as quais ocorreram a elaboração e a realização do Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada. Considera-se que essas variáveis em conjunto contribuíram para os resultados verificados após a realização do evento. Entretanto, ao longo da investigação constatou-se que o Poder Executivo teve protagonismo na regulamentação da área educacional em Minas Gerais. Portanto, antes de apresentar as conclusões, serão analisadas as idéias e as ações do Poder Executivo na área da educação, no período de 1991 a 1994, e também o tipo de relação existente, à época, entre o Executivo e Legislativo estaduais.

Durante o período de 1991 a 1994 Minas Gerais foi governada por Hélio de Carvalho Garcia, do Partido das Reformas Sociais (PRS), cuja administração foi responsável por um conjunto de transformações nas políticas educacionais. Nesse período, Walfrido S. dos Mares Guia esteve à frente da Secretaria do Estado de Educação (SEE-MG). O secretário participou do seminário Educação: a hora da chamada proferindo uma palestra intitulada *A realidade da educação em Minas Gerais* (GUIA NETO, 1992).

É necessário destacar que a Constituição de 1988 no artigo 206; incisos V, VI e VII, dispõe sobre a valorização dos profissionais de ensino, sobre a gestão democrática do ensino público e sobre a garantia do padrão de qualidade da educação pública. Foi nesse contexto que alguns governos estaduais, inclusive Minas Gerais, adotaram projetos que promoveram mudanças na organização e no funcionamento das escolas (DUARTE & OLIVEIRA, 1997).

No seu discurso, Walfrido dos Mares Guia anunciou um plano de ação no qual assumia os "compromissos estabelecidos pela Constituição, que propõe um sistema de gestão democrático e participativo" (GUIA NETO, 1992, p. 09). O secretário argumentava que a descentralização do sistema, a partir da autonomia das escolas, era a solução para os problemas da baixa produtividade e do déficit escolar. As ações do Governo, até 1994, seriam norteadas por cinco grandes prioridades: 1) autonomia da escola, 2) fortalecimento da direção da escola através da liderança da diretora e do colegiado, 3) programa de aperfeiçoamento e capacitação, com o treinamento dos professores, especialistas e funcionários 4) avaliação do sistema estadual de educação 5) integração com os municípios.

Tais foram os fundamentos para a implementação, em 1992, do Programa de Qualidade Total em Educação (PQTE)⁹ voltado para a melhoria da qualidade do ensino fundamental que posteriormente passou a se chamar Proqualidade (1993)¹⁰.

O que é necessário ser destacado é o fato de que, já durante a realização do Educação: a hora da chamada, foi anunciado pelo Governo, através do secretário de educação, um plano completo de ação que começou a ser desenvolvido no mesmo ano (1991). As mudanças na área da educação, realizadas por meio dos referidos programas, foram concebidas e planejadas pelo Poder Executivo e expressam em certa medida as demandas colocadas pelas entidades participantes do seminário Educação: a hora da chamada. Diante disso, é necessário considerar o protagonismo do Poder Executivo como um dos fatores que explicam a ausência de legislação resultante do referido seminário.

Conclusão

O principal objetivo deste trabalho era o de identificar e analisar os fatores que explicariam a ausência de legislação resultante do Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada (1991). Diante desse objetivo, buscou-se primeiramente apresentar dois aspectos importantes relativos

à temática da educação. Primeiro, o tema da educação desde a abertura política é, em Minas Gerais, objeto de relevantes debates em torno dos quais há intensa mobilização de entidades da sociedade civil e cidadãos. Segundo, a política educacional, apesar de sua centralidade, historicamente foi utilizada para cumprir fins de interesse particularistas não somente da burocracia estatal, mas também dos legisladores estaduais.

O período que antecedeu imediatamente a realização do Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada foi marcado pela existência de uma forte pressão de cidadãos organizados por mudanças nas políticas educacionais, especialmente no que se refere à autonomia das escolas públicas. Houve uma grande mobilização da sociedade em torno do projeto de lei de autoria do Governador Hélio Garcia que previa o fim das indicações dos diretores das escolas. A aprovação desse projeto de lei expôs a continuidade de uma concepção e prática dos deputados estaduais marcadamente clientelistas e voltadas prioritariamente para a conquista de votos.

Sob tais condições, foi concebido e realizado o primeiro Seminário Legislativo, o Educação: a hora da chamada. Os deputados da ALMG concordaram que a Casa promovesse um amplo debate a respeito da educação que envolvesse grupos organizados da sociedade e entidades públicas. Esse foi um passo importante, pois permitiu que fosse criado um novo canal de interlocução entre o Poder Legislativo e os representantes da sociedade civil. Entretanto, os deputados estaduais não estavam preparados para promover as mudanças significativas e necessárias, demandadas por diversos setores da sociedade, na política educacional em Minas Gerais. O que estava em xeque, naquele momento, era um conjunto de instrumentos de política distributivista que a política educacional, tal como era estruturada, fornecia aos políticos do Executivo e do legislativo nos níveis municipal e estadual.

Sobre os deputados estaduais, portanto, pesava, por um lado, a pressão da sociedade mineira e, por outro lado, a pressão do Poder Executivo. A administração do governador Hélio Garcia (1991-1994) tinha diante de si o desafio de promover mudanças na organização e no funcionamento das escolas, na estrutura

⁹ A resolução nº 6.908, de 02 de fevereiro de 1993 (Secretaria do Estado da Educação) instituiu o programa de "Gerência de Qualidade Total" no sistema estadual de Minas Gerais.

¹⁰ O Decreto nº 35.423, de 03 de março de 1994 instituiu o Proqualidade. Em 1995, quando o Estado começa a divulgar os primeiros resultados positivos, surge outros atos administrativos para complementar a regulamentação do programa - resoluções 7.762, 7.763 e 7.764 da Secretaria do Estado da Educação - (OLIVEIRA & DUARTE, 1997).



administrativa do Estado e na composição do quadro de pessoal (OLIVEIRA & DUARTE, 1997). A necessidade dessas mudanças se impunha não somente por pressão de setores da sociedade mineira, afetos ao tema da educação, mas também por constrangimentos externos¹¹.

Dados esses constrangimentos, o Executivo passou a ser o principal ator das transformações na área da educação em Minas Gerais. O anúncio de um novo programa para a educação pelo secretário Walfrido S. dos Mares Guia, durante o seminário Educação: a hora da chamada, expressou a determinação do Governo em seguir os princípios estabelecidos pela Conferência de Jontiem sem, entretanto, desconsiderar as demandas da sociedade.

É possível afirmar, a partir das informações acima, que no caso do seminário Educação: a hora da chamada houve a supressão de uma etapa importante da cadeia que liga as demandas, as políticas e os resultados. Caso a seqüência da cadeia fosse mantida, as demandas que partiram dos cidadãos organizados serviriam como subsídios para a elaboração de projetos de leis – instrumentos de definição de políticas – que, transformados em normas jurídicas, seriam colocadas em prática pelo Executivo. A partir daí, caberia ao Poder Legislativo garantir a aplicação da lei e acompanhar os resultados da mesma. Entretanto, no caso considerado, o ator que exerceu a função de regulamentar algumas práticas educacionais em Minas Gerais,

no período de 1991 a 1994, foi o Executivo estadual.

Além disso, o caráter experimental, e, portanto não institucionalizado, do Seminário Legislativo Educação: a hora da chamada parece ter sido também um fator decisivo para a ausência de produção legislativa resultante desse evento. Os participantes desse seminário não tinham à sua disposição um importante mecanismo de acompanhamento e monitoramento das propostas, oriundas desse tipo de evento, no processo legislativo, qual seja, a Comissão de Representação. Também não há registros de que tenha se formado um grupo de representantes das entidades participantes, como no caso do seminário Minas Terra (1992), com responsabilidades semelhantes a da referida comissão. O formato do primeiro seminário legislativo, portanto, carecia de um mecanismo que proporcionasse o exercício de controle sobre atos e omissões dos legisladores.

Apesar de não ter resultado em legislação, o que aponta um comportamento não responsivo e responsável dos legisladores relativamente à discussão substantiva do seminário, o Educação: a hora da chamada abriu o caminho para que os Seminários Legislativos fossem institucionalizados, gerando efeitos positivos, a longo prazo, sobre a responsividade e a responsabilidade dos deputados estaduais na ALMG.

Submetido em setembro de 2009

Aprovado em maio de 2010

¹¹ A Conferência de Jontiem, realizada na Tailândia em 1990, definiu novas orientações para as políticas educacionais. As resoluções da conferência fundamentaram também a criação de novas diretrizes do Banco Mundial (Bird), um dos principais financiadores dos programas implementados durante o governo Hélio Garcia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASIA, Fátima. (1997), *Mudança institucional e Democracia: a experiência da Assembléia legislativa de Minas Gerais*. Programa de Pós-Doc em Ciência Política NYU (1996/1997), Relatório final apresentado à Capes, datilo.
- ARNOLD, R. Douglas. (1991), *The logic of Congressional Action*. New Haven, Yale University Press.
- AVRITZER, Leonardo. (1997), "Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação". *Dados*, 50, 3: 443-464.
- BRASIL. (2009). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 12 ed. Belo Horizonte, Assembléia Legislativa de Minas Gerais.
- CUNHA, Edite da Penha. (2007), *Participação e deliberação nas inovações institucionais pós-Constituição de 1988: o Conselho Estadual de Assistência Social e a Comissão de Participação Popular em Minas Gerais*. Dissertação de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.
- GUIA NETO, Walfrido S. dos Mares. (1992), "A Realidade da educação em Minas Gerais". *Estudos em Avaliação Educacional*, 6: 9-28.
- KREHBIEL, Keith. (1992), *Information and Legislative Organization*. Michigan, Univ. of Michigan Press.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade & DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. (1997), "Política e Administração da educação: um estudo de algumas reformas recentes implementadas no estado de Minas Gerais". *Educação & Sociedade*, 18, 58: 123-141.
- PRZEWORSKI, Adam. (1995), *Estado e Economia no Capitalismo*. Argelina Cheibub Figueiredo, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- _____. (1996), "Reforma do Estado: Responsabilidade Política e Intervenção Econômica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 18-40.
- _____. (1999), "Sobre o Desenho do Estado: uma Perspectiva Agent x Principal", in L. C. B. Pereira & P. Spink (orgs.), *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, Rio de Janeiro, FGV.
- ROCHA, Carlos Vasconcelos (2003), "Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e Mudança Institucional". *Dados*, 46, 03: 557-592.

O Natal e o Chá-de-panela em uma perspectiva antropológica: sobre consumo e objetos em trocas de presentes

Igor Mello
Diniz

Graduando do Curso
de Ciências Sociais
/ UFRJ

Palavras chave:
Troca, Economia,
Presentes, Consumo,
Objetos

Key words:
Exchange, Economy,
Gifts, Consumption,
Objects

RESUMO: O presente ensaio tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre como teorias antropológicas lidaram com os temas do consumo, dos objetos e das trocas de presentes, em especial a partir das reflexões de Mary Douglas, Daniel Miller, Arjun Appadurai e Marcel Mauss (2007, 2007, 2008 e 2003). A análise estabelecerá ainda uma pequena comparação entre dois momentos etnográficos referentes a trocas cerimoniais, a saber: o Natal e um chá-de-panela.

ABSTRACT: This essay tries to reflect upon how anthropological theories dealt with themes such as consumption, objects and exchange, especially from the works of social anthropologists such as those from Mary Douglas, Daniel Miller, Arjun Appadurai and Marcel Mauss (2007, 2007, 2008, 2003). The analysis will be based on the comparison between two distinct ethnographical situations referring to ceremonial exchanges: Christmas and a bridal shower.

Introdução

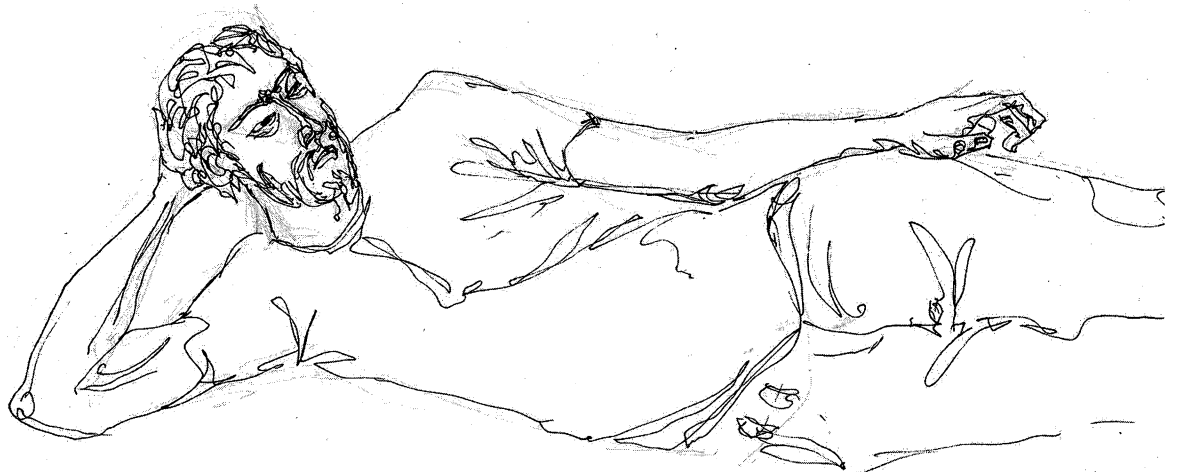
"Ao colocar a natureza simbólica de seu objeto, a antropologia social não pretende nem por isso afastar-se das realia. Como poderia fazê-lo, uma vez que a arte, onde tudo é signo, utiliza veículos materiais? Não se podem estudar os deuses e ignorar suas imagens; os ritos, sem analisar os objetos e as substâncias que o oficiante fabrica e manipula; regras sociais, independentemente de coisas que lhes correspondem. A antropologia social não se isola em uma parte do domínio da etnologia; não separa cultura material e cultura espiritual. Na perspectiva que lhe é própria — e que nos será necessário situar — ela lhes atribui o mesmo interesse. Os homens se comunicam por meio de símbolos e signos; para a antropologia,

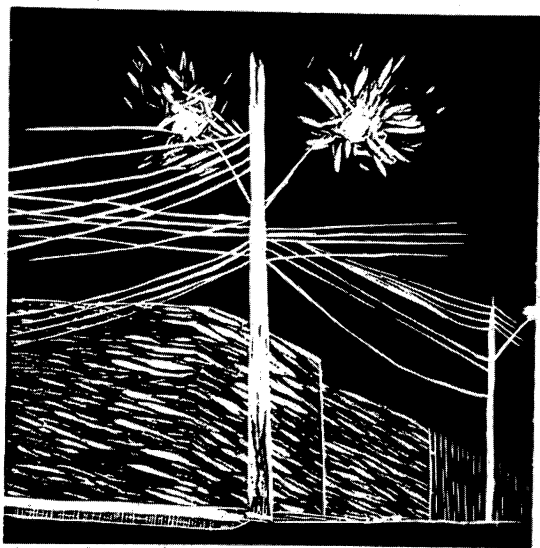
que é uma conversa do homem com o homem, tudo é símbolo e signo que se coloca como intermediários entre dois sujeitos".

Claude Lévi-Strauss, "O campo da Antropologia".

"Pure gift? Nonsense!"
Mary Douglas, "No free gifts".

A preocupação com as formas de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais e simbólicos nas mais variadas sociedades e culturas foi um dos pilares que sustentou a fundação da reflexão propriamente antropológica. Duas questões sempre pareceram fundamentais na instituição de tal preocupação: a) a idéia de que existem diversas formas de organizar a produção e as trocas,





deveria levar em consideração a função comunicativa dos bens como básica" (2007, p.23), sem que se deixasse de lado a noção de cultura como um processo dinâmico feito por indivíduos interagindo, entre si e com tais bens materiais.

Cultura material e consumo

Seguindo as sugestões de Miller (2007), os estudos de cultura material devem se aproximar do consumo considerando que este não se dá separadamente de uma produção contínua, e vice-versa: a cobra está, assim, com o rabo dentro da própria boca (para usar uma expressão de Mary Douglas). Outro ponto importante da perspectiva que o autor oferece é de uma compreensão mais profunda de uma humanidade inseparável de sua materialidade, como a oferecida por Lévi-Strauss (1975, p.19) na epígrafe deste ensaio. Então, do ponto de vista metodológico, é importante ter em vista que sistemas simbólicos – como os bens de consumo – e sistemas sociais não podem ser analisados independentemente uns dos outros.

É a coisa produzida, distribuída e consumida que cria a relação entre ela mesma e as várias pessoas que com ela se relacionam, ao mesmo tempo em que cria as relações entre as pessoas da cadeia que ela forma ao ser transmitida. Ou seja, as coisas possuem agência e fazem com que as pessoas se movimentem em torno delas; consequentemente, os indivíduos envolvidos em um processo de troca agem uns em relação aos outros em função da coisa.

Em *A vida social das coisas*, Arjun Appadurai nos sugere que "mercadorias são coisas com um tipo particular de potência social, que se distinguem de 'produtos', 'objetos', 'bens', 'artefatos' e outros – mas apenas em alguns aspectos e de um determinado ponto de vista" (2008, p.19) e que o estudo da vida social das mesmas deve ser feito de modo comparativo e processual. Para Appadurai, mercadorias são coisas que, antes de mais nada, são elegidas como mercadorias entre uma série de outras coisas que são retiradas do circuito de mercantilização e que são embutidos em um regime de valor diferente das primeiras. É a trocabilidade de uma coisa que define sua situação mercantil (2008, p.27):

"Proponho que a situação mercantil na vida social de qualquer 'coisa' seja definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante (...) pode ser decomposta em: (1) a fase mercantil da vida social de qualquer coisa; (2) a candidatura de qualquer coisa ao estado de mercadoria; (3) o contexto mercantil em que qualquer coisa pode ser alocada".

Mesmo o dom, de acordo com o autor (aproximando-se de uma análise de Pierre Bourdieu), suspende a especificidade da prática interessada na troca de presente; todas as coisas têm um potencial mercantil, uma vez que todas as trocas possuem uma dimensão

concebidas de diferentes formas em cada teoria nativa; e b) a idéia de que as teorias da ciência econômica ocidental eram, portanto, um conjunto de teorias sobre produção, troca e consumo específico e particular de organizar tais atividades humanas.

Os debates que aqueceram a antropologia econômica nos anos 60 e 70, entre formalistas e substantivistas, separaram o mundo social em duas abordagens: a dos primeiros optava por generalizar uma suposta racionalidade universal maximizadora de todas as atividades humanas, ao passo que a dos segundos se direcionava para o estudo dos aspectos materiais da vida social (produção, circulação e distribuição e consumo) das sociedades que não se qualificavam como "sociedades de mercado". Mas uma crítica etnográfica da dicotomia entre sociedades de dons e sociedades de mercado, bem como a de uma racionalidade de maximização geral e universal, contribuiu para questionar as relações entre objetos e pessoas.

Uma das maiores relativizações e desnaturalizações que uma "antropologia econômica" - ou ainda uma "antropologia da economia" - pode nos provocar é considerar precisamente que o capitalismo é tão somente uma teoria nativa sobre um circuito de produção e consumo idiossincrático das sociedades ocidentais modernas. Não há, portanto, uma relação necessária entre capitalismo (e a precedência da esfera econômica sobre as outras esferas da vida social) e consumo, em especial no que se refere ao consumo de objetos (MILLER, 2007).

Daniel Miller faz um importante balanço de como a antropologia e outras ciências sociais se aproximaram da cultura material, de acordo com distintas perspectivas regionais e disciplinares. Analisando as abordagens sobre consumo a partir dos estudos de cultura material contemporâneos, conclui-se o quanto o consumo pode revelar sobre a natureza das relações humanas para além do materialismo. A antropóloga britânica Mary Douglas trouxe uma contribuição fulcral para as reflexões que aproximam consumo e reciprocidade. Dizia ela que sua "idéia central é de que a ciência econômica

de cálculo, o que explode a dicotomia entre as sociedades de dom e as sociedades de mercado. E isto porque o presente, obrigatório e desinteressado, assume um caráter relacional e situacional, e o cálculo é feito mediante a natureza e a intensidade da relação entre aquele que doa e o receptor.

Uma das maiores contribuições apontadas por todos os autores citados anteriormente é a de Marcel Mauss, em seu clássico Ensaio sobre a dádiva. Ao tecer seu estudo sobre "sistemas de prestações totais", o antropólogo francês parte das trocas voluntárias porém obrigatórias de presentes, mostrando como este caráter ambíguo das trocas não é contraditório; e se pergunta "Qual é a regra do direito e do interesse que, nas sociedades (...), faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?" (2003, p.187-188; o grifo é meu).

Podemos chegar, a título provisório, à seguinte conclusão: as coisas dadas são, antes, coisas produzidas, distribuídas, circuladas e consumidas, de diversas formas que, no entanto, não encerram aí o ciclo da "cultura material". Além da dádiva retribuída obrigatoriamente, Daniel Miller comenta (citando Hebdige) que o consumo não consiste apenas em comprar bens, mas também envolve uma "apropriação altamente produtiva e criativa" de tais bens. A seguir, discuto mais atentamente a forma como as teorias antropológicas se aproximaram do estudo dos objetos.

Objetos e presentes

Como exposto anteriormente, os objetos entram em um regime de circulação como o da cobra que morde o próprio rabo, passando continuamente entre os falsos extremos de produção e consumo que, como considerados aqui, passam a ser um mesmo ponto no ciclo da vida social das coisas. Aproximar "coisas" e "objetos" reflete então uma escolha metodológica importante, que é a dos estudos de cultura material. José Reginaldo Gonçalves (2007, p.14) argumenta que "todo um vasto e heteróclito conjunto de objetos materiais circula significativamente em nossa vida social por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos, separamos e hierarquizamos".

Esta perspectiva se aproxima daquela de Appadurai, aconselhando que se acompanhe os deslocamentos e reclassificações de objetos em seus mais variados contextos – trocas mercantis, trocas cerimoniais, e espaços institucionais e discursivos como coleções, museus e patrimônios – para entender a dinâmica mesma da vida social e cultural, com seus conflitos, ambiguidades e efeitos sobre as subjetividades individuais e coletivas, abalando também a dicotomia moderna das categorias "sujeito" e "objeto". Se os objetos chegam a ser considerados sujeitos é devido ao uso criativo que inspiram, uma vez que enquanto símbolos fazem os homens conversarem entre si (como propõem Mary Douglas e Claude Lévi-Strauss,

sendo um dos veículos por excelência das relações sociais.

Logo, os objetos se tornam não apenas marcadores ou expressões de posições e identidades sociais, mas sim que, enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, são os elementos mesmos que organizam ou constituem o modo pelo qual indivíduos e coletividades experimentam subjetivamente tais identidades e *status*. "Seria relevante conhecer a forma desses objetos, o material e a técnica de fabricação, assim como as modalidades e contextos de uso", diz Gonçalves (2007, p.21).

Retomando o tópico da troca de presentes, Mary Douglas escreveu uma introdução para a nova tradução inglesa deste trabalho de Mauss (em inglês, *The Gift*) e que se chama *No Free Gifts*. Nesta apresentação, Douglas ressalta o caráter obrigatório de receber e de retribuir as dádivas, indicados por Mauss como dois aspectos fundamentais da instituição de prestações totais (1996, p.155):

*"It is not merely that there are no free gifts in a particular place, Melanesia or Chicago for instance: it is that the whole idea of a free gift is based on a misunderstanding. There should not be any free gifts. What is wrong with the so-called free gift is the donor's intention to be exempt from return gifts from the recipient. Refusing requital puts the act of giving outside any mutual ties. Once given, the free gift entails no further claims from the recipient. The public is not deceived by free gift vouchers. For all the ongoing commitment the free gift gesture has created, it might just as well never have happened. According to Marcel Mauss, that is what is wrong with the free gift. A gift that does nothing to enhance solidarity is a contradiction"*¹.

Os objetos, com sua materialidade, são capazes de organizar uma determinada experiência de mundo para aqueles que os recebem, doam ou retribuem, para as partes envolvidas no processo de troca, ou no sistema de prestações totais. E, como parte do processo de prestações totais, não só objetos são trocados (dados e recebidos), e nem sempre estes são retribuídos por outros objetos; afinal, por sua condição de existência simbólica, oferecem a possibilidade de serem trocados por outros símbolos que não são necessariamente materiais: a troca é de significados. Como dito pelo próprio Mauss, "por ora, é nítido que [o] vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma. *Donde resulta que apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si*" (2003, p.200, grifos meus).

Sentimentos, objetos, performance, troca, consumo

Para concluir a discussão – ou para finalmente entrar em seu cerne – torna-se mister relembra e esclarecer alguns pontos funda-

¹ "Não é por acaso que não existam presentes gratuitos em um local particular, seja na Melanésia ou em Chicago, por exemplo: é que a simples ideia de um presente gratuito está baseada em um erro de compreensão. Não deve haver presente gratuito. O que há de errado com o assim chamado presente gratuito é a intenção do doador de se isentar da retribuição de quem dele recebeu. A recusa da retribuição coloca o ato de dar fora dos laços mútuos. Uma vez dado, o presente gratuito não exige mais nada da parte do receptor. O público não se engana por quem dá presentes deste tipo. Pelo compromisso contínuo que o gesto do presente gratuito gera, ele podia muito bem nem ter acontecido. De acordo com Marcel Mauss, é este o erro do presente gratuito. Um presente que não faz nada para reforçar a solidariedade é uma contradição" (tradução minha).

mentais. Primeiro, como apresentado, o consumo não é apenas a fase final de um processo mercadológico e/ou do sistema capitalista; mais que isso, envolve aspectos de produção contínua em uma cadeia de apropriações e reinvenções simbólicas que transformam a coisa dada, trocada, vendida ou, enfim, o objeto em seus deslocamentos. Segundo, os objetos são mais do que simples objetos: são símbolos que, como alerta Mary Douglas, possuem uma função comunicativa e que como tal entram num sistema total, onde manipulam e são manipulados pelo indivíduos. Por fim, enquanto símbolos, devemos pensar em sua trocabilidade para além do sistema de trocas de objetos materiais, e pensar que objetos podem pedir justamente, como obrigação de retribuir, algo diferente de objetos, como ficará mais claro com os exemplos etnográficos apresentados adiante.

Marcel Mauss demonstrou, a respeito de trocas de signos (no caso, lágrimas), em ensaio sobre a demonstração obrigatória das emoções, que a subjetividade humana, o direito e a morfologia social de um grupo estão profundamente interligados, naquilo que o autor chamou de "homem total" (2005, p.334). Se fizermos uma sobreposição deste aspecto que define o social ao circuito de trocas que constitui a sociedade (Douglas, 1996, p.156), talvez se torne possível encontrar em Mauss a sugestão das trocas de coisas por sentimentos, o que já se expressava na formulação clássica do "fato social total". Claude Lévi-Strauss, também comentando o Ensaio sobre a dádiva, traz a preocupação com a reintegração dos aspectos descontínuos que constituem uma dada totalidade social, compreendendo o fenômeno social total de um ponto-de-vista em que "ele se encarna numa experiência individual", com o seu caráter tridimensional composto dos aspectos sociológicos, a dimensão histórica e, por fim, o aspecto físiopsicológico que definem o social como uma realidade (2003, p.23-24).

Já Malinowski, em sua investigação sobre o cerimonial Kula das Ilhas Trobriand, se pergunta sobre as diferentes modalidades de transação, desde os "presentes puros" até o "comércio puro e simples" (1978, p.138-148), sendo o Kula, como comenta o próprio autor, "a mais alta e mais significativa expressão da concepção nativa de valor". Fundamentado sobre certos processos cognitivos que definem as tais modalidades de troca, não podemos como foi feito, assumir que o colar que o marido dá a esposa seja um "presente puro". Deve-se considerar não só todo o processo de produção que permitiu a confecção do presente, mas também o consumo produtivo que é a apropriação específica do presente: o uso e a recepção da própria coisa dada, simultaneamente, consumo e retribuição.

Os circuitos percorridos pelos objetos, de mão em mão, e suas apropriações, envolvem outra possibilidade, que é a de sua trocabilidade por algo não-material, reforçando o entendimento dos bens enquanto elementos de um sistema comunicativo. Sendo capazes de organizar experiências de indivíduos e de coletividades, sua contrapartida está no caráter dramático que

podem assumir tais deslocamentos. Para Victor Turner (1992, p.72-98), é o deslocamento constante das relações que constitui o caráter sócioprocessual dos dramas e das performances momentos – como uma "efervescência social" – em que a coletividade toma consciência de si e se reconstrói, em processos de ajustamento situacional e regularização, bem como seu fator de indeterminação². Tal posição importa para a perspectiva que temos a respeito das trocas pois, como alerta Mary Douglas (1996), o público deve ser convencido da validade da troca que presencia. No caso que apresento a seguir, a troca de objetos por sentimentos (através de sua demonstração) é um destes momentos em que a troca assume um caráter dramático muito claro, de forma que podemos entender a troca como gênero performativo, e é nesta chave que serão analisados os casos prometidos.

O chá-de-panela é um ritual tradicional que se dá aproximadamente alguns meses antes da cerimônia de casamento, e que tem como foco a doação de presentes para a noiva. Observando recentemente um destes eventos, foram dados especialmente objetos pedidos pela própria noiva através de uma lista de presentes – significando então que os presentes não eram uma total surpresa para ela – e que possuíam alguma utilidade doméstica. Embora a noiva receba os presentes de olhos vendados e deva adivinhar o que é dado e quem deu cada coisa, ela não retribui diretamente com nada material (do mesmo tipo, pois a comida é material e é a forma pela qual a família retribui o comparecimento dos convidados), e parece que o que é recebido por ela tem a função de ajudar na constituição do domicílio³, e o que é por ela retribuído tem a função de auxiliar na constituição de uma parentela. Dois elementos sustentam tal afirmação: primeiro, a noiva e sua família recebem em sua casa seus amigos e os parentes do noivo⁴, e a estes se oferece comida que não é como a do dia-a-dia; em segundo lugar, há uma contínua demonstração de alegria e de amor, em especial através de coisas ditas, que também é uma forma de retribuir a presença dos convidados e os presentes dados.

Em especial sobre as coisas ditas, Bauman (1984) contribui fundamentalmente para que se considere não só o que é dito, mas também quem e como se fala, o que é dito e a quem tais palavras são dirigidas, conformando a sua noção de arte verbal como performance. No caso do chá-de-panela, uma das tarefas pagas pela noiva por não ter acertado qual era o presente dado no jogo em que esta os recebe de olhos vendados foi declarar seu amor para o noivo, que não estando presente no lugar, deslocou-se somente para receber a declaração de amor perante os convidados, deixando o local da brincadeira em seguida. Deu-se então nova troca: a declaração, dada ao noivo, e os convidados retribuem com a demonstração de sua emoção diante do amor ofertado em palavras. Tais fatos levam a crer que este evento é parte do processo ritual que visa a unir coletividades através de indivíduos, que é o caso do matrimônio como aponta Arnold Van Gennep (1977), constituindo uma rede que estabelece de uma nova unidade domiciliar

² Há um jogo, neste sentido, pois o caráter altamente ritualizado – os comportamentos prescritos e a interpretação mútua e constante destes pelos participantes – deve ser respeitado. Se ficar claro para os outros que uma das partes envolvidas na relação está contrária a ela, há um risco de desintegração. As relações de troca em eventos críticos podem ser lidas a partir desta perspectiva, e descontinuidade do processo poderia por em risco o devir esperado da troca.

³ O uso corrente na língua inglesa é o termo "household", que parece ter no termo usado a sua tradução mais próxima no português.

⁴ Sobre a obrigação de convidar, ver Mauss (op. cit. 2003:246). Nas páginas seguintes o autor também sugere que há uma obrigação do ato de alimentar ostentadamente e de aceitar tais alimentos.

estável (onde se dá o consumo dos presentes) e também de uma nova aliança da qual fazem parte amigos e parentes através da doação de objetos.

Um ponto a ser explorado é de que outros "chás" são possíveis, como o "chá-de-bar", onde não há troca de presentes, mas onde o comparecimento do amigo convidado assume um caráter obrigatório. Em casos onde o casal mora junto e o casamento só virá para confirmar simbolicamente a união que já existe, aponta-se que os amigos e parentes podem dar coisas de caráter não utilitário, e cujo uso seja dirigido ao casal mais do que apenas à noiva. Embora estes casos sejam raros, parece que o mesmo princípio opera, e o presente não precisa ser necessariamente material e, quando é este o caso, seu uso pode ser extra-doméstico.

No Natal ocorre processo similar, embora distinto. Nele, a troca de presentes ocorre dos dois lados ou, ainda, praticamente de todos os lados pois, diferente do que acontece com a noiva no chá-de-panela, no Natal quem recebe um presente está também chamado a devolver com um presente de mesmo tipo, e embora todos sejam chamados a dar e receber presentes, não parece haver um foco tão específico sobre quem os recebe. Para além das trocas de objetos materiais, temos o constante e alegre desejar de "Feliz Natal" que se espalha pelas ruas e até mesmo entre os que são desconhecidos para nós, estendendo a rede de trocas possíveis.

No próprio dia de Natal, no entanto, é que se reforçam os laços: amigos mais próximos e familiares é que têm a preferência em receber presentes, assim como é deles que se espera a retribuição, e as crianças em geral são reconhecidas como eleitas a receber, mas não a dar ou retribuir, uma vez que o cálculo econômico da compra dos presentes não pode ser levado por estas até suas últimas consequências⁵; mas destas se espera um consumo quase imediato da coisa dada, em especial de brinquedos. E a felicidade é uma demonstração mais ou menos geral, e forma uma troca a parte do circuito de bens materiais, sendo um caso exemplar da recepção do presente como ato de retribuição. A comida também entra em um regime de circulação e consumo não-cotidiano e quem come pouco quebra com a regularidade

da festa, onde se espera que todos partilhem do ato de comer bem, demonstrando prazer em fazê-lo.

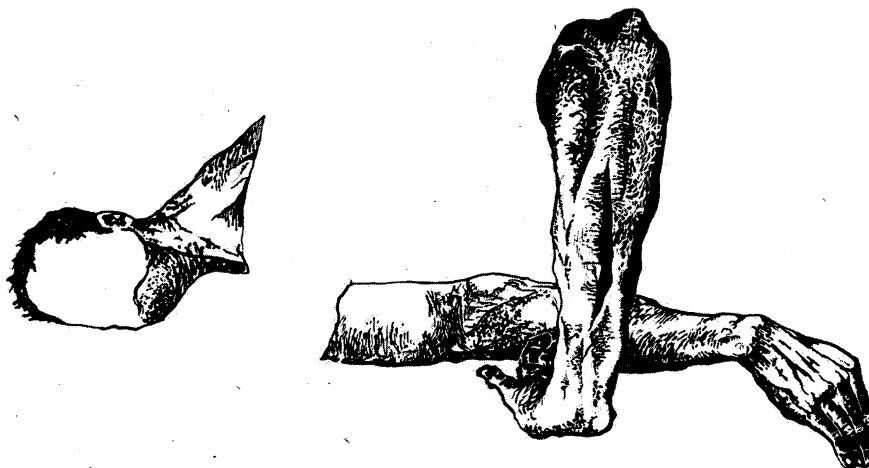
Os dois eventos parecem configurar aquilo que se chamou de "fato social total": um fenômeno integrado por vários aspectos descontínuos apreendidos em uma experiência individual, esta mesma constituída pelo circuito de objetos dados, recebidos e retribuídos.

Conclusão

Retomando o que foi dito no início deste ensaio sobre o campo da Antropologia Econômica, é cabível estabelecer através da perspectiva construída uma crítica aos pressupostos clássicos do formalismo e do substantivismo.

Quanto à crítica das trocas e dos processos econômicos como processo de maximização, apresentou-se uma argumentação que contraria a tese da racionalidade intrínseca das atividades humanas, sempre dotada de um cálculo maximizador da relação entre meios e fins como pretendiam os partidários da teoria formalista. Existe, sim, uma divisão do trabalho que possibilita uma forma eficaz de gerir as atividades humanas e que permite um tal fluxo de objetos e que dá aos participantes das trocas os "lucros" que estes pretendem. Mas e quando o lucro é destinado ao outro, e não a ao próprio trocador, será que podemos falar em maximização? E será que, ainda que sejam capazes de compreensão objetiva, os sentimentos trocados também são continuamente calculados?

Neste caso em especial a crítica da antropologia econômica deve se converter em antropologia da economia: as nossas categorias do pensamento econômico que dão sentido às práticas sociais da troca, do consumo, da compra e da venda, bem como suas consequências lógicas, acabam dando sentido também às práticas sociais que não obedecem aos mesmos princípios, em especial no que diz respeito à categoria "lucro". E as trocas que não são exclusivamente econômicas não podem se pautar somente pelo princípio organizador da economia. Quando alguém presenteia a noiva e espera que o seu presente seja útil, a maximização a ser atingida é, no máximo, uma consequência



⁵ Ver, no "Ensaio sobre a dádiva" de Mauss, as sugestões da Conclusão (em especial, a p.298).

do ato de presentear, e neste caso o "lucro" a ser maximizado não é de quem inicia a ação; a alegria da criança que brinca com o presente ganho no Natal pode não ser tão grande com um brinquedo quanto com outro, e ainda assim os presentes cumpriram sua eficácia ritual. O interesse do ato de dar não pode ser confundido com a racionalidade maximizadora.

Retornando às considerações feitas por Lévi-Strauss a respeito do princípio da reciprocidade, podemos afirmar que no que diz respeito ao "dom", "a troca não produz um resultado tangível (...) o lucro esperado não é nem direto, nem inerente às coisas trocadas, como são o lucro do dinheiro ou o valor do consumo" (1982, p.94). Embora não se espere retorno, a coisa dada age sobre o receptor criando o vínculo da obrigação de retribuir, e isto em especial se pensarmos no caráter público que a troca assume.

Para além da materialidade das trocas e da produção das coisas materiais e

sua mercantilização, como queriam os substantivistas, é justamente que os bens não seguem o encadeamento produtivo que termina no consumo, mas sim que há para além deste, um outro re-encadeamento das coisas: "é que na troca há algo mais que coisas trocadas", alertava o antropólogo francês (1982, p.99).

O problema levantado permitiu recolocar a questão da produção material tendo seu fim no consumo e também de repensar seus processos intermediários de distribuição e circulação através das trocas, que vão além do simples deslocamento dos objetos. Vimos então como é que estes presentes não são simples instrumentos das trocas, mas como são eles mesmos trocáveis e percebidos como tais, e como por tais percepções se tornaram desejáveis, organizando em uma outra lógica que não a da maximização as práticas culturais, constituindo assim a nossa "teoria da dádiva".

Submetido em março de 2010

Aprovado em maio de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun. (2008), *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, EdUFF.
- BAUMAN, Richard. (1984), *Verbal art as performance*. Long Grove, Waveland Press, Inc.
- DOUGLAS, Mary. (2007) "O mundo dos bens, vinte anos depois". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 13, 28:17-32.
- _____. (1996). "No free gifts", in M. Douglas (org.), *Risk and blame. Essays in cultural theory*. London, Routledge.
- GENNEP, Arnold Van. (1977), *Os ritos de passagem*. Petrópolis, Vozes.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (2007), "Teorias antropológicas e objetos materiais", in J.R. Santos Gonçalves (org.), *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*, Rio de Janeiro, Garamond.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1975), "O campo da Antropologia", in *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1982), *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2003), "Introdução à obra de Marcel Mauss", in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1978), *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné – Melanésia*. São Paulo, Abril Cultural.
- MAUSS, Marcel. (2003), "Ensaio sobre a dádiva", in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.
- _____. (2005), "A expressão obrigatória dos sentimentos", in *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva.
- MILLER, Daniel. (2007), "Consumo como cultura material". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 13, 28:33-63.
- TURNER, Victor. (1992), *The Anthropology of Performance*. New York, PAJ Publications.

Michel Leiris e o sagrado da escritura

**Pedro Gondim
Davis**

Graduado no Curso
de Ciências Sociais /
UFMG

Palavras chave:

Michel Leiris,
escritura,
embriaguez e
experiência.

Key words:

Michel Leiris,
writing, inebriation,
experience.

RESUMO: Este ensaio refere-se, fundamentalmente, à produção do diário pessoal de Michel Leiris durante a expedição francesa Dacar-Djibuti à África, no início da década de 1930. O que se sugere é uma aproximação entre a devoção com que Leiris se entrega às suas notas e as noções de experiência e de embriaguez desenvolvida por Walter Benjamin.

ABSTRACT: This essay refers fundamentally to the production of Michel Leiris' personal diary during the French Dakar-Djibouti expedition to Africa in the early 1930s. What it suggests is a connection between the devotion in which Leiris writes his notes and notions of experience and inebriation developed by Walter Benjamin.

"O homem que lê, que pensa, que espera, que se dedica à flânerie, pertence, do mesmo modo que o fumador de ópio, o sonhador e o ébrio à galeria dos iluminados. E são iluminados mais profanos. Para não falar da mais terrível de todas as drogas — nós mesmos — que tomamos quando estamos sós."

Walter Benjamin

1931. 19 de maio. Partida de Bordeaux às 17h50 (LEIRIS, 2007, p. 55).

É, de certa forma, com esse primeiro apontamento no diário de Michel Leiris que se inicia o percurso rumo a África que, ao passar de dois anos, teria seu fim anunciado de véspera, no dia 16 de fevereiro de 1933 quando, ainda na embarcação que rumava de volta à França, Leiris escreve, "amanhã de manhã, por volta das 7h, entraremos no porto de Marselha" (2007, p. 671). Antes, no entanto, de tocarmos no ponto que desejo desenvolver, a saber, a sugestão de uma relação instaurada a partir da devoção e da disciplina as quais Leiris se entrega ao redigir o seu diário e as reflexões sobre experiência e embriaguez tecidas por Walter Benjamin, há que se esclarecer, ainda que brevemente, algumas das condições e contextos que viabilizaram e estimularam a realização de tão grandiosa empresa, as expectativas oficiais que a empreitada carregava junto de si ao lançar-se ao oceano, bem como as inquietações íntimas e artísticas que serviam de diretrizes para os trabalhos do autor àquele tempo.

A Missão Etnográfica e Lingüística Dacar-Djibuti foi uma iniciativa que contou com o apoio de setores públicos e também de setores privados da sociedade francesa do começo dos anos 1930. Organizada pelo Instituto de Tecnologia e pelo Museu de História Natural, contava com o suporte de ministros de governo, de grandes fundações de pesquisa e de governos coloniais. Buscando cumprir um trajeto que cruzaria o

continente africano de oeste a leste, partindo do Senegal, os pesquisadores tinham por principais objetivos a coleta da maior quantidade possível de artigos de povos considerados exóticos (que alimentariam os acervos de museus parisienses) e a obtenção de volumosos registros fotográficos e audiovisuais de populações que, ocupando a posição extremamente vulnerável de dominados no contexto colonial daquele período histórico, estariam correndo o risco de desaparecer¹.

Chefiada por Marcel Griaule, que anos antes já havia feito incursões etnográficas no continente africano (tornando-se assim um dos pioneiros na realização de pesquisas etnográficas na França)², a equipe era composta por naturalistas, por lingüistas, por musicólogos e por técnicos que auxiliariam nos registros – sendo que a função desempenhada por Leiris durante sua estada na África é um dos pontos-chave para que se comece a compreender a possibilidade de composição de *L'Afrique fantôme*, que viria a ser publicado pela primeira vez na França em 1934³.

Ocupando o cargo de secretário-arquivista da missão, Leiris não podia ser enquadrado nem como um especialista (visto que havia pouco tempo que estudava antropologia), tampouco como um mero auxiliar. Entre outras incumbências, ele era o responsável pela realização de entrevistas, pela catalogação dos artefatos adquiridos e pelo registro historiográfico da expedição. Ou seja, fundamentalmente, tudo o que lhe cabia era escrever – e escrever sob o implacável rigor do correr dos dias e sob a inabalável crença no avanço da ciência que aquele grupo carregava consigo, junto a caixas e mais caixas repletas de artigos etnográficos coletados – a todo custo – em campo.

Contudo, se o registro incessante era o seu ofício, esse era também o seu deleite e o seu fardo, a sua redenção e a sua prisão (Lei-

¹ Como reforça Peixoto: "da associação estreita entre museus e poder colonial, entre fins do século XIX e inícios do século XX, resulta um modelo de investigação animado pelo afã colecionista e salvacionista. Trata-se de registrar línguas, costumes, imagens rituais, músicas, elementos da cultura material etc., coletando-os para integrar os museus ocidentais, no caso o Museu do Homem, de Paris" (2007, p. 19).

² Apesar de já tributária de uma escola sociológica consolidada no final dos anos 1920, a antropologia francesa ainda não possuía tradição na prática etnográfica. Nomes como Lévy-Bruhl, Durkheim e Mauss sempre estiveram ligados à chamada antropologia de gabinete. Portanto, a missão pode também ser considerada um esforço coletivo visando a inclusão da prática etnográfica nos quadros constituintes da antropologia naquele país.

³ Breves comentários de Leiris acerca da recepção ao livro nos anos decorrentes ao seu lançamento estão no prefácio à edição da obra publicada em 1951.

ris chegou a comparar sua atividade ao mais odioso dos grilhões). Pouco antes de viajar para África, Leiris já havia iniciado o projeto daquela que pode ser considerada a sua autobiografia; traduzida para o português com o título de *A idade viril* (2003) e primeira obra publicada pelo autor após o lançamento de *A África fantasma* (2007)⁴. De acordo com Susan Sontag, “em vez de uma história de sua vida, Leiris [em *A idade viril*] nos apresenta um catálogo de suas limitações [...] uma seqüência de desvendamentos íntimos de um temperamento covarde, mórbido e deteriorado” (1987, pp.78-81). “Além de sentimentos de repúdio, de nojo e de frustração para consigo mesmo, presentes em ambas as obras, James Clifford destaca que o modo como sua coleção autobiográfica se apresenta arranjada em *A idade viril* não está totalmente desvinculada do aprendizado prático e técnico adquirido por Leiris durante o tempo que esteve em campo, uma vez que o que se observa ali “é simplesmente a coleção cronológica de citações e instantes [...] [um] arranjo antológico do self [que] ainda cultiva um ponto de vista fotográfico – um ponto de vista documental, quase-científico, mas também um tom surreal” (1988, p. 72)⁵.

Como acontece com o texto que introduz *A idade viril* (*Da literatura como tauromaquia*), a preocupação em evidenciar o seu projeto é também percebida nos esforços empreendidos pelo autor na composição de prefácios, preâmbulos e notas explicativas em *A África fantasma*. A tradução para o português, editada em 2007 pela CosacNaify, contém entre preâmbulos, prefácios e prospecto, quatro textos introdutórios redigidos por Leiris à guisa de esclarecimentos; além de outros dois projetos de “Prefácio” que, apesar de estarem ambos registrados somente no dia 4 de abril de 1932, tomaram do autor dois dias inteiros de trabalho e reflexão. Afora o papel de esclarecer e justificar o (ainda) não-mais-que-provável texto a ser publicado no futuro (“Desde a origem, ao redigir este diário, lutei contra um veneno: a idéia da publicação” (2007, p. 304)), o prefácio também tem para Leiris a função de apresentar a tese que ele julga orientar toda a sua produção durante aquele período: “Trabalhei, desde ontem, na redação de um projeto de ‘Prefácio’ para a eventual publicação destas notas. Tese: é pela subjetividade (levada a seu paroxismo) que se alcança a objetividade” (2007, p. 300).

Portanto, uma aproximação entre essas duas obras, ainda que não seja o caso de desenvolvê-la por ora, não é de todo inútil, uma vez que nos ajuda a entender um pouco melhor o contexto pessoal em que Leiris escrevia naquele momento, bem como as direções estéticas e formais apontadas pelo autor.

Michel Leiris parte para a África com o objetivo manifesto de se distanciar do mundo ocidental regido pelo capitalismo, que, segundo ele, cada vez mais, impossibilitaria qualquer contato humano sincero. Além disso, trata-se de um empreendimento probatório, viagem longa rumo ao desconhecido, que se apresenta, a

princípio, como uma fuga e uma saída radical que amainaria suas obsessões – sendo a consciência da morte a mais significativa dentre elas.

O então noviço, que havia se interessado pela antropologia alguns anos antes dessa jornada, encontra em sua nova atividade um ofício que lhe garantirá o sustento até o fim da vida. A equação está dada – é poeta; *torna-se* antropólogo⁶. Contudo, não se pode dizer que o primeiro “produto” da sua antropologia deva ser tomado como uma obra que implique uma continuidade entre o seu status de poeta/escritor e a sua nova atribuição de antropólogo/etnólogo. Seria equivocado afirmar que o seu projeto estivesse apoiado somente nas reflexões acerca do lugar de sua fala ou na problematização (ou exacerbação) do seu ponto-de-vista; ele apóia-se, sobretudo, no registro minucioso de sua experiência. Logo, não é exatamente de subjetividade que se trata. O que está em jogo é a experiência que emerge da singularidade da relação⁷.

Refletir e especular a partir da singularidade da sua experiência e fazer, assumidamente, desse exercício testemunhal um dos motores e uma das faces da sua antropologia é o que possibilita a revelação de um “lugar antropológico” que não se preenche a não ser com manifestas porções generosas de encanto e de repulsa, de lirismo e de tecnicidade ou ainda de desejo e de ódio – embates que têm morada permanente na alma e na pena daqueles que se dão ao desconhecido (pena que, riscando teimosamente o papel, se constitui como o derradeiro caminho rumo à salvação e à sempre almejada redenção).

Foi em sua juventude que Leiris travou os primeiros contatos com o movimento surrealista, que tinha como principal expoente André Breton. Mais do que uma doutrina ou uma “idéia definível”, Breton afirmava que o surrealismo era uma “atividade” (CLIFFORD, 2002, p. 132). Atividade esta belissimamente descrita por Benjamin (1985), que a apresenta através de uma imagem na qual o domínio da literatura é explodido de dentro – “na medida em que um grupo homogêneo de homens levou a ‘vida literária’ até os limites extremos do possível”. Orientado pelo desejo “de romper com uma prática que entrega ao público os precipitados literários de uma certa forma de existência, sem revelar essa forma”, o movimento surrealista se apóia em técnicas de escrita que valorizam inesperadas justaposições, fragmentos, coleções curiosas além de incorporar o domínio dos sonhos e dos desejos. (1985, p. 22).

O que, no entanto, costuma estar muito associada à atividade surrealista é a busca de uma dimensão embriagada da experiência perseguida por seus autores. Sobre este ponto, Benjamin aponta um interessante movimento dialético em que “o processo pelo qual a embriaguez abala o EU é ao mesmo tempo a experiência viva e fecunda que permitiu a esses homens fugir ao fascínio da embriaguez” (1985, p. 23). Ou seja, a embriaguez é, ao mesmo tempo, uma atividade e a consequência direta desta mesma atividade. Almejada enquanto

⁴ Em *Da literatura como tauromaquia*, texto que prefacia *A idade viril*, o autor afirma que foi no ano de 1935 que o livro foi dado por finalizado.

⁵ Todas as traduções dos textos em línguas estrangeiras foram feitas por mim.

⁶ Sontag classifica essa guinada como uma “surpreendente mudança – de boêmio e poeta a estudioso e burocrata de museu” (1987, p. 78).

⁷ Nos anos 30, Benjamin teve no conceito de “Experiência” um dos pontos centrais do seu pensamento. Há, porém, uma distinção a ser destacada. *Erfahrung* é a experiência coletiva e comunicável; pode ser transferida de uma geração a outra por existirem relatos e vivências comuns ao narrador e ao ouvinte. *Erlebnis* é a “experiência vivida, característica do indivíduo solitário” (1985, p. 9): “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (BONDÍA, 2002, p. 21). Para Benjamin, o avanço do capitalismo e o domínio da técnica promoveram a aceleração dos processos de produção e o distanciamento entre gerações, tornando a *Erfahrung* cada vez mais pobre. Por outro lado, a pobreza de experiência comunicável permite aos jovens a liberdade de viverem toda e qualquer experiência (*Erlebnis*).

instante fugaz capaz de nos colocar em contato com aquilo que nos excede, com aquilo que está além das nossas percepções e vivências usuais, a embriaguez é também a própria atividade intensa – experiência viva e fecunda – que nos permite alcançar esses instantes fugidios e que, ao fim e ao cabo, nos possibilita marcar no curso do tempo o progresso regular de nossas vidas – uma vez que, em se tratando de uma atividade intensa, se faz necessária uma postura em que a dedicação e a disciplina são fundamentais – e assim, portanto, reassentando-nos em um estado não-embriagado da experiência.

Vale destacar que a embriaguez que me interessa aqui não é aquela que é associada, usualmente, ao êxtase religioso ou aos êxtases produzidos pelas drogas. Benjamin cunha o termo “iluminação profana”, que seria uma dimensão extra-religiosa de acesso ao sagrado e também uma via de acesso extra-alucinógena à embriaguez. Como acontece com o estado embriagado, a iluminação profana também pode ser pensada da mesma forma, ou seja, ao mesmo tempo causa e consequência do acesso a este sagrado. O percurso que se faz sagrado. Ou ainda, uma via de acesso à experiência do sagrado que se apresenta esvaziada de significado dado de antemão, podendo ser preenchida por aquilo que exerce o fascínio e a redenção para cada um que se propõe a trilhá-la. Cada qual que escolha a embriaguez que melhor lhe convir e as vias que lhe guiarão até ela: lá estará o seu sagrado.

Não posso deixar de pensar em Leiris quando Benjamin nos fala em embriaguez. Penso em *A África Fantasma* como uma espécie de “parte embriagada” da sua atividade antropológica. Contudo, a associação proposta não sugere, necessariamente, que se esteja tentando evocar alguma nova teoria excepcional presente ou suscitada por esta obra. Não se trata de destacar (ou defender) uma nova teoria que venha contaminar perversamente a doxa da disciplina, que se proponha a entorpecer, embebedar e embaralhar as pernas da antropologia. Ainda que hoje o livro possa ser lido como um dos primeiros e mais incisivos exemplos de uma maneira diferente de se pensar a antropologia, na qual a análise da implicação do pesquisador em seu trabalho de pesquisa é posta também em destaque, ao invés apenas do material pesquisado, não é este o ponto que quero destacar⁸.

Mais do que as implicações teóricas e epistemológicas provocadas pelas idéias sugeridas por Leiris, o que me interessa por ora é o simples fato de este livro ser um diário. Um diário que, pela própria natureza da empresa, traz consigo a imprescindível disciplina e o árduo rigor de conduta dos quais falei anteriormente. É a dimensão pautada pela intensidade da atividade de escritura o que mais fascina nesta obra de Leiris; e é essa disciplina que eu associo à embriaguez benjaminiana⁹.

Seu sagrado é o seu diário, e a devoção com que se entrega à redação de suas notas é, ao mesmo tempo, sua própria embriaguez (vivência e experiência do sagrado). É a sua via de acesso a esta embriaguez além de ser também aquilo que lhe permite situar-se no tempo e fixar sua

existência nos dias de um calendário – existência fantasmagórica que, talvez, já não faria o menor sentido caso ele não tivesse por obrigação escrever, a cada dia, a data daquele mesmo dia no alto de uma folha em branco qualquer. Sobre este ponto vale destacar um trecho de *O mal de Montano* (2005), no qual Enrique Vila-Matas recuperará Maurice Blanchot (2005, p. 168-169),

“Como observara Blanchot, o diário, tão dócil aos movimentos da vida e capaz de todas as liberdades — já que sonhos, ficções, pensamentos, comentários sobre si mesmo, acontecimentos importantes ou insignificantes, tudo cai bem no diário, na ordem ou desordem que se quiser —, está submetido, contudo, a uma cláusula de aparência superficial mas terrível: deve respeitar o calendário”

É claro que há uma série de diários, de formas de se escrever um diário e de estímulos e de expectativas ao se escrever um diário. O motivo pelo qual fiz a escolha de escrever aqui sobre Leiris e o seu diário nos remete, principalmente, a uma declarada afinidade eletiva. Nas palavras de René Lourau (1988, p. 107);

“O exemplo limite de Leiris não sugere um novo manual de etnografia, de sociologia, ou, mais genericamente, de trabalho intelectual. Melhor que um modelo, ele se constitui como um instrumento de reflexão infinita para a análise das implicações do pesquisador nos atos (faltosos) da pesquisa.”

Portanto, trata-se de um autor e de uma obra que inspiram não somente pelas implicações teóricas decorrentes de suas reflexões, mas especialmente pela relação travada pelo autor, via o exercício permanente de escritura, com sua posição de antropólogo em campo e em vida. Uma postura antropológica que põe em voga de maneira incisiva a atividade e a experiência em que se está empenhado, e não exclusivamente o produto final que se espera alcançar. Uma postura que, escancarando seus próprios equívocos e insuficiências, se mostra reveladora na medida em que sua intensidade experimental da lhe permite extrapolar a dimensão da descoberta e da revelação acerca apenas do outro.

Sendo assim, no caso da minha predileção pelo diário de Leiris, trata-se de uma questão de Escolha, e não de uma questão de Escola.

O diário de Leiris é descrito por Clifford como um “monstro” – “533 densas páginas de etnografia, diário de viagem, auto-exploração, ‘oneirografia’. Um livro que não é uno” (1988, p. 165). O que há de se destacar aqui, no entanto, não é uma ou outra leitura específica que possa vir a ser feita dessa obra fragmentária. O que me interessa é a sistematicidade e a devoção com que Leiris se dedica à escritura de seu diário. Independentemente do que havia para ser escrito ou de qual fosse o interesse particular

⁸ “A África fantasma representa a primeira vez na França – e, acredito eu, no mundo todo – que a pessoa do antropólogo apareceu na literatura. Não foi antes de meio século mais tarde que, observa ele [Lévi-Strauss], o fato dos antropólogos se fazerem visíveis para os seus leitores se tornou aceito de uma forma geral na disciplina” (Lévi-Strauss apud Price, 2004, p.25).

⁹ Refletir sobre a “escritura” não é a intenção deste ensaio, porém, vale um breve comentário. *Écriture*, conceito chave na filosofia de Derrida, em português, pode ser tanto escrita quanto escritura. Utiliza-se a segunda tradução caso o objetivo seja destacar o seu sentido alegórico – o que parece adequado, visto que Leiris se diz habituado “a proceder sempre por alusões, por metáforas” (2003, p. 43). Há, ainda, outro ponto. Derrida indica que materialidade do registro escritural determina um ato de violência em que a separação, a marca e a externalidade em relação ao sujeito é evidenciada: “há, pois, aí, todo um sentido de intromissão, de separação e de alteração de um espaço” (GOULART, 2003, pp. 23). Dada, portanto, a relação entre a experiência vivida e a embriaguez suscitada a partir da sua retomada escritural, e a posição/postura de Leiris naquela missão científica em uma África dominada e subjugada, parece-me proveitoso evocar a escritura derridiana.

em cada um dos trechos da expedição, Leiris passa pouquíssimos dias sem se entregar às suas notas. Durante os quase dois anos que esteve na África foram raros os dias que não foram feitos apontamentos.

A divisão (editorial?) do livro em duas partes se presta a marcar bem, em termos gerais, dois grandes momentos da expedição. A primeira parte, itinerante, pode ser lida principalmente como um relato acerca da própria empresa e da equipe que está engajada no intento. É composta pelos percalços enfrentados, pelas chegadas e partidas, pelas relações construídas e deixadas para trás. Fatos corriqueiros e problemas de ordem prática também são presença constante. Aqui, a atividade de escritura aparece constantemente associada ao tédio e ao ócio, já que, apesar dos constantes deslocamentos e das atribulações recorrentes dessas idas e vindas, ainda não existe um objeto ou uma questão que ocupe o primeiro plano da pesquisa, que solicite de maneira inalienável uma participação intensa e efetiva. Esses interesses – cambiantes – surgem de maneira ocasional, ao sabor das circunstâncias e, pouco a pouco, vão sendo deixados para trás dada a necessidade do progresso da missão.

É curioso notar, no entanto, que, ironicamente, seja exatamente ao período de deslocamento intenso que estão associados o ócio e o tédio. A frustração constante acerca dos primeiros anseios ligados tanto à pesquisa quanto aos seus próprios desejos de ordem íntima só é suportada uma vez que registrada em seu diário. A escritura, apesar do fardo da obrigatoriedade, se mostra como única atividade possível de satisfazer a sensação de fracasso que permeia, principalmente, os meses iniciais de Leiris na África. Escrever, afinal, era o que lhe restava. Ainda que a marcha dos dias não se apresentasse gloriosa, tampouco os temas fossem tidos como nobres, escrever era o que lhe cabia dentro daquela missão; era, talvez, a única forma de se sentir útil diante de seus companheiros, aos seus olhos, viris e destemidos.

Há, no entanto, a segunda parte do livro, momento em que a expedição se vê presa em Gondar, fronteira da Etiópia. A tensa situação política deste país, o único a ser investigado pela missão que ainda não fora colonizado, dificulta o acesso da equipe ao seu território.

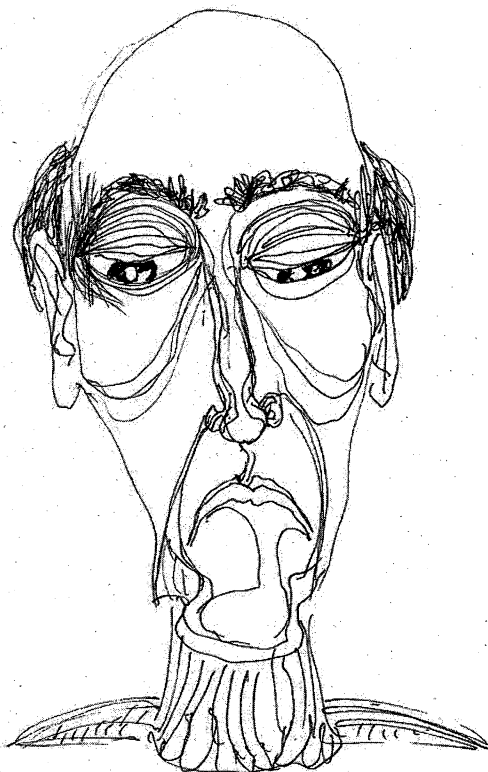
"Então a Etiópia, nunca colonizada, interrompe o progresso regular da expedição e provoca as mais longas e conturbadas páginas escritas pela caneta do secretário-arquivista. Aqui a missão se depara com o primeiro sério obstáculo à sua autoridade; é obrigada a alterar o seu curso, e faz o que é possível de ser feito, dada a tensa situação política. Em Gondar, Leiris luta com a troca de papéis, com as decepções, com o erotismo indomesticado do seu trabalho junto aos zar iniciados; e acaba perdendo o pouco que restava da confiança necessária para se redigir uma história autoritária sobre a África. A narrativa contida no nome da

missão não revela o dia-a-dia efêmero do seu diário" (CLIFFORD, 1988, p. 169)

Como se pode notar no trecho destacado acima, a segunda parte do livro representa uma guinada na relação de Leiris com todo o processo em que estava inserido. Essa transição pode ser percebida mais distintamente na relação de Leiris com três elementos específicos e recorrentes durante toda a expedição: a equipe da qual faz parte, a questão a ser pesquisada e a própria escritura¹⁰.

Longo período de imobilidade geográfica (guerra de trincheira que isola, perturba e alucina); foi durante os meses que a expedição esteve impedida de progredir que Leiris imergiu de maneira intensa nos estudos do culto de possessão do zar. Agora, que o foco principal da missão (a coleta do maior número possível de objetos e de informações etnográficas que serviriam de acervo para o Museu do Trocadéro) e da sua própria atividade oficial como secretário-arquivista (fazer o relato e a historiografia da viagem, além de catalogar todos os objetos coletados) pareciam estar prejudicados, surge um novo e urgente estímulo para suas notas. Estando finalmente em contato direto com a dimensão religiosa do sagrado, Leiris "parece ter transformado seus companheiros de equipe em zumbis, em fantasmas" (LOURAU, 1988, p. 104). Apesar da falta de deslocamento – o que poderia estar associado à idéia de marasmo –, o envolvimento com os zar iniciados e com a população abissínia é, retomando Clifford, responsável "pelas mais longas e conturbadas páginas escritas pela caneta do secretário-arquivista" (1988, p. 169).

Há, porém, uma diferença fundamental de postura que é extremamente importante para



¹⁰ Em relação ao segundo item enumerado, ou seja, a questão a ser pesquisada, vale destacar a observação feita por Lourau: "A preocupação teórica mais freqüentemente manifestada no livro de Leiris, ao que me parece, é a do sagrado" (1988).

se pensar a relação de Leiris com o ato de escritura e com sua forma de experienciar este sagrado (religioso) que se apresentava diante dele. Como nos afirma Lourau (1988, p. 104),

"Leiris não busca, diferentemente de Artaud ou de qualquer outro etnólogo, iniciar-se em um culto que curaria, ao menos provisoriamente, suas feridas. Ele permanece como espectador, mais ou menos ativo e participante. Ele se recusa ao risco do transe, da possessão, tudo pela busca, através da fascinação destes estados "surrealistas", de um encontro com ele mesmo"

Existe uma passagem em *A África fantasma*, destacada por Clifford (1988, p. 168), que é muito elucidativa acerca de como se dava o envolvimento de Leiris com aquele sagrado:

"Mas A África fantasma retrata o surrealismo-etnográfico emaranhado na escrita — ele mesmo através dos outros. Direcionando-se para o final de um intenso período de investigação sobre a possessão zar na Etiópia, um sacrifício é feito especificamente para Leiris. Seu diário registra que ele provou o sangue do animal, mas não dançou o gourri, a dança do possuído. Nós o vemos sentado entre os zar iniciados; o ambiente adensado por incenso, suor e perfumes. Sua cabeça é untada com manteiga, e — tal qual é requisitado pelo ritual — as entranhas do animal morto são enroladas em volta de sua testa. Ele, no entanto, não interrompe suas anotações"

Percebe-se, portanto, que sua atividade intensa não consiste em dançar freneticamente até alcançar o transe, nem em tocar os tambores junto dos nativos, muito menos em se iniciar em um culto e tornar-se parte ou membro ativo de uma seita secreta, podendo assim descobrir os detalhes e os segredos que a fazem tão fascinante — afinal, como nos lembra Benjamin, "de nada nos serve a tentativa patética ou fanática de apontar no enigmático o seu lado enigmático; só devassamos o mistério na medida em que o encontramos no cotidiano, graças a uma ótica dialética que vê o cotidiano como impenetrável e o impenetrável como cotidiano" (1985, p. 33).

O que quero destacar aqui é que Leiris faz uma opção, talvez a única que lhe seja possível. A sua via de acesso ao sagrado e o seu próprio sagrado em si consistem na atividade intensa a qual ele se entrega por inteiro: a escritura. Inclusive, ao fazer desta atividade, sempre, a preocupação maior da sua empreitada, ele sacrifica a possibilidade de comunhão com o sagrado do outro, que se mostrava inebriante a sua frente: durante o culto de possessão do zar ele está escrevendo. A escritura, solitária e isolada, é a experiência que lhe permite acionar o seu sagrado. O que o embriaga é a experiência que transborda em escritura (ato e objeto).

O fascínio e o horror que o sagrado alheio lhe despertam poderiam, talvez, serem pensados como a substância inflamável que reveste o fio trançado que leva o fogo até a dinamite: aquilo que, de alguma maneira, conduz e ajuda a manter aceso o seu estado embriagado. O seu fogo, no entanto, só se acende no momento da escritura; e a faísca que desencadeia todo esse processo irrompe a cena na ocasião exata em que o raspar suave do grafite ou o atrito preciso do bico da pena riscam a pauta da folha em branco.

Submetido em março de 2010

Aprovado em junho de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. (1985), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo, Brasiliense.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. (2002), "Notas sobre a experiência e o saber da experiência". *Revista Brasileira de Educação*, nº 19, jan/fev/mar/abr 2009: 20-28. Tradução de João Wanderley Geraldi.
- CLIFFORD, James. (1988), "Tell about your trip: Michel Leiris", in J. Clifford (orgs.), *The predicament of culture: twentieth-century ethnography, literature, and art*, Cambridge; London, Harvard University Press.
- _____. (2002), "Sobre o surrealismo etnográfico", in J.R.S. Gonçalves (orgs.), *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- GOULART, Audemaro Taranto. (2003), "Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida" <<http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Audemaro/Derrida%20-%20Desconstrucao.pdf>>. Acessado em 30 de junho de 2010.
- LEIRIS, Michel. (2003), *A idade viril: precedido por Da literatura como tauromaquia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, Cosac & Naify.
- _____. (2007), *A África fantasma*. Tradução de André Pinto Pacheco. São Paulo, Cosac Naify.
- LOURAU, René. (1988), "Michel Leiris: le hors-texte devient texte", in R. Lourau (orgs.), *Le journal de recherche: matériaux d'une théorie de l'implication*, Paris, Méridiens Klincksieck.
- NASCIMENTO, Evandro. (2004), *Derrida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- PRICE, Sally. (2004), "Michel Leiris, French anthropology, and a side trip to Antilles". *French Politics, Culture and Society*, vol. 22, nº 1, spring 2004: 23-35.
- SONTAG, Susan. (1987), *Contra a interpretação*. Tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre, L&PM.
- VILA-MATAS, Enrique. (2005), *O mal de Montano*. Tradução de Celso Mauro Pacionik. São Paulo, Cosac Naify.

Os estudantes de ciências sociais: uma análise do perfil socioeconômico

Alice Dias Lopes

Graduanda no curso de Ciências Sociais / UFMG

Laís Barbosa Patrocínio

Graduanda no curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras chave: ensino superior, estudante universitário, perfil socioeconômico.

Key words: higher education, university student, socioeconomic profile.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir o nível socioeconômico e cultural do corpo discente do curso de Ciências Sociais. A análise foi feita em uma perspectiva histórica para que se pudesse observar se houve alguma transição nesse perfil. Os alunos dos cursos de Pedagogia, Direito e o conjunto total de estudantes nas universidades estudadas também foram analisados, o que permitiu observar o nível de elitização específica do curso de Ciências Sociais dentro de um contexto mais amplo de elitização da universidade pública. Também foi feita uma comparação entre diferentes universidades de Minas Gerais e de São Paulo tendo em vista verificar se os resultados encontrados se referem a especificidades locais. A análise dos dados aponta para uma elitização do corpo discente do curso analisado, ao menos na região abordada. Por fim, buscam-se pistas explicativas para tais resultados.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the socioeconomic and cultural level of Social Sciences students. The analysis was done in a historical perspective in order to perceive any transition in that profile. The students from Pedagogy, Law and the average student from the universities studied were also analyzed, that allowed us to observe a specific level of elitization in the Social Sciences course, in a broader context of public universities elitization. We also compared the profile of students from Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) and Universidade de São Paulo (USP) so as to check if the results were specific to a location. The analysis of the data seems to express a elitization of the students of the course analyzed in the region studied. Finally, we searched for interpretative clues that could justify those results.

A motivação inicial deste trabalho foi a de traçar o perfil dos alunos de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e verificar a idéia, percebida na representação social dos alunos formados no curso, de sua elitização. Soma-se a isto o conhecimento da tendência de elitização do corpo discente, em especial nos cursos mais concorridos das Universidades Públicas e nas instituições privadas (Pinto, 2004). A enorme concorrência existente para o ingresso nas Universidades Públicas Brasileiras ocasiona a elitização dos estudantes, já que aqueles provenientes de setores da população de nível socioeconômico mais alto são os que conseguem obter mais êxito nos processos de seleção. No entanto, é sabido também que existe uma hierarquia entre os diferentes cursos (Setton, 2002). Nesse sentido pretende-se localizar o curso de Ciências Sociais nessa escala hierárquica, e identificar as razões específicas do curso atrair alunos de tal nível socioeconômico, observando as modificações sofridas ao longo do tempo.

Depois de obtidos os resultados preliminares, a fim de observar em que medida esse era um fato específico da UFMG, buscando avaliar como se deu o mesmo processo em demais universidades, foram analisados também os dados da Universidade de São Paulo (USP), e foram consultadas publicações sobre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e sobre a Universidade Estadual Paulista

(UNESP).

Esse estudo se insere nos debates sobre o perfil dos estudantes do ensino superior público brasileiro, sobre a diferenciação entre os cursos e sobre a hierarquização social existente entre eles. Atualmente, discute-se na UFMG a reformulação do curso de Ciências Sociais como consequência das políticas de Reforma Universitária. Desse modo torna-se essencial conhecer o seu corpo discente, para saber de que modo as mudanças no curso afetariam sua composição socioeconômica, atingindo ou não os objetivos da Reforma. Acreditamos que essas informações também podem contribuir para um melhor entendimento do modo como as Ciências Sociais funcionam no mercado de trabalho de fato, e a relação disso com o tipo de público que atrai.

A análise dos dados partiu de duas perspectivas comparativas. A primeira teve como objetivo observar as transições do perfil socioeconômico e cultural dos alunos no período de 1992 a 2008. A restrição deste período se deve à implantação de políticas de inclusão social no vestibular da UFMG a partir do vestibular de 2009, assunto que não será abordado neste trabalho. Assim, o perfil socioeconômico dos ingressantes no curso em 2009 já se distanciaria do perfil do corpo discente dos alunos de Ciências Sociais que ingressaram anteriormente às novas medidas. A segunda perspectiva comparou o conjunto de estudantes de Ciências So-



ciais com o conjunto total de estudantes da UFMG. Essa análise permitiu observar o nível de elitização específica do curso de Ciências Sociais dentro de um contexto mais amplo de elitização da universidade pública e da própria melhora na qualidade de vida da população como um todo. Também foram comparados os dados dos alunos estudados com o corpo discente dos cursos de Pedagogia Noturno e Direito Diurno, sendo estes os representantes, respectivamente, do menor e maior nível socioeconômico.

A análise do corpo discente da USP foi feita a partir dos dados do *Questionário de Avaliação Socioeconômica* da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST). O período analisado, cuja restrição corresponde aos mesmos apresentados para a UFMG, abrange os anos de 1992 a 2006. Para traçar esse perfil, foram utilizadas outras publicações que se destinaram ao mesmo tema. Outras publicações também foram utilizadas para caracterizar os alunos de Ciências Sociais da UNICAMP e da UNESP.

Com o objetivo de explicar as razões da elitização dos estudantes de Ciências Sociais, foram também utilizados os dados relacionados ao número de pontos mínimos necessários para aprovação na primeira etapa do vestibular e do número de candidatos que tentaram vestibular por número de vagas ofertadas na UFMG e na USP.

Desse modo, o presente trabalho apresenta uma breve apresentação da perspectiva analítica bourdieusiana que serviu de base analítica, uma revisão bibliográfica dos dados socioeconômicos e culturais dos estudantes de Ciências Sociais da USP, UNICAMP e UNESP e a análise desses dados para a UFMG e a USP. Por fim, tentamos buscar pistas explicativas para

os resultados encontrados.

Bourdieu e o Capital Cultural

Pierre Bourdieu retomou e desenvolveu o conceito de capital cultural para dar conta da desigualdade de desempenho escolar entre crianças de diversas classes sociais (BOURDIEU, 1998a). Essa idéia rompe com a visão que considera o rendimento escolar como "aptidões" naturais. Esse conceito abrange um conjunto de estratégias de investimento educativo e o sistema de estratégia de reprodução mais importante: a transmissão doméstica do capital cultural. Sua transmissão é, essencialmente, inconsciente e hereditária (BOURDIEU, 1998b).

O capital social, por sua vez, corresponde a uma rede durável de relações, ou seja, uma vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que tem propriedades comuns e são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações supõem trocas materiais e simbólicas que dependem da proximidade no espaço físico ou no espaço econômico e social. Juntamente com o econômico, esses dois capitais reproduzem as estruturas sociais vigentes (BOURDIEU, 1998c).

Esses conceitos são essenciais no entendimento do nível socioeconômico e cultural, relacionados ao background familiar, como influentes no processo de escolha profissional (NOGUEIRA & CATANI, 1998). Dessa maneira, torna-se essencial a análise das variáveis que possibilitam medir esses capitais.

O Desenvolvimento do curso de Ciências Sociais no Brasil

As Ciências Sociais não constituem uma profissão tradicionalmente de prestígio. No Brasil, ela se desenvolveu intelectual e institucionalmente em São Paulo principalmente, a partir da década de 30, no contexto da política de profissionalização e da pesquisa acadêmica, e também do desenvolvimento da docência secundária. Miceli (1989) afirma que as Ciências Sociais se colocavam como uma alternativa de projeção social por meio da formação escolar e cultural condizente com pretensões mais modestas.

O corpo discente formado na USP, entre 1936 e 1955, era composto em sua maior parte por mulheres e em grande parte por imigrantes italianos de alto nível socioeconômico, mas não pertencentes à elite cultural. Tanto na USP, quanto na Escola Livre de Sociologia e Política, os estudantes provinham, de modo geral, do interior do estado, de setores tradicionais empobrecidos, de famílias ligadas ao ensino secundário, à burocracia estatal e a cargos intelectuais e culturais como a imprensa, distinguindo-se das profissões tradicionais como o Direito. Muitos deles já eram professores primários e eram os primeiros de suas famílias a freqüentar o ensino superior.

No que tange ao projeto da USP, a proposta inicial de compor um curso formado pela elite de São Paulo foi frustrada pela demanda de profis-

sionalização por parte dos setores médios da população que buscavam uma ascensão social.

Os dados produzidos sobre a UNESP apresentam um perfil aparentemente ainda inferior a esse dos anos iniciais da USP. A respeito da composição socioeconômica dos demais cursos da Universidade, o de Ciências Sociais foi tomado para efeito comparativo como o curso de menor prestígio da área de Humanas, que é também a área de menor prestígio (WHITAKER, 1989).

Nesse trabalho é definido o que chamam de "efeito FHC", que consistiria na influência da eleição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, em 1994, sobre o vestibular para Ciências Sociais de 1995. Essa influência teria se dado apenas sobre as camadas superiores da população, já que o aumento de candidatos se deu, sobretudo, entre egressos das escolas particulares de Ensino Médio. Mas esse efeito esvaiu-se já no ano seguinte de 1996.

Dos alunos de Ciências Sociais da UNESP, quase todos cursaram a maior parte do ensino fundamental em escola pública. Porcentagem significativa deles estudou no turno da noite e a grande maioria trabalhava concomitantemente com os estudos. De modo geral eles possuem pais com escolaridade até o primário e baixo nível de ocupação, sendo que a maioria das mães não exerce atividade remunerada. Eles também se localizam nas faixas inferiores de renda.

Em relação aos dados que constam nesse relatório, que são referentes aos anos de 1985, 1995 e 1996, pode-se considerar que, de modo geral, o nível socioeconômico dos estudantes de Ciências Sociais se elevou um pouco nos anos de 1995 e 1996, em relação a 1985, o que pode ser entendido como o aumento do nível socioeconômico da população de modo geral.

Os dados sobre a UNICAMP já apontam para uma elitização ao longo desses anos. Setton (2002), em sua análise sobre a hierarquização dos cursos universitários da área de Humanas da USP, classificou o curso de Ciências Sociais como um curso popular, sendo ele, dos cursos com baixa concentração em capital econômico e cultural – foi abordado também o capital social – o mais popular. Os dados utilizados pela autora nesse trabalho foram coletados em 1997.

Bezzon (1997), no entanto, em sua análise do perfil socioeconômico dos ingressantes na UNICAMP de 1987 a 1994, constata que o curso de Ciências Sociais se situa no estrato superior de elitização, junto de cursos como Engenharia, Biologia e Economia. Ele varia da 1ª à 8ª colocação no ranking dos cursos mais elitizados, chegando no máximo ao estrato intermediário de elitização. Ela observa ainda que existe uma regularidade na elitização dos cursos.

A autora afirma que o cenário das décadas de 1970 e 1980, em que o curso de Ciências Sociais apresentava baixo nível socioeconômico, era pouco concorrido e tinha um alto índice de evasão, está mudado. Hoje, os estudantes possuem um alto capital cultural e informacional. Ela atribui essa mudança de perfil à abertura do mercado de trabalho para as atividades de

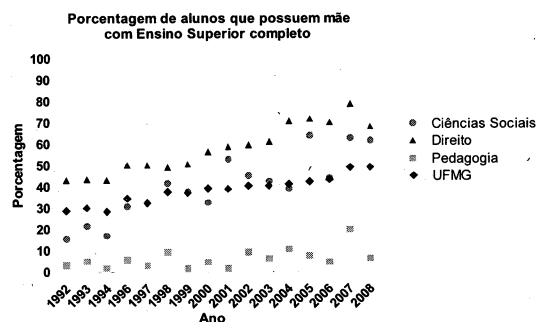
planejamento e pesquisa e também de assessoria técnica. Bezzon cita ainda o relatório da UNESP e questiona se ele apontaria os mesmos dados para as Ciências Sociais mais recentemente.

As Ciências Sociais na UFMG e na USP

Os gráficos e suas análises apresentados abaixo foram feitos com base nos dados coletados respectivamente pela COPEVE e pela FUVEST no ato de inscrição dos candidatos ao vestibular. Como as populações de cada curso analisado são relativamente pequenas, os conjuntos de dados são passíveis de sofrerem alterações mais bruscas, o que não impede a observação de claras tendências nessas populações.

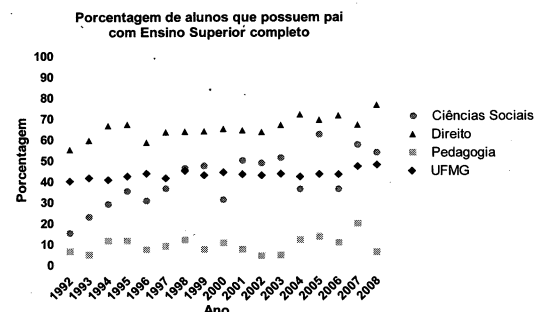
Os dados de ocupação e renda não foram focados na análise, pois a forma como são categorizados impede a observação de uma alteração significativa, tanto em relação das diferenças entre décadas, como em relação aos diferentes cursos.

FIGURA 1

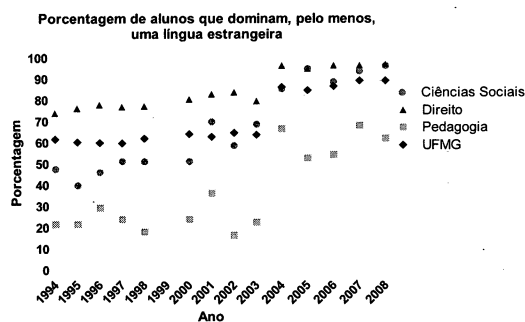


Fonte: Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)

FIGURA 2

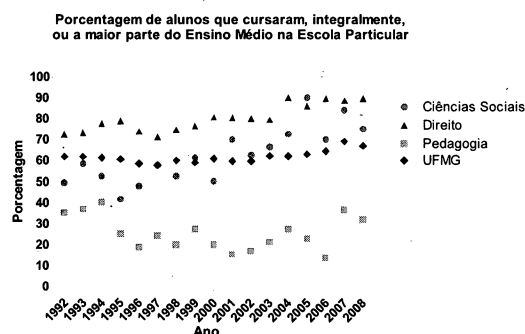


Fonte: Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)

FIGURA 3ⁱⁱ

Fonte: Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)

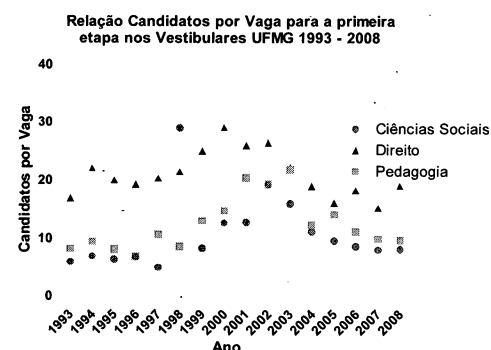
FIGURA 4



Fonte: Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)

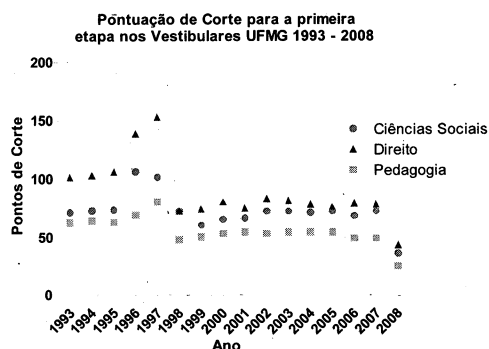
A porcentagem de alunos que ingressou no curso de Ciências Sociais que possui pais com ensino superior completo cresceu (passou de pouco mais de 10% para aproximadamente 60%), bem como a porcentagem de alunos que cursou o ensino médio integralmente na escola particular e que domina pelo menos uma língua estrangeira. Enquanto as variáveis para as Ciências Sociais apresentaram significativo aumento, as relativas ao total de alunos da UFMG, ao Direito e à Pedagogia apresentaram maior constância.

FIGURA 5



Fonte: Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)

FIGURA 6



Fonte: Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)

No que diz respeito às variáveis "número de candidatos ao vestibular por vaga" e "mínimo de pontos necessários para a aprovação na primeira etapa", o Curso de Ciências Sociais, embora seja pouco concorrido, apresenta um ponto de corte que pode ser considerado alto, o que indicaria um nível cultural maior por parte dos candidatos. O mesmo pode ser observado para os dados da USP mais abaixo.

A análise dos dados da UFMG evidencia que, de forma geral, durante a década de 1990, o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Ciências Sociais era inferior ao dos estudantes da UFMG. No entanto, a partir da década seguinte, esse panorama se inverteu. O perfil do estudante de Ciências Sociais, antes próximo daquele dos estudantes de Pedagogia, passou a se aproximar dos estudantes de Direito.

Em relação à USP, Schwartzman (1995), em sua análise referente aos alunos ingressantes em 1991 e também aos formados de 1980 até 1991, constatou a elevada origem social dos estudantes de Ciências Sociais.

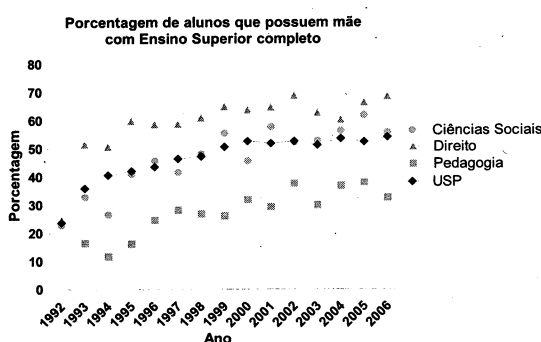
Esses alunos possuem famílias com nível educacional elevado. Quase 50% possui pai com ensino superior completo, e a grande maioria possui pai com 2º grau completo. Também a grande maioria é sustentada com recursos dos pais ou da família.

Foi constatado, no entanto, um altíssimo nível de evasão, quase 50%. Os alunos parecem cursar Ciências Sociais para aumentar sua cultura geral, posto que metade deles faz outro curso simultaneamente, e parcela significativa já é formada em outro curso. O autor chama de "estratégia frouxa" o investimento dos alunos, e coloca a perda de prestígio da profissão e a diminuição da motivação política como motivos para a queda na busca pelo curso, que teria uma influência no baixo investimento dos alunos, posto que esses não esperam um grande retorno. Essa característica de baixo investimento por parte dos alunos se adequaria ao seu alto perfil socioeconômico pelo fato de não haver uma preocupação e uma necessidade de retorno imediato do investimento no curso superior.

Os dados abaixo, à FUVEST comprovam esse crescente nível socioeconômico. Embora as mudanças observadas para a USP não tenham sido

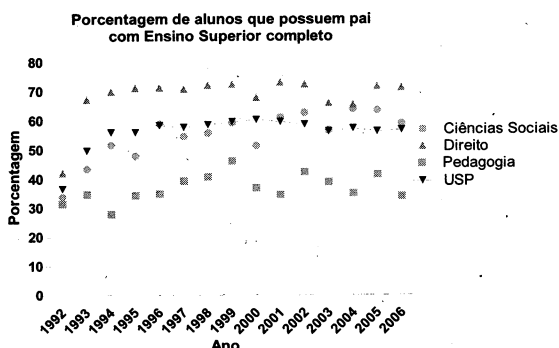
tão expressivas quanto às observadas para a UFMG, podemos dizer que a porcentagem de alunos que ingressou no curso de Ciências Sociais que possui pais com ensino superior completo cresceu, bem como a porcentagem de alunos que cursou o ensino médio integralmente na escola particular. Poderíamos interpretar que a USP começou a passar por um processo de elitização antes da UFMG, já que os dados de Schwartzman (1995) que se referem à década de noventa já se diferem daqueles de Miceli (1989) em relação ao início das Ciências Sociais na USP. Já em relação à UFMG, a diferença significativa só é percebida da década de 1990 para os anos 2000.

FIGURA 7



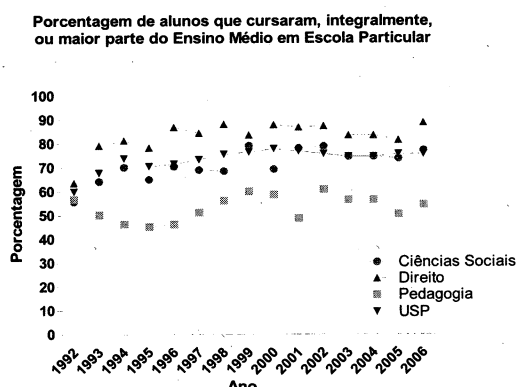
Fonte: Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST)

FIGURA 8



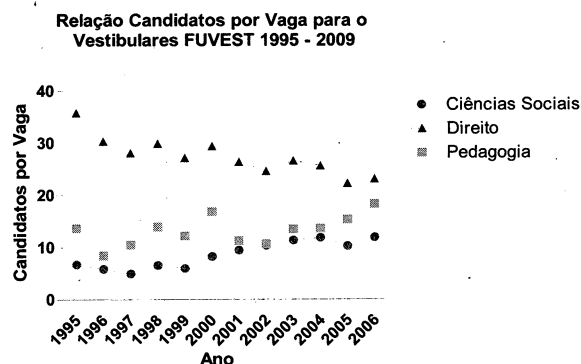
Fonte: Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST)

FIGURA 9



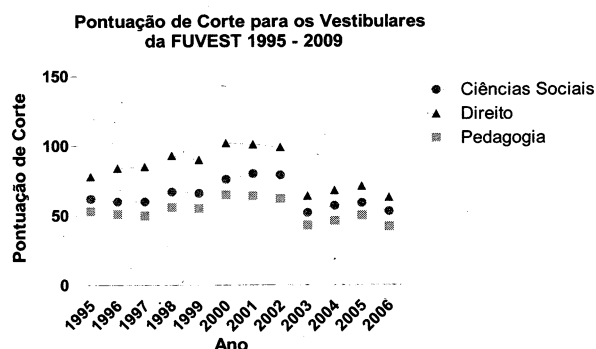
Fonte: Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST)

FIGURA 10



Fonte: Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST)

FIGURA 11



Fonte: Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST)

Considerações Finais

De modo geral, pôde-se observar que os estudantes de Ciências Sociais, ao menos na região sudeste, vêm apresentando um perfil socioeconômico e cultural mais elevado em relação ao passado. Poderíamos falar de elitização, já que a composição socioeconômica e cultural do curso tem apresentado mais "privilegiados", em relação às categorias de Bourdieu. Isso pode ser explicado pelas novas possibilidades de empregabilidade oferecidas pelo mercado (BEZ-ZON, 1995).

Os resultados encontrados para as diferentes universidades podem ser explicados por suas localizações. É natural que os estudantes da USP, seguidos dos da UNICAMP e da UFMG, apresentem nível socioeconômico superior, posto que são universidades de maior prestígio localizadas em cidades mais ricas. O baixo nível socioeconômico constatado no curso de Ciências Sociais da UNESP, localizado em Marília, em uma época em que ele já demon-

strava sinais de elitização nas demais universidades pesquisadas, pode ser explicado pelo fato desse se localizar em uma cidade mais pobre e em uma universidade de menor prestígio. No entanto nada garante que ele não deva seguir a mesma tendência das demais universidades, mas apenas em um processo mais lento.

Por fim, é necessário ressaltar que esta pesquisa deve comportar posteriormente um enfoque qualitativo, de modo a investigar se as diferenças no perfil dos estudantes de Ciências Sociais estão associadas de fato a diferentes objetivos profissionais e pessoais como supomos.

Submetido em setembro de 2009

Aprovado em junho de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1998a), "A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura", In: NOGUEIRA, M. A. & A. CATANI. (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1998b), "Os três estados do capital cultural", In: M. A. NOGUEIRA & A. CATANI. (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1998c), "O capital social – notas provisórias", In: NOGUEIRA, M. A.; A. CATANI. (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.
- BEZZON, Lara Andréa Crivelaro. (1995), *Análise do perfil sócio-econômico-cultural dos ingressantes na Unicamp (1987-1994): democratização ou elitização?*. Dissertação (Mestre em Sociologia), Universidade de Campinas, UNICAMP.
- BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; BOGUTCHI, Tânia Fernandes. (2001), "Tendências da Demanda pelo Ensino Superior: Estudo de Caso da UFMG". *Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas*, 113, p.129-152.
- MICELLI, Sergio. (1989), *Historia das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais.
- NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira & CATANI, Afrânio. (orgs.). (1998) *Pierre Bourdieu. Escritos em Educação*. Petrópolis, Vozes.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. (2004), "O acesso à educação superior no Brasil". *Educação & Sociedade*, 25, 88:727-756.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1995), "Os Estudantes de Ciências Sociais", In: Elina G. da Fonte Pessanha e Gláucia Villas Bôas (orgs), *Ciências Sociais - Ensino e Pesquisa na Graduação*, Rio de Janeiro, J. C. Editora.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho (2002), "A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 80, 196:451-471.
- WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (1989), *UNESP: Diferentes Perfis de Candidatos para Diferentes Cursos. Estudo de Variáveis Formadoras do Capital Cultural*. São Paulo, VUNESP.

Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS [...] PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A *Revista Três [...] Pontos* recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

§ Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 6 mil.

1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.

1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, *recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados*.

1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. **Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

- 1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).
- 1.2. **Margens** (todas): 2,5 cm.
- 1.3. **Alinhamento:** justificado.
- 1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.
- 1.5. **Grifos:**
 - 1.5.1. **Aspas** (" "): apenas para metáforas, transcrições e citações.
 - 1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.
 - 1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.
 - 1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. **Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

- 2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.
- 2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de *5 linhas*. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.
- 2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).
- 2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.
- 2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.
- 2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. **Citação de autores no texto:**

- 1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "*et al.*" em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.* (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.*, 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica' [...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da *Revista Três [...] Pontos*. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso /PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.